

**Impactos Territoriais de Processos de Cooperação Transfronteiriça
Caso de Estudo: Elvas e Badajoz**

Bruno Ricardo Marques Janeco

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Planeamento e
Ordenamento do Território**

Outubro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Afonso Teixeira, e sob coorientação da Professora Doutora Iva Miranda Pires

A duas pessoas muito especiais que infelizmente já não se encontram entre nós, PAI e AVÔ, onde quer que estejam, esta dissertação é dedicada a vocês que desde sempre depositaram confiança, acreditaram em mim e no meu trabalho.

MUITO OBRIGADO, DESCANSEM EM PAZ!

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste tempo foram várias as pessoas e entidades que colaboraram, pelo que quero deixar aqui o meu profundo reconhecimento.

Inicialmente quero agradecer ao Professor Doutor José Afonso Teixeira, por toda a orientação, dedicação e troca de conhecimentos demonstrados ao longo desta dissertação de mestrado.

Agradeço à professora Doutora Iva Miranda Pires pelo seu conhecimento sobre a temática em questão e pelo apoio demonstrado.

Um agradecimento especial ao professor Doutor Luis Fernando de la Macorra y Cano da Universidade da Extremadura (Espanha), pela sua disponibilidade e partilha do profundo conhecimento que possui sobre este território de fronteira.

Agradeço ao Doutor Paulo Silva da CCDR Alentejo e à Doutora Montaña Hernandez do GIT de Mérida (Extremadura) pelo apoio manifestado e cedência de informação relevante para esta dissertação.

Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Elvas, Doutor Nuno Mocinha e Senhor Alcaide do *Ayuntamiento* de Badajoz, Doutor Francisco Martínez, pelas facilidades concedidas para a nossa participação no II Encontro Eurocidade Elvas – Badajoz: “Novas soluções para novos desafios” realizado em Lisboa, e pelas palavras e ideias partilhadas durante esta conferência.

Agradeço aos técnicos da Câmara Municipal de Elvas, Doutor Cláudio Monteiro e Doutora Carla Carvão, pelo apoio e pela informação cedida.

Agradeço à Dr^a Isabel Cortez da Mapoteca da FCSH-UNL pelo apoio, dedicação e acompanhamento desta dissertação.

Aos amigos Bruno Alves, Nelson Alfaia, Bia Moura pelo apoio e troca de ideias demonstradas.

E por fim, um agradecimento especial à minha mãe, irmã, cunhado e restante família e amigos pelo apoio e incentivo durante esta longa etapa.

IMPACTOS TERRITORIAIS DE PROCESSOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

CASO DE ESTUDO: ELVAS E BADAJOZ

BRUNO RICARDO MARQUES JANECO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Transfronteiriça, Impactos Territoriais, Desenvolvimento Regional, Ordenamento do Território, Eurocidade, Elvas, Badajoz.

A cooperação transfronteiriça é vista na União Europeia como um modelo de integração territorial e como uma alternativa para o desenvolvimento das regiões de fronteira, devido ao seu afastamento em relação aos grandes centros urbanos. No início da década de 90 foi lançado o programa do INTERREG tendo em vista a maior permeabilidade da fronteira e o desenvolvimento destes territórios, entre os quais o das regiões do Alto Alentejo e da Extremadura. A grande proximidade territorial entre Elvas e Badajoz permitiu desde sempre relações de cooperação mais ou menos intensas e consentidas, mesmo antes da abertura da fronteira, motivadas sobretudo pela diferença de valor entre as duas moedas. Contudo, com a entrada conjunta dos países ibéricos na CEE (1986), essas relações intensificaram-se ao nível do comércio, do emprego, do turismo, do lazer e da procura de serviços. Impactos territoriais como a procura e utilização conjunta de infraestruturas e de espaços públicos pelas populações das duas cidades, a promoção e realização de espetáculos culturais, a prática de *cross-border shopping*, a procura de uma segunda residência, em ambos os lados da fronteira, e a tendência para uma urbanização contínua no futuro, justificaram a criação da Eurocidade Elvas-Badajoz (2013). Esta iniciativa tem como principais objetivos promover a conceção, gestão e prestação conjunta de serviços, desenvolver projetos de cooperação em áreas de interesse comum, estimular a cooperação entre empresas e atrair investimentos geradores de novos postos de trabalho. No entanto os desafios para ambas as cidades prendem-se com a existência de um quadro jurídico e legal distinto que tem condicionado algumas das ações ou iniciativas e o desenvolvimento territorial conjunto ainda carece de uma proposta estratégica.

TERRITORIAL IMPACTS ON CROSS-BORDER COOPERATION PROCESSES CASE-STUDY OF
ELVAS AND BADAJOZ

BRUNO RICARDO MARQUES JANECO

ABSTRACT

KEYWORDS: Cross-border Cooperation, Territorial Impacts, Regional Development, Spatial Planning, Eurocity, Elvas, Badajoz.

In European Union, cross-border cooperation is seen as a model of territorial integration and as an alternative to the development of border regions, because of their distance from the major urban centers. In the early 90s, it was started the INTERREG program with a view to a greater permeability of the border and the development of these territories, including the regions of Alto Alentejo and Extremadura. The territorial proximity between Elvas and Badajoz has always allowed cooperative relations more or less intense and consenting, even before the opening of the border, motivated mainly by the difference in value between the two currencies. However, with the joint entrance of the Iberian countries in the CEE (1986), these relations have intensified themselves at the level of trade, employment, tourism, leisure and demand for services. Territorial impacts such as the demand and joint use of infrastructure and public spaces by the populations of both cities, the promotion and performance of cultural events, the practice of cross-border shopping, the search for a second home, on both sides of the border, and the trend of continued urbanization in the future, justified the creation of the Eurocity Elvas-Badajoz (2013). This initiative has as main objectives the promotion of the design, management and joint provision of services, the development of cooperation projects in areas of common interest, the stimulation of cooperation between enterprises and the attraction of investments that generate new jobs. However, the challenges to both cities are linked to the existence of a distinct juridical and legal framework that has conditioned some of the actions or initiatives, and the joint territorial development still lacks a strategic proposal.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO.....	1
2. A ESCOLHA DO TEMA	2
3. A PROBLEMÁTICA E AS QUESTÕES DE PARTIDA.....	2
3. METODOLOGIA DE TRABALHO	5
4. ESTRUTURA DO TRABALHO	6
I. FRONTEIRA, COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E DESENVOLVIMENTO	7
1. GÉNESE E EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS.....	7
1.1. Conceito de Fronteira.....	7
1.2. Conceito de Cooperação Transfronteiriça	10
1.3. Conceito de debordering	16
1.4. Conceito de Eurocidade	19
2. DA FRONTEIRA COMO LIMITE À FRONTEIRA COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO.....	23
3. POLÍTICA EUROPEIAS PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	30
3.1. A criação da Política Regional Comunitária na Europa	30
3.2. A Política de Coesão Territorial.....	33
3.3. A Política de Cooperação Territorial: a dimensão transfronteiriça	37
4. EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA EUROPA	43
4.1. A Cooperação Transfronteiriça entre Itália e Eslovénia.....	44
4.1.1. Enquadramento geográfico	44
4.1.2. A região transfronteiriça de Itália e Eslovénia	45
4.1.3. As experiências e processos de Cooperação Transfronteiriça	45
4.2. A Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e França	48
4.2.1. Enquadramento geográfico:	48

4.2.2. A região transfronteiriça de Espanha e França	48
4.2.3. As experiências e processos de Cooperação Transfronteiriça.....	49
4.3. A Cooperação Transfronteiriça entre a França e Bélgica	51
4.3.1. Enquadramento geográfico	51
4.3.2. A região transfronteiriça de França e Bélgica	51
4.3.3. As experiências e processos de Cooperação Transfronteiriça.....	52
II. A FRONTEIRA PORTUGAL-ESPANHA: DA FORTALEZA ÀS EUROCIDADES	56
1. BREVE EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA:	56
2. OS PROGRAMAS DE INICIATIVA COMUNITÁRIA: INTERREG E POCTEP.....	61
2.1.1. INTERREG I - A (1990-1993).....	61
2.1.2. INTERREG II - A (1994-1999).....	63
2.1.3. INTERREG III -A (2000-2006).....	65
2.2.1. O POCTEP 2007-2013	68
2.2.2. O POCTEP 2014-2020	70
2.3. Projetos INTERREG e POCTEP nas Regiões do Alto Alentejo e Extremadura ..	72
2.3.1. O INTERREG I no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais .	72
2.3.2. O INTERREG II no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais	75
2.3.3. O INTERREG III no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais	78
2.3.4. O POCTEP no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais	81
3. AS EUROCIDADES NA FRONTEIRA PORTUGAL-ESPANHA.....	88
3.1. A Eurocidade Chaves/Verín.....	89
3.2. A Eurocidade Valença/Tuy	92
3.3. A Eurocidade V. R. de Sto. António/ Castro Marim/Ayamonte	94
III. CASO DE ESTUDO: EUROCIDADE ELVAS – BADAJOZ.....	97
1. ENQUADRAMENTO DE DUAS CIDADES DE FRONTEIRA	97

1.1.	Enquadramento geográfico e territorial	97
1.2.	Enquadramento socioeconómico	98
1.3.	Enquadramento urbanístico	101
2.	ANÁLISE DE PLANOS DE ÂMBITO LOCAL E REGIONAL.....	103
2.1.	Enquadramento de Elvas nos instrumentos de gestão territorial.....	103
2.2.	Enquadramento de Badajoz nos instrumentos de gestão territorial	104
3.	A EUROCIDADE ELVAS/BADAJOS.....	106
3.1.	Antecedentes à criação da eurocidade	106
3.2.	A Eurocidade: enquadramento, objetivos e quadro de intervenção	106
3.3.	Dificuldades e Perspetivas Futuras	109
4.	IMPACTOS TERRITORIAIS DA FORMAÇÃO DA EUROCIDADE	110
4.1.	Impactos territoriais imediatos	110
4.2.	Impactos territoriais diferidos.....	112
5.	VISÃO ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EUROCIDADE.....	116
IV. CONCLUSÕES.....		122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		126
WEBGRAFIA:		141
LISTA DE FIGURAS.....		142
LISTA DE QUADROS		143
ANEXOS		I
ANEXO A: PROJETOS DO INTERREG I NO ALTO ALENTEJO		I
ANEXO B: PROJETOS DO INTERREG II NO ALTO ALENTEJO		I
ANEXO C: PROJETOS DO INTERREG III NO ALTO ALENTEJO		III
ANEXO D: PROJETOS DO INTERREG I NA EXTREMADURA		VIII
ANEXO E: PROJETOS DO INTERREG II NA EXTREMADURA.....		IX

ANEXO F: PROJETOS DO INTERREG III NA EXTREMADURA.....	X
ANEXO G: PROJETOS DO POCTEP 2007-2013 NO ALTO ALENTEJO	XV
ANEXO H: PROJETOS DO POCTEP 2007-2013 NA EXTREMADURA	XVII
ANEXO I: GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ENTIDADES PÚBLICAS (VERSÃO EM PORTUGUÊS).....	XXI
ANEXO J: GUIÃO DE ENTREVISTA A ENTIDADES PÚBLICAS (VERSÃO EM ESPANHOL)	XXII
ANEXO K: GUIÃO DE ENTREVISTA A ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS (VERSÃO EM PORTUGUÊS)	XXIV
ANEXO L: GUIÃO DE ENTREVISTA A ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS (VERSÃO EM ESPANHOL).....	XXVI

LISTA DE ABREVIATURAS

- AB** – Ayuntamiento de Badajoz
- AEBR** – Associação Europeia para as Regiões Fronteiriças
- AEE** – Associação Empresarial de Elvas
- AECT** – Agrupamento Europeus de Cooperação Territorial
- AMC** – Asociación de Municipios de la Cerdaña
- ARFE** – Associação das Regiões Fronteiriças da Europa
- CE** – Comissão Europeia
- CCDR** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- CECICN** – Conferência Europeia de Redes Interregionais e Transfronteiriças de Cidades
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CME** – Câmara Municipal de Elvas
- COPIT** – Conférence Permanente Intercommunale Transfrontalière
- CR** – Comité das Regiões
- CT** – Cooperação Transfronteira
- CTE** – Cooperação Territorial Europeia
- CTG -NP** – Comunidade de Trabalho Galicia – Norte de Portugal
- DGDR** – Direção Geral do Desenvolvimento Regional
- EDEC** – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
- EE** – Estratégia de Elvas
- ESPON** – European Observation Network for Territorial Development and Cohesion
- EUROACE** – Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura
- FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FEOGA** – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
- FSE** – Fundo Social Europeu

GIT – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças

IFDR – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional

IFEBA – Institución Ferial de Badajoz

IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística

INTERREG – Programa de Cooperação Transfronteiriça Inter-regional da União Europeia

OT – Ordenamento do Território

PDM – Plano Diretor Municipal

PEB – Plan Estratégico para la ciudad de Badajoz

PGM – Plan General Municipal

PIC- Programa de Iniciativa Comunitária

POCTEP – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal

PRC – Política Regional Comunitária

PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

Introdução

1. Enquadramento

O processo de integração política e territorial que ocorreu por quase toda a Europa, conduziu à abertura das fronteiras e, conseqüentemente, ao aumento da sua permeabilidade. Este processo reforçou as relações transfronteiriças entre os vários Estados Membros, em particular entre cidades próximas da fronteira. É o caso de Elvas e Badajoz, que são objeto deste trabalho de investigação.

As relações de proximidade entre estas cidades fronteiriças não são recentes; já antes da abertura das fronteiras se estabeleciam contactos e laços históricos de cooperação entre elas, muito por via do mercado ilegal, o contrabando. Posteriormente com a entrada conjunta dos dois países ibéricos na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, as relações intensificaram-se ao nível do comércio, do emprego, do turismo, do lazer e da procura de serviços. No entanto foi a partir do início da década de 90 que as relações de cooperação transfronteiriça se reforçaram, devido ao surgimento da iniciativa comunitária (IC) INTERREG-A implementada pela Comissão Europeia (CE), cuja operacionalização se traduziu em novas oportunidades de desenvolvimento para as áreas fronteiriças da União Europeia (UE).

Em relação ao caso de estudo, a cooperação transfronteiriça entre estas duas cidades da raia materializou-se sobretudo através da concretização de projetos financiados pelos fundos comunitários, os quais geraram impactos ao nível do Planeamento e Ordenamento do Território (POT) através da melhoria das acessibilidades, e em relação ao desenvolvimento local traduziram-se na promoção e valorização dos recursos endógenos e noutros tipos de ações pontuais e de parcerias entre entidades locais.

Mais recentemente, visando uma maior integração e cooperação entre Elvas e Badajoz, as entidades da administração local decidiram criar uma eurocidade o que, de certo modo, se traduz num aproveitamento de sinergias para reforçar uma centralidade urbana numa região que, tanto num país como no outro, é marcada pela periféricidade. A formação desta eurocidade significou o virar de uma nova página nas

relações transfronteiriças entre Elvas e Badajoz, que por sua vez vai implicar novos desafios para o desenvolvimento e ordenamento do território raiano, exigindo a adoção de uma visão estratégica conjunta.

2. A escolha do tema

A opção por este tema de trabalho prende-se com o facto de as relações transfronteiriças terem vindo a ganhar uma crescente importância na agenda política, económica e cultural na Europa, o que justifica o interesse que o tema tem suscitado a vários níveis, incluindo o académico. Nesse âmbito, a problemática da cooperação transfronteiriça tem assumido maior destaque, em consequência da aplicação das IC INTERREG. Estas questões já têm motivado alguns estudos no âmbito da geografia (por exemplo, Castro, 2013; Medeiros, 2010), mas são escassos os trabalhos de índole regional e urbana, com preocupações ao nível do Planeamento e do Ordenamento do Território.

Outro fator relevante para a escolha do tema foi a recente criação da Eurocidade Elvas/Badajoz (2013); apesar de ser ainda bastante recente, importa analisá-la à luz de outros exemplos baseados nesta forma de cooperação e reverter os seus ensinamentos para o caso de estudo. Em termos práticos, esta parceria de cooperação implica a necessidade de a dotar com um regime jurídico adequado, atendendo à legislação do país de cada município e da União Europeia. Por outro lado, existe a necessidade de conceber e implementar políticas mais adequadas à realidade local, e de apresentar uma estratégia para o seu desenvolvimento e gestão intermunicipal.

Por fim, a escolha deste tema deveu-se também ao interesse pessoal e a conhecimentos próprios relacionados com a região em estudo.

3. A problemática e as questões de partida

A presente dissertação de mestrado pretende aprofundar a temática da cooperação transfronteiriça e interpretar as suas especificidades em relação ao Planeamento e Ordenamento do Território, partindo da discussão do seu enquadramento conceptual para a sua operacionalidade no território fronteiriço resultante de programas e de iniciativas comunitárias tais como o Programa de

Cooperação Transfronteiriça Inter-regional da União Europeia (INTERREG) e o Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), bem como de outros instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e local. Partindo deste propósito, este estudo pretende identificar os impactos territoriais que resultaram da implementação de Processos de Cooperação Transfronteiriça e em que medida é que estes processos contribuíram posteriormente para o desenvolvimento das cidades de fronteira de Elvas e Badajoz. Apesar da cooperação entre as duas cidades ter sido facilitada pela abolição das barreiras aduaneiras, pretende-se analisar de que modo a pertença a países distintos, com políticas públicas e económicas diferenciadas, pode interferir na promoção de iniciativas conjuntas no domínio do desenvolvimento e do ordenamento do território.

A presente dissertação de mestrado enquadra-se num modelo misto, pois inicialmente aborda-se e discute-se um conjunto de conceitos teóricos relacionados com a Cooperação Transfronteiriça (CT) e de seguida pretende-se concretizar uma comparação, análise e respetiva avaliação das relações transfronteiriças e dos impactos territoriais resultantes de programas comunitários até à atualidade, de duas cidades, Elvas e Badajoz, baseando-se para isso, nos dados obtidos junto de diversas entidades de âmbito regional e local, bem como na opinião de representantes de entidades da administração local e das empresas, que decerto serão essenciais para este estudo de caso (Coutinho,2011).

Assim, é de referir que o estudo pressupõe uma abordagem teórica e qualitativa à questão da fronteira, enquanto elemento limitador e/ou facilitador do desenvolvimento. De seguida, realiza-se uma análise empírica do relacionamento e cooperação entre as duas cidades de fronteira referidas, bem como uma análise de planos e de programas comunitários e uma avaliação dos seus resultados na área territorial em estudo. Por fim, faz-se uma reflexão, para o caso em análise, sobre as implicações da pertença a países distintos, na promoção de iniciativas conjuntas no âmbito das políticas de desenvolvimento e ordenamento do território.

Os apoios comunitários concretizados durante os três períodos em que decorreu a iniciativa do INTERREG e mais recentemente do POCTEP, contribuíram para o desenvolvimento de todas as faixas fronteiriças dos territórios europeus, e sem

exceção também na área em estudo. Os projetos já concretizados nesta área tiveram como objetivo o fomento e o reforço do processo da CT entre Elvas e Badajoz, com impacto nos seus territórios. A primeira questão de investigação ou de partida que se coloca é a seguinte:

1. Os Processos de Cooperação Transfronteiriça implementados nas cidades fronteiriças de Elvas e Badajoz contribuíram para o desenvolvimento e ordenamento dos seus territórios? Em caso afirmativo, como?

A resposta a esta(s) questão(ões), pressupõe a identificação dos projetos que foram implementados no âmbito dos programas comunitários INTERREG e POCTEP, bem como noutros tipos de planos e iniciativas locais para, de seguida, avaliar os seus resultados nas vertentes do desenvolvimento e do ordenamento do território.

O processo de CT entre Elvas e Badajoz é notório. O facto de estas cidades estarem localizadas na ligação entre as duas capitais ibéricas (a cerca de 230 km de Lisboa e 400 km de Madrid), num território considerado periférico em relação aos grandes centros urbanos, faz com que sejam muitas vezes esquecidas e que as oportunidades de desenvolvimento sejam mais escassas, dificultando a competição com outras cidades. Além disso, acompanhando a intensificação das relações de cooperação, proximidade e integração dos territórios, em 2013, Elvas e Badajoz criaram oficialmente uma parceria política (eurocidade) entre as duas entidades da administração local, tendo em vista o reforço da cooperação e do desenvolvimento. A partir deste cenário, coloca-se então a segunda questão de partida:

2. A recente criação formal da eurocidade (2013) pode reforçar o processo de cooperação e desenvolvimento territorial transfronteiriço? Como e em que domínios?

A resposta a esta(s) questão(ões) passa por inicialmente analisar os resultados das entrevistas realizadas aos representantes das entidades da administração local de Elvas e Badajoz, em termos de relações mantidas e descrever as dinâmicas dos

processos reais de desenvolvimento territorial, para assim perceber em que tipo de domínios é que esta parceria tem tido maior significado.

3. Metodologia de Trabalho

Partindo da problemática em estudo e com o intuito de dar resposta às questões de investigação ou de partida enunciadas antes, apresenta-se de seguida a proposta de metodologia adequada ao presente trabalho de investigação, para assim compreender melhor as dinâmicas territoriais e os impactos resultantes de diversos processos de CT nas duas cidades fronteiriças em estudo. Importa também referir que a realização desta dissertação implicou o recurso a vários métodos e técnicas que são frequentemente utilizadas em Geografia, tendo em conta a escala de análise em questão.

A metodologia selecionada assenta sobretudo na revisão bibliográfica de diversos autores que já debateram o tema da cooperação transfronteiriça (Cavaco, 1994, 1995, 1997; Marcheta, 2002; Medeiros, 2010) e na análise de documentos oficiais publicados pelas principais entidades nacionais (DGDR, IFDR) e europeias (CCE, CE, UE, CR). Em relação ao caso de estudo (Elvas/Badajoz), a recolha de informação consiste na análise e revisão dos IGT's e das suas ações nos domínios do desenvolvimento e do ordenamento do território, tanto à escala urbana (PDM de Elvas, PGM de Badajoz) como regional (PROT Alentejo, Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2014-2020, Estratégia EUROACE 2020). No entanto para complementar a informação disponibilizada nas diversas fontes bibliográficas e documentais, decidiu-se recorrer à realização de entrevistas com o objetivo de analisar os desafios e as perspetivas dos agentes locais para o território de fronteira em estudo no âmbito da formação da eurocidade. A amostra selecionada para as respetivas entrevistas foram as entidades da administração local (Câmara Municipal de Elvas e *Ayuntamiento* de Badajoz) e empresarial (Associação Empresarial de Elvas). Importa ainda referir que também se estabeleceu o contacto com outras entidades regionais (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e Gabinete de

Iniciativas Transfronteiriças de Mérida) com o intuito de recolher informação relacionada com os projetos no âmbito dos programas comunitários (INTERREG e POCTEP) devido ao facto de alguns destes não se encontrarem publicados.

Os projetos de âmbito comunitário foram cartografados através do recurso aos SIG's com o objetivo de se poder concretizar uma análise mais detalhada da distribuição territorial dos mesmos.

4. Estrutura do trabalho

O estudo está organizado em 4 capítulos que, por sua vez, se encontram divididos em vários subcapítulos.

No primeiro capítulo realiza-se um enquadramento conceptual de fronteira, cooperação transfronteiriça (CT) e eurocidade, entre outros conceitos considerados pertinentes para o tema em estudo. Apresenta-se uma evolução temporal do conceito de fronteira como limite até à fase em que esta passa a ser encarada como indutora de desenvolvimento. Aborda-se também o enquadramento da CT ao nível das políticas europeias com implicações ao nível do Planeamento e Ordenamento do Território (POT) e, por fim, apresentam-se algumas experiências de CT na Europa.

O segundo capítulo dedica-se à fronteira entre Portugal e Espanha. Inicialmente faz-se referência às relações fronteiriças mantidas entre estes dois países ibéricos antes da entrada na CEE; de seguida, o estudo centra-se no período democrático e na análise dos programas comunitários INTERREG e POCTEP onde numa perspectiva geral se caracterizam as condições da sua operacionalização, os resultados e a relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território. No último subcapítulo faz-se referência às experiências de formação de eurocidades entre Portugal e Espanha.

O terceiro capítulo remete-se ao caso de estudo de Elvas e Badajoz; em primeiro lugar procede-se ao enquadramento geográfico, socioeconómico e urbanístico das duas cidades; de seguida faz-se uma análise dos diferentes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor à escala regional e local, tanto de natureza regulamentar como estratégica. Em terceiro lugar analisam-se os projetos comunitários implementados em ambas as cidades, ou de âmbito mais vasto (regional) mas com impacto ao nível urbano. Em quarto lugar faz-se uma análise do processo de

constituição da eurocidade Elvas e Badajoz e com base nos resultados obtidos nas entrevistas realizadas a representantes das entidades locais equaciona-se uma possível visão estratégica para o desenvolvimento da eurocidade.

No quarto e último capítulo, referem-se as conclusões do presente trabalho de investigação sobre a temática da cooperação transfronteiriça. No que respeita ao caso de estudo em questão, apresentam-se algumas reflexões sobre as dinâmicas territoriais tendo em conta o atual contexto socioeconómico das duas cidades, as suas perspetivas e principais desafios para o desenvolvimento e ordenamento do território.

Em síntese, na parte inicial discutem-se os conceitos de fronteira, cooperação transfronteiriça, *debordering* e eurocidade. Na segunda parte analisam-se as relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha, os programas do INTERREG e POCTEP e, nas áreas de fronteira, a experiência de diversas eurocidades, incluindo a do caso de estudo, Elvas- Badajoz. Posteriormente apresenta-se uma possível proposta estratégica para o desenvolvimento do território em estudo e, na conclusão, encontram-se algumas considerações finais relacionadas com o tema e algumas perspetivas, problemas e desafios, tendo em conta o atual estado das relações de cooperação Elvas- Badajoz e o seu futuro desenvolvimento.

I. Fronteira, Cooperação Transfronteiriça e Desenvolvimento

1. Génese e Evolução dos conceitos

1.1. Conceito de Fronteira

Vários estudos científicos exploram o conceito de fronteira, independentemente do contexto e da perspetiva, sejam estes de natureza política, histórica, social ou outra considerada relevante. No contexto político e geográfico, a fronteira é vista como a linha administrativa ou a área que limita e separa um determinado território de um Estado-Nação independente de um outro Estado-Nação,

tal como Yves Lacoste refere: *“Do ponto de vista geopolítico, uma fronteira corresponde à linha ou zona que constitui o limite do território de um Estado ou de um espaço político cujos responsáveis procuram que se estabeleça como um Estado mais ou menos independente.”* (Lacoste, 1993:122).

Carmina Cavaco (1997) aborda este conceito e defende a mesma ideia da fronteira como barreira ou limite político entre territórios; no entanto acrescenta que a fronteira é também um espaço que permite relações de encontro e de contacto. A propósito a autora refere: *“a fronteira não é apenas o limite simbólico do território [...] mas é espaço de encontros, de influências, de relações, de trocas, de cumplicidades, de cooperações e solidariedades, pela situação nas extremas, nos confins dos territórios e das soberanias nacionais”* (Cavaco, 1975: 271).

Num texto mais recente a autora reafirma que a fronteira pode ser compreendida como um espaço com grande potencial de interação, de onde podem resultar vários tipos de relações, tais como *“...de separação e afastamento, mas são também zonas de convergência, de mistura, de complementaridades, de relações e de cooperação”*. (Cavaco, 1995: 7).

M. Marchueta discute o conceito de fronteira numa aceção mais ampla: enquanto numa fase inicial, a fronteira era vista como uma linha delimitadora de um espaço geográfico, mais tarde passou também a ser utilizada em termos de administração e de gestão do território. A autora revela-nos a sua conceção relativa à evolução da fronteira: *“enquanto significado de limite ou delimitação concreta de um determinado espaço territorial, terá surgido, historicamente, da necessidade dos homens estabelecerem, definirem e resolverem os seus direitos de propriedade. Com o passar dos tempos, esta ideia transferiu-se para os planos político, jurídico e institucional de comunidades mais amplas territorializadas, interpretada como domínio do totem, do soberano e do estado, havendo assim uma transposição do direito privado para o direito público das relações inter-estaduais. De uma primeira noção, que separava o grupo do resto do mundo, a fronteira passa a assumir uma função que divide os grupos, os organiza e os diferencia”* (Marchueta, 2002: 26).

Noutro contexto distinto, a fronteira entre determinados territórios era delimitada por diversos elementos físicos presentes na natureza, tais como rios, canais

de água, montanhas, entre outros. Estas fronteiras eram muitas vezes designadas “fronteiras naturais” e já existiam muito antes do Homem se apropriar do território e de este lhes atribuir a função de separação: *“estas fronteiras naturais seriam apropriadas pelo homem político para exercerem o papel de fronteira entre regiões e grupos diferenciados, contribuindo para o enraizamento e desenvolvimento das suas peculiaridades...”* (Marchueta, 2002: 24).

López Trigal (2013) associa o conceito de fronteira a um limite entre territórios, mas enquadra-o em várias vertentes: (1) na vertente da ciência geográfica a conceção de fronteira refere-se a um sinal no território e a um elemento de separação de um determinado espaço político, que resulta de um processo de organização e histórico do poder de apropriação por diversos grupos sociais; (2) na vertente legal ou jurídica, a fronteira exerce funções de controlo, leis e competências que permitem distinguir os territórios de diferentes instituições ou entidades políticas que resultaram temporalmente de diversos tratados ou acordos a nível internacional; (3) na vertente económica, é associada à ideia de zona ou área de abrangência de mercado ou da prestação de serviço de âmbito central.

Oliveira discute o conceito de fronteira definindo-a como *“... um espaço bipolar e multiforme, um meio geográfico que exige uma quase necessidade de se transportar os seus limites [...] onde este ambiente plural transformou as fronteiras em territórios singulares. São singulares em relação ao território-nação e singulares entre si, já que cada fronteira é uma fronteira”* (Oliveira, 2005: 380). Ou seja, neste pensamento, a fronteira pode ser entendida como um lugar multifacetado devido às relações permanentes de diferentes nacionalidades o que pode levar quase à inexistência de limites. Esta interação entre fronteiras atribui-lhes características peculiares e cada uma delas representa histórias e memórias únicas.

Max e Oliveira interpretam a fronteira na mesma perspetiva referindo que as áreas de fronteira contêm determinadas especificidades, sendo necessário atender às dinâmicas territoriais que aí vão surgindo, pois podem seguir rumos diferentes, desde a emergência de conflitos à inclusão de territórios: *“(...) as áreas limítrofes dos países possuem características peculiares que as tornam em um espaço de tensões e simultaneamente espaço de estabelecimento de integração. Essa dualidade revela a*

necessidade de se estabelecerem separações e limites, com observação das diferenças culturais e a preservação da soberania dos países e, também, a de exercitar práticas sociais e trocas comuns.” (Max e Oliveira, 2009: 17).

Numa interpretação mais abrangente do conceito de fronteira, Martins (1997) afirma que a fronteira, numa perspectiva cultural e demográfica, é um lugar de encontro de civilizações e de culturas com diferentes origens, e que esta diversidade contribui para a construção de uma identidade cultural: *a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”* (Martins, 1997, cit. em R. Haesbaert e M. Santa Bárbara, 2001: 3).

Em suma, a fronteira pode ser interpretada como um lugar ou espaço geográfico binacional, onde sociedades com pertenças distintas interagem, fomentando relações de proximidade. A fronteira pode ser entendida sobretudo através de duas perspectivas antagónicas, uma como linha de separação, em que divide ou separa dois territórios, e a outra como lugar de encontro, devido ao frequente contacto e às relações sociais mantidas desde sempre e à proximidade geográfica entre populações de ambos os lados da fronteira. Importa referir que a forma como a fronteira é utilizada pelas sociedades faz com que não existam duas fronteiras iguais. A cultura e a história das civilizações explicam em grande parte, a construção dos processos de evolução das fronteiras e assumem também grande importância no sentido de fortalecer a identidade de uma determinada área de fronteira.

1.2. Conceito de Cooperação Transfronteiriça

Para uma melhor compreensão do conceito de cooperação transfronteiriça (CT), achou-se pertinente discutir o conceito de cooperação numa perspectiva mais autónoma e abordar os motivos que podem condicionar os processos de cooperação.

O processo de cooperação entre agentes de natureza pública e privada é uma manifestação institucional que pode assumir diferentes significados em áreas distintas:

por exemplo, nas ciências económicas sobressai a ideia de interdependência (North, 1996); nas ciências políticas refere-se a governação (Bevir, Rhodes, Weller, 2003; Morata, 2004; Rojo, 2005; Varela, 2010).

O conceito de cooperação, segundo Mattessich *et al* (2001), pode ser entendido como o estabelecimento de relações de carácter informal sem recorrer ao planeamento, à organização ou à definição de missões em comum. A partilha de informação é feita conforme a necessidade e o poder da autoridade compete a cada instituição, pelo que não existe qualquer condicionante. A utilização de recursos é feita de forma separada e o mesmo sucede com as compensações.

No entanto, nas relações de cooperação persistem entraves que podem pôr em causa o funcionamento pleno destas relações, tais como *“a falta de confiança entre parceiros, a dificuldade das organizações abdicarem do controlo, a complexidade dos projectos conjuntos e a diferente capacidade das organizações na aprendizagem de capacidades de colaboração.”* (Silva, 2012: 112).

A Comissão Europeia (CE, 1992) considera que o conceito da CT tem de ser entendido como um processo bastante complexo, por abranger várias áreas sociais, como a económica, linguística, cultural, geopolítica, administrativa, técnica e jurídica. De uma forma geral, as relações cooperativas concretizam-se quando os territórios e as instituições apresentam conjunturas naturais, políticas, sociais e culturais favoráveis. A CE menciona também que as vertentes onde se desempenha a CT exigem uma conformidade ao nível dos conceitos de Ordenamento do Território (OT) e da proteção da natureza, e que a fronteira não deve ser vista como uma barreira ao livre contacto entre pessoas, pois esta encontra-se associada a elementos de natureza histórico-cultural e de identidade.

Por sua vez, o Comité das Regiões da União Europeia (UE) propõe que o conceito da CT seja entendido como *“a cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver actores da esfera semi-pública ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar”* (...) e que *“tem por principal objectivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns”* (CR, 2003: 3). Neste sentido, o mesmo organismo europeu pretende demonstrar que o processo da CT é

essencial para ampliar o entendimento comum entre grupos populacionais em vários âmbitos tal como o político, o cultural e o histórico, e por sua vez contribuir para a abolição de barreiras de âmbito político, administrativo, cultural e linguístico.

Quadro 1. Factores que promovem e entram os processos de CT

Promovem	Entravam
Longa tradição e experiência de cooperação transfronteiriça	Limitações jurídicas impostas por legislação nacional e comunitária
Confiança mútua e colaboração recíproca assentes nos princípios da parceria e da subsidiariedade	Diferenças em termos de estruturas e competências dos diversos níveis administrativos dos dois lados da fronteira
Existência de estruturas comuns adequadas à cooperação entre autarquias locais e regionais a nível de estratégias e programas	Falta de vontade política, especialmente a nível nacional para remover obstáculos existentes por via de nova legislação ou de acordos bilaterais
Existência de um modelo de desenvolvimento ou de um programa transfronteiriço	Experiência limitada das autarquias locais ou regionais no desenvolvimento e gestão de programas
Disponibilidade de recursos financeiros suficientes	Problemas na sintonização dos diversos fluxos de recursos financeiros
	Diferenças culturais e existência de barreiras linguísticas
	Legislação a nível comunitário inadequada à realidade

Fonte: (CE, 2003) Adaptado por Medeiros (2010).

Segundo M. Perkmann a CT pode ser entendida como um processo de *“colaboração mais ou menos institucionalizada entre autoridades subnacionais contíguas através das fronteiras nacionais.”* (Perkmann, 2003: 156). No entanto, o autor apresenta sucintamente quatro critérios que permitem compreender melhor os processos de CT:

- 1) Os principais promotores são sempre as entidades públicas;
- 2) Os agentes geralmente não são reconhecidos como sujeitos legítimos, de acordo com a lei de âmbito internacional;
- 3) As maiores preocupações estão relacionadas com problemas de carácter prático numa escala mais abrangente e correntemente em áreas de administração;

4) Reconhece-se com o decorrer do tempo, uma estabilidade em termos de contactos transfronteiriços;

Perkmann (2003) refere ainda que a CT pode ser diferente, numa dimensão geográfica, dependendo da área onde se insere e do grau de intensidade de cooperação resultante da aptidão estratégica e ainda da capacidade de autonomia em relação ao poder central, e da natureza dos atores que concretizam a cooperação, regional ou local.

Para López Trigal (2012), a CT pode ser entendida como um modelo de cooperação transterritorial estabelecido através de diferentes sociedades e de instituições de cariz público e privado de ambos os lados de uma determinada fronteira internacional; neste contexto, os atores locais com interesses semelhantes constituem-se em organizações direcionadas principalmente para a cooperação e o desenvolvimento.

As relações de cooperação são necessárias, na tentativa de procurar soluções que respondam a problemas comuns e para que daí todas as partes envolvidas possam sair beneficiadas (Bergmuller *et al.*, 2007).

Tal como foi já referido anteriormente, a temática da Cooperação Transfronteiriça é o foco principal da presente dissertação pelo que, após a discussão do conceito, achou-se pertinente abordar as fases dos processos de CT na Europa. Neste contexto, e segundo Domínguez Castro (2006) é possível identificar pelo menos quatro fases no continente europeu no período entre 1950 e 2006.

Primeira fase (1950 – 1970)

Nesta fase, considerada a mais longa, decorreram os primeiros movimentos de cooperação, principalmente entre as fronteiras de países como a Alemanha, a Holanda e países escandinavos. Estes movimentos caracterizavam-se por possuírem uma estrutura de organização baseada num modelo de euro-região, destacando-se os papéis desempenhados pelas autoridades locais. Nesta época ainda não existiam modelos sólidos e claros no que respeita às estruturas de administração, pois os Tratados eram praticamente inexistentes.

Segunda fase (1971 – 1980)

Nesta fase constituiu-se a primeira organização inter-regional europeia, a Associação de Regiões Fronteiriças da Europa (ARFE). No entanto, com a crescente importância dada às regiões e às autoridades regionais o órgão consultivo do Conselho da Europa para este fim, passa a designar-se Conferência de Poderes Locais e Regionais da Europa. No espaço geográfico este tipo de movimentos de cooperação estende-se aos países alpinos através do surgimento de Comunidades de Trabalho, vistas como modelos de cooperação.

Nos anos 70, as regiões periféricas e fronteiriças foram prejudicadas com a crise económica da Europa, e neste sentido a ideia da cooperação transfronteiriça foi cada vez mais defendida como uma oportunidade para os territórios de fronteira superarem os seus problemas.

Terceira fase (1981 – 1990)

Nesta fase, a Convenção de Madrid (Maio de 1980) possibilitou a colaboração direta entre as Comunidades Autónomas de Espanha e as regiões portuguesas, reforçando a cooperação ao nível regional. Destaca-se também, nesta fase, a aprovação pela ARFE da Carta Europeia de Regiões Fronteiriças e Transfronteiriças (1981). Neste sentido, as regiões de fronteira começam a ganhar relevância e a ter um papel ativo no processo europeu. Em 1986, com o Ato Único Europeu, inicia-se uma nova visão para a política regional comunitária, reforçada em 1988 com a política de coesão económica e social e também da cooperação transfronteiriça que teve como objetivo reforçar os fundos para minimizar os impactos da criação do Mercado Único nas regiões fronteiriças.

Quarta fase (1991 – 2006)

A ocorrência de vários acontecimentos na Europa, tais como a queda do Muro de Berlim e a consequente reunificação da Alemanha, o aprofundamento do processo de construção da UE, e a criação de programas de apoio comunitário, sobretudo o INTERREG, foram fatores que fortaleceram a cooperação transfronteiriça. A Convenção de Madrid (1980) permitiu a assinatura de vários tratados e acordos, nomeadamente entre países onde a cooperação tem mais tradição e, como consequência,

necessitavam de um quadro legal para apoio jurídico nos diversos acordos de cooperação.

Segundo Wladimir Brito (2000) a cooperação transfronteiriça, apesar da sua natureza inter-estatal, passou também a assumir uma vertente de cooperação entre coletividades fronteiriças regionais e locais, passando a ter uma natureza não só inter-estatal mas também inter-regional e inter-local (Brito, 2000, cit. em Moura, 2004).

A importância da cooperação transfronteiriça verificada em várias escalas leva a entender que esta surge como uma possível alternativa de governança territorial, perante a crescente necessidade de integrar os vários territórios em questão. Por outro lado, a criação de melhores mecanismos de gestão numa perspectiva multiescalar seria essencial para uma melhor aplicação e distribuição dos fundos comunitários, cada vez mais escassos, por todas as regiões de fronteira.

O período posterior a 2007 pode agora ser considerado como uma quinta fase.

Quinta fase (2007- até à atualidade)

Desde 2007, o novo modelo de CT tem atribuído maior relevância às cidades de fronteira. Este modelo assenta na cooperação, no estabelecimento de relações de complementaridade, na partilha de serviços e nas estratégias de desenvolvimento e gestão conjunta. Assim, esta fase tem-se caracterizado pela assinatura de novos acordos e pela criação de parcerias de natureza política, económica e cultural entre regiões e cidades situadas junto às linhas de fronteira, fomentando as euroregiões e as eurocidades, estas últimas discutidas posteriormente, para uma melhor compreensão e aprofundamento do conceito.

Esta quinta e última fase traduz um avanço na evolução dos processos de CT na Europa. Antes estes assentavam sobretudo num quadro institucional, através da assinatura de diversos acordos e protocolos entre as entidades da administração central e regional, mas por vezes os resultados das políticas implementadas não mostravam efeitos positivos em alguns territórios fronteiriços, pois as suas iniciativas não correspondiam às verdadeiras realidades e necessidades locais. Nesta última fase dá-se mais ênfase ao âmbito local onde, numa perspetiva conjunta de “eurocidade”, ocorre um maior conhecimento das suas especificidades. No entanto, as experiências

de formação de eurocidades são ainda insuficientes para a consolidação deste novo modelo de CT, pelo que se pode afirmar que nos encontramos num tempo de transição de modelos de CT. Neste novo contexto de CT persistem dificuldades no que respeita à tomada de decisão, pois os municípios que integram estas eurocidades estão ainda muito dependentes das decisões dos seus governos centrais e existe também a necessidade de dotar essa CT com um regime jurídico adequado e atendendo à legislação do país de cada município e à legislação da UE. Outra das possíveis dificuldades encontradas para um funcionamento harmonioso deste novo modelo de CT, é a ausência de verdadeiros planos estratégicos transfronteiriços, envolvendo diversas entidades locais, numa perspectiva de ordenamento e desenvolvimento do território.

Resumindo a CT pode ser entendida como uma parceria ou acordo entre entidades ou instituições de ambos os lados de uma determinada fronteira. Os processos de CT assumem uma importância crescente no desenvolvimento dos territórios transfronteiriços. A CT parte da decisão de vontades políticas e administrativas de âmbito regional ou local, que em conjunto pretendem complementar-se e resolverem problemas comuns aos territórios de um e outro lado da fronteira. Importa referir que a CT é mais do que um acordo formal ou informal de natureza política; a CT deve ser um processo com grande abrangência, pois reflete-se nas mais diversas áreas sociais, apesar de ser mais significativa nas vertentes política e económica. Outro aspeto que importa também salientar é que a CT deve ser encarada como sendo um processo complexo, pois persistem dificuldades na procura de soluções para problemas e desafios comuns, em parte pela dependência da vontade dos poderes centrais de cada país.

1.3. Conceito de *debordering*

O conceito de *debordering* pode ser entendido como um movimento que levou à abolição do efeito de barreira, e conseqüente abertura e afirmação das fronteiras, devido ao crescente contexto de globalização.

No entanto, este movimento não significou o fim da fronteira como limite político ou administrativo, mas sim de uma política de regulamentação e de controlo bélico, alfandegário e económico; como M. Castro menciona, o *debordering* “ não implica a eliminação da fronteira política, simbólica e marcada no mapa. (...) o que se foi eliminando foi o controlo militar das fronteiras e a eliminação das barreiras e controlos alfandegários e económicos” (Castro, 2013: 81).

Este processo levou ao crescimento dos fluxos entre fronteiras, nomeadamente de bens, capitais, informação, serviços e (numa forma mais seletiva) de pessoas. Num contexto económico global estes fluxos deram origem aos designados “espaços de fluxos” (Castells, 1996). Para Albert e Brock, estes espaços estão a tornar-se num desafio para as estruturas políticas atuais, pois estas baseiam-se em “espaços de lugar”, visto que o Estado-nação possui um território delimitado. E neste sentido, os mesmos autores alertam para o facto de estarmos perante um processo de “debordering ao mundo dos estados” (Albert e Brock, 1996).

Abdelhamid El Ouali faz referência ao *debordering* afirmando que este processo se deve à ocorrência de trocas de uma forma mais rápida e intensa no mundo, em áreas como as tecnologias de informação, o comércio e a economia. Neste sentido, a globalização provocou um processo de “desterritorialização”, e perante este cenário, o território perdeu o seu principal papel, que era a organização política, social e económica. O desencadeamento da “desterritorialização” levou à abertura das fronteiras dos territórios, dando origem assim ao *debordering*, e neste contexto os Estados perderam a sua autonomia e deixaram de conseguir desenvolver as suas próprias políticas públicas (Abdelhamid El Ouali, 2010).

Para além da queda das fronteiras, outra alteração resultante do processo de *debordering*, é que se passou a assistir de uma forma crescente a um mundo organizado em redes, nas quais proliferam os processos de cooperação, as autoridades e as entidades multinacionais (Wilson e Donnan, 1999; Johnson e Jones, 2011). Neste sentido, a maior permeabilidade das fronteiras desafiou o próprio conceito tradicional de fronteira e incitou ao aparecimento de novas teorias na década de 90, que defendiam a ideia de um “mundo sem fronteiras”, neste caso estimulando o *debordering* através da eliminação dos Estados e das fronteiras políticas. Embora estas

teorias não tenham tido grande impacto, deixaram marcas e ainda se refletem na sociedade atual. As alterações entretanto ocorridas fizeram com que em algumas situações houvesse um incremento de segurança nas áreas de fronteira, nomeadamente com a concretização de novas políticas ao nível da migração, da economia (protecionismo económico) e ainda ao nível do terrorismo. Na União Europeia (UE), a Dinamarca desafiou o Acordo de Schengen de 1995, com o objetivo de restabelecer o controlo das fronteiras. Apesar destes esforços concretizados nas fronteiras, estamos perante a emergência de uma nova era em que, apesar da globalização, “as fronteiras estão em toda parte” (Balibar, 1998, *cit em* Johnson e Jones, 2011).

Tal como já foi abordado, a globalização é um dos principais motivos que levou ao *debordering*, mas no entanto este fenómeno não confirma que os Estados perdessem totalmente o seu poder sobre os territórios e suas fronteiras, o que aconteceu foi um processo de reformulação do papel do Estado, ao nível das suas funções. Esta ideia é defendida por Agnew (2010), que afirma que a globalização não significou propriamente a extinção dos Estados, da soberania ou do seu espaço, mas que atualmente estamos a passar por um processo de várias dimensões (*multilevel*) de soberania, que sempre existiram, mas que agora foram reformuladas e tornaram-se mais evidentes.

M. Castro partilha a opinião de que o Estado não perdeu o seu domínio sobre as fronteiras e o seu território perante os contextos de globalização e *debordering*: “O Estado, embora sofrendo pressões globais, continua na posse das suas prerrogativas sobre um território bem definido” (Castro, 2013: 82).

A queda das fronteiras (*debordering*) e a abertura dos mercados permitiram um aumento dos fluxos de bens e pessoas em todo o mundo, só que a fronteira não alcançou uma permeabilidade total, tal como M. Castro constata “... a fronteira não ficou 100% permeável, ficou mais selectiva, principalmente no que concerne aos fluxos de populações.” (Castro, 2013: 82).

O mesmo autor refere também que para poder ocorrer *debordering*, há necessidade de respeitar algumas condições impostas pelos países ou estados, ou seja que não questionem o seu poder e não coloquem entraves, sobretudo em termos de

pactos: “O processo de *debordering* só pode ocorrer sem levantar problemas entre Estados, quando existe uma super-estrutura ou acordos bem definidos, que rejam o normal funcionamento das instituições e, ao mesmo tempo, não ponham em causa a soberania de cada um” (Castro,2013: 83).

Paasi também defende a ideia de que o *debordering* não pôs termo às fronteiras, pois mais do que barreiras, estas também possuem processos de identidade cultural distintos que se vão construindo ao longo da história de uma forma contínua, permitindo-lhes enquadrarem-se na génese e evolução do conceito teórico de fronteira (Paasi, 2003).

Sintetizando as ideias relativas ao conceito de *debordering*, este pode ser entendido como um processo simultâneo e complexo de causa/efeito, pois a partir do momento em que se iniciou a quebra das fronteiras houve ao mesmo tempo uma abertura e expansão dos mercados internacionais. Este processo só se tornou possível através de um crescente contexto de globalização, causa e efeito de uma revolução das tecnologias de informação e comunicação em todo o mundo. O impulso destas permitiu uma livre circulação de pessoas, bens e mercadorias, contribuindo assim para um aumento considerável de fluxos.

1.4. Conceito de Eurocidade

A crescente integração dos territórios tem vindo a ser cada vez mais uma realidade visível na Europa, cumprindo assim um dos principais objetivos da UE ao longo das últimas décadas. Neste sentido, temos assistido recentemente ao surgimento de novas dinâmicas territoriais e urbanas dentro do próprio padrão das cidades europeias, ou seja estamos perante a emergência de um novo conceito de cidade, as eurocidades. O termo Eurocidade é utilizado para designar Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT)¹.

¹ Publicado em 31/07/2006 no Jornal Oficial da União Europeia, através do regulamento nº 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Uma eurocidade pode ser entendida como uma cidade que se baseia nos traços comuns das cidades europeias, as quais apresentam uma grande dimensão populacional, económica e uma capacidade estratégica capaz de competir com as restantes cidades, como refere Macorra y Cano: *“Uma Eurocidade é simplesmente uma cidade europeia, com um volume de população, uma actividade económica significativa e uma função estratégica dentro do sistema de cidades europeias”* (Macorra y Cano, 2011: 5). No entanto, segundo o mesmo autor, as eurocidades para além de apresentarem as características das cidades europeias, apresentam uma nova conceção de fazer cidade, que as distingue das restantes; esta distinção está relacionada com a existência de uma junção de áreas urbanas, tornando-as quase num processo contínuo de aglomeração urbana, que por sua vez pode, em alguns casos, dar origem a conurbações. Esta ideia é defendida por Macorra y Cano que menciona: *“As Eurocidades são conurbações ou cidades grandes europeias que se afirmam e desenvolvem na nossa rede continental de cidades.”* (Macorra y Cano, s.d. cit. em Mocinha, 2007: 6).

Mas eurocidades não são apenas cidades de grande dimensão que se integram no panorama europeu; existe outro tipo de cidades que podem também ser entendidas como tal. Estas surgem sobretudo junto à linha de fronteira, quando duas ou mais cidades de pequena ou média dimensão e de nacionalidades distintas se agregam numa única “entidade”, criando assim uma eurocidade, a qual como refere F. Lima constitui uma *“...pequena conurbação dual e binacional.”* (Lima, 2012: 75).

No entanto, a criação recente destas eurocidades nas áreas de fronteira tem passado por alguns problemas que condicionam a sua formação, pois o facto de estas cidades fronteiriças pertencerem a países ou Estados diferentes, faz com que cada uma cumpra com as políticas económicas, fiscais e de ordenamento do território em vigor no seu país, e por outro lado a existência de duas línguas diferentes, tal como Lozano Valencia refere, *“...la existencia de realidades jurídico-administrativas muy diferentes, intereses contrastados, procesos de ordenación del territorio que no consiguen desbordar el ámbito puramente local e incluso puntos nada baladíes como la*

existencia de dos idiomas distintos” (Lozano Valencia, 2007: 326), podem dificultar a concretização do projeto comum de eurocidade e o seu normal funcionamento.

Para López Trigal as eurocidades ao possuírem apoio jurídico e institucional, conseguem desempenhar as suas funções e assumirem a sua posição nos espaços de fronteira, apesar de ainda se observar um nível de desenvolvimento distinto: *“En este contexto, las dinámicas de las iniciales figuras adoptadas como (...) eurociudades en la península Ibérica, apoyadas en nuevas figuras jurídicas institucionales (la AECT) u otras ya consolidadas (Comunidad interlocal y Consorcio) van tomando su papel y lugar en los espáacios transfronterizos, aunque con un nivel de desarrollo desigual.”* (López Trigal, 2014: 15).

Segundo Pardellas e Figueroa Dorrego, as eurocidades estão a ser vistas como novas experiências de relações sociais e de partilha nas áreas fronteiriças: *“Neste contexto, as Eurocidades son un elemento moi acaído. Están sendo entendidas, en todas as fronteiras, como verdadeiros laboratorios de construcción de cidadanía, de vivir compartido entre iguais.”* (Pardellas e Figueroa Dorrego, 2009: 1141). Para estes autores, existe a necessidade de este novo modelo de cidade se basear numa unidade fortemente estabelecida, que tenha a capacidade de incorporar princípios e valores que sejam comuns aos dois territórios e realçam a importância da conceção integrada da estratégia: *“...Eurocidade debe ser construída en torno a un núcleo ben sólido de valores e apostas comuns aos dous municipios, que a estratexia incorpore temáticas de xeometría variable, ...”* (Pardellas e Figueroa Dorrego, 2009: 1140). Além disso, uma Eurocidade pretende equiparar-se a um sistema policêntrico, o que implica uma gestão comum do território, sobretudo ao nível dos equipamentos, das infraestruturas e da prestação de serviços, com a finalidade de poder contribuir para a melhoria da qualidade de vida, baseando-se nas necessidades de uma cidade europeia, tal como Pardellas e Figueroa Dorrego afirmam, *“...a Eurocidade aspira a estruturar a metrópoli lineal policéntrica en rede, mediante a posta en práctica dunha xestión compartida do espazo, das infraestruturas e da oferta de servizos e equipamentos, co obxectivo de promover un nivel de calidade que responda ás esixencias dunha metrópole de rango europeo.”* (Pardella e Figueroa Dorrego, 2009: 1142).

Outra ideia a ter em conta é que a formação de uma eurocidade não se limita a um processo de junção de cidades, o que realmente importa é a possibilidade de poder gerar emprego e de captar mais investimentos, tal como defendem os mesmos autores: *“A Eurocidade non se constrúe só coa agregación das fortalezas e debilidades das dúas partes. O máis importante é xerar plusvalías que permitan mellorar a calidade de vida dos cidadáns e o atractivo das dúas cidades como destinatarias de investimentos e creación de emprego. Sempre partindo dos recursos propios, noutras palabras, trátase de conseguir xuntos cousas que dificilmente se poderían lograr por separado, aproveitando externalidades e economías de escala.”* (Pardellas e Figueroa Dorrego, 2009: 1149). Neste sentido trata-se de aproveitar sinergias para reforçar uma nova centralidade urbana, que em ambos os lados é marcada pela perifricidade, o que condiciona o seu desenvolvimento.

A formação de eurocidades pode ser entendida como uma conceção urbana que surgiu recentemente; no entanto existem vários tipos de eurocidades, dependendo das suas especificidades. Segundo Macorra y Cano (2011), é possível encontrar três tipos de eurocidades:

- 1) As principais cidades da Europa sejam capitais de estado ou não, podem ser consideradas Eurocidades, pois constituem os maiores centros urbanos e prestam todo o tipo de serviços, e neste sentido já foram numa determinada situação, designadas de eurocidades;
- 2) O conjunto de vários municípios dos dois lados de uma fronteira europeia, com uma importante massa de população e de atividade económica, sem muita separação entre os núcleos populacionais e com uma significativa posição geoestratégica;
- 3) A formação de somente dois municípios de fronteira, que no seu conjunto assumem uma importante posição geoestratégica dentro do sistema de cidades, apesar de possuírem uma reduzida dimensão populacional e uma limitada atividade económica.

Em síntese, as eurocidades são cidades europeias, com diferentes dimensões geográfica e económica e diversas posições estratégicas na rede de cidades europeias. O conceito tem vindo a ganhar um novo significado, atendendo ao modelo de integração de cidades ou territórios, baseado em relações de cooperação. Neste

contexto de eurocidade, é cada vez mais visível o relacionamento entre cidades (nós de redes), através da gestão mais integrada e das relações de complementaridade, visando o desenvolvimento territorial conjunto. A designação destas “eurocidades” é atribuída sobretudo a conjuntos de cidades localizadas na proximidade da fronteira entre as quais se observa uma reduzida distância, e a posição geoestratégica assumida por estas deve-se ao facto de estarem inseridas em potenciais corredores ou eixos estratégicos de ligação aos principais centros urbanos da Europa. É o caso de Elvas-Badajoz, que estudaremos.

2. Da fronteira como limite à fronteira como indutora do desenvolvimento

Como já constatámos, a noção de fronteira pode apresentar vários significados dependendo do contexto em que se insere; no entanto, a principal ideia é ainda a de fronteira enquanto limite ou linha de separação entre dois territórios ou estados. Nesta perspetiva a fronteira tende a conduzir à desarticulação das regiões envolventes, constituindo um entrave ao seu desenvolvimento (Reboud, 1971).

De facto, a fronteira funcionava como barreira à livre circulação de mercadorias, bens, capitais, pessoas e serviços (e ideias), influenciando de forma negativa o desenvolvimento das regiões, *“dividindo as áreas de influência, aumentando os custos de transacção, impondo custos alfandegários, barreiras linguísticas, criando potenciais conflitos políticos e militares, transformando-as em regiões periféricas tanto do ponto de vista geográfico como económico”* (Anderson e O`Dwod, 1999: 597).

Carmina Cavaco, referindo-se às funções que as fronteiras podem exercer, aborda-as numa perspetiva múltipla, considerando que *“as fronteiras podem ser limite, barreira e linha de separação política, mas também zona de contacto, encontro...”* (Cavaco, 1995: 271). Nesta última perspetiva, a fronteira pode constituir-se como fator de integração e desenvolvimento conjunto, ainda que para tal seja necessário estabelecer, a diversas escalas, acordos ou parcerias entre instituições dos territórios separados pela linha de fronteira para promover uma *“...possível e desejável cooperação, conjugando interesses, esforços e estratégias de desenvolvimento e integração, nomeadamente transnacional, inter-regional e inter-local”* (Cavaco, 1995:

271). A atração pela diferença ou a busca de complementaridades podem repercutir-se no desenvolvimento do outro lado da fronteira, ainda que as práticas de cooperação tendam a esbater esses efeitos e a tornar os territórios mais homogêneos.

Antes da abertura das fronteiras e consequente livre circulação de pessoas proporcionada pelo Acordo de Schengen (1985), para a maior parte dos economistas, a fronteira, para além da delimitação político-administrativa do território, cortava ou limitava um determinado sistema económico, dificultando o seu desenvolvimento mais harmonioso (Courlet, 1996). De facto, as áreas envolventes às linhas de fronteira só se podiam desenvolver se as tarifas alfandegárias fossem abolidas e os efeitos de barreira impostos pelas fronteiras fossem superados; esta situação, que se verificou durante muito tempo, demonstrava o forte controlo exercido pela política fiscal nas fronteiras que assim dificultava o crescimento e integração económica destas áreas. Tal como Balassa menciona: *“Giersch notou que as regiões próximas das fronteiras, que tinham até agora sido prejudicadas pelas restrições postas aos movimentos de bens e factores, se desenvolveriam após o desaparecimento das fronteiras. A integração económica reconstituiria assim as regiões naturais cortadas pelas fronteiras nacionais e esta alteração contribuiria para o crescimento destas regiões”* (Balassa, 1982). Neste sentido, o processo de integração europeia, facilitou a integração económica regional transfronteiriça. Em relação ao estudo de caso (Elvas-Badajoz) este processo será benéfico para ambas as partes ou beneficia o território de fronteira mais forte ou melhor preparado? Que estratégias pode o lado do território mais fraco adotar para diminuir a dependência, ou evitar que esta se agrave? São questões pertinentes e que vão ser abordadas mais à frente.

O processo de desenvolvimento das regiões de fronteira sempre esteve condicionado por um conjunto de funções de regulação que impediam que os efeitos do desenvolvimento ocorressem livremente e que gerassem impactos nestes territórios. Para Ratti, as funções que criavam mais barreiras ao desenvolvimento das regiões de fronteira eram as de controlo político, jurídico, legal e fiscal. Pela primeira função a fronteira garantia a delimitação política, pela segunda impunha que os dois territórios separados pela fronteira correspondessem à jurisdição imposta pelo seu

Estado, e por fim, pela terceira, concretizava o controlo das tarifas alfandegárias com base na política fiscal de cada país (Ratti, 1991).

O mesmo autor refere que, para se alcançar o desenvolvimento das áreas de fronteira nas suas várias dimensões (económica, cultural ou política) não basta que este ocorra apenas de um lado da fronteira. A análise deste conceito obriga a que se transite das noções intrínsecas à fronteira para os conceitos de teoria económica que incluem a fronteira como objeto de estudo. Neste contexto, torna-se fulcral a ação estratégica tomada por parte dos agentes, e neste sentido a conceção de uma estratégia alicerçada numa rede de cooperação eficiente é fundamental para superar os problemas e os contextos de constante incerteza característicos das zonas fronteiriças (Ratti, 1993).

A integração europeia e regional permitiu que as regiões de fronteira tirassem daí benefícios, dos quais se destacam a possibilidade de explorar as sinergias que estas regiões oferecem, tais como, os recursos naturais dos territórios em comum, as economias de escala e os lucros resultantes da utilização de infraestruturas e da prestação de serviços de carácter público, e por fim a diminuição dos custos transacionáveis que impedem as relações de cooperação entre empresas de diferentes territórios (Cappellin, 1993). Neste sentido, o desenvolvimento das regiões de fronteira depende da sua capacidade para retirarem o máximo partido dos benefícios referidos anteriormente e em traduzir os desafios e problemas que enfrentam, em vantagens ou oportunidades.

Após a integração europeia, as regiões menos desenvolvidas, nas quais se enquadram as de fronteira, continuaram a apresentar problemas que condicionaram o seu desenvolvimento. O próprio processo de integração facilitou a intensificação da concorrência, levando a que as regiões menos desenvolvidas, com uma base económica mais limitada, fossem incapazes de competir com as mais avançadas. A agricultura continuou a ser a principal atividade económica local e a escassez de recursos humanos qualificados, de “densidade” demográfica e económica e a menor dotação de infraestruturas e de inovação continuam a ser fortemente limitantes da capacidade de atração da maior parte destas regiões. A livre circulação do capital, e do trabalho proporcionada pela integração europeia, permitiu que estes se deslocassem

para regiões que ofereciam melhores condições, dentro de cada país ou no estrangeiro, raramente beneficiando as regiões de fronteira (Silva e Pego, 1984). Contudo, os programas de iniciativa comunitária relativos aos vários períodos de programação, procuraram responder aos problemas que afetavam essas regiões, contribuindo para o seu desenvolvimento.

As áreas fronteiriças apresentam características muito peculiares que resultam dos contextos em que se inserem: por um lado podem ser consideradas complementares e convergentes, devido à existência de laços de cooperação estabelecidos entre si. Por outro, as suas localizações geográficas tornam-nas, quase sempre, periféricas, isoladas e situadas longe dos grandes centros de decisão. Alguns autores defendem a ideia de que a sua débil estrutura económica e social, permitiu que estes territórios fossem considerados áreas subdesenvolvidas (Pintado e Barrenechea, 1974). O estado no qual se encontram as fronteiras a nível económico e social é uma das principais razões que não favorecem o seu desenvolvimento. E as características referidas anteriormente continuam ainda a verificar-se na atualidade, apesar dos esforços para as melhorar.

A Comissão Europeia em 1994 alertava para o facto de que a abertura das fronteiras ao possibilitar uma maior circulação dos fluxos económicos e a ritmos cada vez mais rápidos, tornava-se num desafio para estas áreas geográficas, sobretudo para os atores aí localizados que, por sua vez, não se encontravam preparados para acompanharem e se adaptarem às novas tendências resultantes de um mercado cada vez mais liberalizado: *“As lógicas económicas dominantes imprimem-se no espaço fronteiriço de uma forma particular, e forçam os agentes económicos locais a adaptações e mudanças contínuas.”* (CE, 1994). Assim, estas constantes alterações fazem com que os atores locais não consigam absorver plenamente os seus efeitos, para tirarem daí benefícios para o desenvolvimento das regiões de fronteira.

O contexto global traduz-se num desafio para o desenvolvimento dos territórios de fronteira, pois contribui cada vez mais para a eliminação das fronteiras numa perspetiva de facilitação do funcionamento dos mercados. Existe a necessidade de proteger e apoiar a economia local, para que o seu processo de produção possa ser mais ativo, e neste sentido o Estado tem de voltar a apostar na valorização do seu

território: *“A nova fronteira entre o global e o local exige, assim, a revalorização do espaço-território, do qual, aliás, o Estado não pode estar ausente”* (Courlet, 1996: 20).

Perante um contexto de globalização, as fronteiras passaram a ser preocupação crescente e a estarem integradas na agenda política europeia, devido a serem territórios pouco desenvolvidos, com uma população de baixos níveis de qualificação, uma fraca base económica assente sobretudo em atividades tradicionais e com uma deficiente rede de infraestruturas. No entanto, estas só recentemente, sobretudo a partir dos anos 90, com a implementação de programas comunitários, é que passaram a ser alvo de investimentos e de apoios financeiros elevados destinados a contribuir para o seu desenvolvimento.

Apesar de os problemas enunciados condicionarem o desenvolvimento, existem outros aspetos que importa referir, pois o desenvolvimento destes territórios, requer a superação dos efeitos de fronteira, transpondo as barreiras que podem em alguns casos ser artificiais, resultantes de relações de sociedades contíguas (Jacinto, 1995). O mesmo autor realça também a necessidade de existir uma maior participação através da interação entre agentes e entidades de ambos os territórios, tendo em vista a permeabilização da fronteira: *“A importância de permeabilizar a fronteira através da intensificação do diálogo entre actores, agentes económicos e instituições que operam de um e de outro lado da fronteira...”* (Jacinto, 1995: 38).

Visando alcançar um maior desenvolvimento para os territórios de fronteira, as políticas de âmbito comunitário procuraram dar resposta a dinâmicas negativas que condicionavam estas áreas e outras menos desenvolvidas. Assim, a cooperação transfronteiriça continuará a ser um meio importante para incentivar o desenvolvimento. No entanto este processo ainda continua a assumir dificuldades no que respeita ao regime institucional, pois persistem grandes diferenças nas competências das entidades administrativas dos dois lados da fronteira (Jacinto, 1995).

Segundo a Comissão Europeia (CE, 1992), os principais problemas que condicionam o desenvolvimento das áreas fronteiriças, e que em grande parte resultam do seu posicionamento geográfico, são: 1) a localização nos territórios periféricos dos seus Estados, pelo que se encontram isoladas dos grandes pólos económicos e políticos; 2) o desenvolvimento desigual, com reflexos na distribuição

territorial dos serviços e do comércio; 3) a insuficiente integração nos sistemas de comunicação e de transportes, daí apresentarem uma deficiente rede de infraestruturas; 4) a escassez de investimentos nos recursos endógenos e insuficiente dotação de mecanismos de apoio à atividade empresarial e de serviços de apoio social; 5) as grandes diferenças culturais e linguísticas, assim como no quadro institucional, social e administrativo, em ambos os lados da fronteira. No entanto pode-se enunciar outros problemas cada vez mais atuais nas áreas fronteiriças, que são a perda e consequentemente envelhecimento da população. Neste sentido, torna-se necessário aumentar a densidade populacional depois de várias décadas termos assistido aos fenómenos do êxodo rural e da emigração, através do fomento de políticas de apoio à natalidade e de fixação de população jovem. Outro problema que também pode condicionar o desenvolvimento das áreas de fronteira é a falta de qualificação dos recursos humanos existentes, pelo que seria fundamental apostar na formação e especialização dos mesmos, tornando-os mais eficientes para alcançar melhores índices de desenvolvimento. Mas não basta formar e qualificar; é preciso criar condições para a sua fixação.

Os principais desafios para alcançar o desenvolvimento dos territórios de fronteira (*borderlands*) são uma melhor inclusão e uma redução das grandes diferenças. Como R. Jacinto refere o desenvolvimento das regiões de fronteira, *“implica uma maior integração destes territórios e a consequente diminuição das disparidades”* (Jacinto, 1995: 49). Outro aspeto que importa mencionar é que as regiões de fronteira inserem-se em diferentes contextos económicos e sociais, que por sua vez requerem planos estratégicos e novas atitudes no que respeita à CT, bem como ao desenvolvimento destas regiões. As políticas a implementar devem ser flexíveis e adequarem-se aos distintos territórios, o que se revela numa dificuldade acrescida, pois a tomada de decisões encontra-se centralizada (Jacinto, 1995).

Para M. J. Ferreira as regiões de fronteira devem aproveitar as oportunidades que se lhes oferecem, resultantes do processo de integração do território e da prática de políticas sustentáveis que lhe estão associadas (Ferreira, 1998). Neste sentido, a aposta na exploração e posterior promoção dos recursos endógenos destes territórios

no exterior, sobretudo assente numa lógica de sustentabilidade, deve ser considerada uma mais-valia, tendo em conta o seu desenvolvimento.

As experiências de cooperação transfronteiriça desenvolvidas até ao momento, embora tenham demonstrado resultados distintos, contribuíram no seu conjunto para o desenvolvimento das regiões de fronteira. Com base na Declaração de Dubrovnic, (2005) pode-se constatar que os resultados da aposta neste processo de cooperação são os seguintes: contribuiu para que as entidades de âmbito regional e local colocassem em prática, de uma forma mais eficaz, as funções que lhes pertencem e melhorassem o diálogo, para poderem concretizar ações de incentivo ao crescimento económico e social, criação de emprego, e promoção do desenvolvimento das regiões. Por outro lado a cooperação permitiu um melhor entendimento entre as populações e o aperfeiçoamento do sistema coletivo, tornando-o mais eficiente (CE, 2005). Partindo da análise dos resultados enunciados na anterior declaração, pode-se afirmar que a escolha deste processo de cooperação, tornou-se numa das condições essenciais para que as regiões de fronteira possam melhorar os seus níveis de desenvolvimento.

Em síntese, a fronteira, enquanto limite, impedia a livre circulação de qualquer tipo de fluxos, sobretudo económicos, o que condicionava o desenvolvimento dos territórios contíguos, devido à existência de barreiras fiscais e alfandegárias. Pensou-se que a superação das fronteiras e o fim dos controlos alfandegários ou fiscais fossem soluções para resolver os problemas que afetavam as regiões fronteiriças. Após a abertura das fronteiras, vários foram os programas (INTERREG e POCTEP, no caso de Portugal e Espanha) implementados que pretendiam o seu desenvolvimento; além disso, a celebração de vários acordos que fomentaram a CT permitiu que o papel desempenhado por esta se revelasse também catalisador do desenvolvimento. A integração política e económica foi muito importante para promover o desenvolvimento das regiões de fronteira. No entanto, passado 25 anos, partindo da ideia de que os programas comunitários começaram a ser desenvolvidos no início da década de 90, as regiões de fronteira continuam a sofrer de graves problemas socioeconómicos que afetam o seu desenvolvimento. Os desafios como a maior permeabilidade da fronteira, a melhor inclusão ou integração dos seus territórios de

proximidade continuam a ser encarados como difíceis de superar, pois permanecem ainda grandes disparidades institucionais e jurídicas entre os países.

3. Política Europeias para a Cooperação Transfronteiriça

3.1. A criação da Política Regional Comunitária na Europa

A política regional europeia pode ser entendida muito sucintamente, como um conjunto de intervenções propostas pelo organismo máximo de representação da Europa, e que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento das regiões no espaço europeu. Tal como Pires refere esta política *“designa, no essencial, um conjunto de orientações e actuações levadas a cabo a nível da União Europeia e que visam dar resposta a preocupações normalmente associadas às políticas de desenvolvimento regional”* (Pires, 1998: 5).

A política regional comunitária na Europa pode remontar ao Tratado de Roma (1957). De facto, analisando o preâmbulo deste tratado, segundo os seus signatários, pretendia-se a diminuição das disparidades entre as várias regiões e a diminuição do atraso das mais desfavorecidas, contribuindo para o reforço das suas economias e para um desenvolvimento coerente.

Segundo Cuadrado-Roura e Navarro (2005) na evolução da política regional comunitária podem distinguir-se três fases:

3.1.1 Primeira fase (1957-1974)

Na sequência da assinatura do Tratado de Roma, não se observou a criação de uma política regional, mas surgiram fundos comunitários, como o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e o Fundo Social Europeu (FSE) que, pela sua incidência nas áreas rurais e no domínio do emprego, contribuíram para o desenvolvimento das regiões. A comunidade europeia ainda não possuía meios para implementar uma Política Regional Comunitária (PRC), sendo da responsabilidade dos estados membros, desenvolverem as suas próprias políticas. Em 1965 a Comissão Europeia realizou uma comunicação ao Conselho Europeu e posteriormente em 1967 criou-se a Direção Geral de Política Regional. Em 1973 foi publicado o primeiro

documento oficial que continha um estudo sobre a problemática da política regional, pela Comissão Europeia.

3.1.2.Segunda Fase (1975-1987)

No início desta fase (1975) criou-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), marcando o arranque da PRC; no entanto, teve um impacto moderado, o que colocou em causa o desempenho desta política. Posteriormente, em 1986, com a assinatura do Acto Único Europeu, a Coesão Económica e Social tornou-se uma nova responsabilidade para a Comunidade Europeia. Em relação ao Acto Único pode-se referir que não alcançou grande impacto ao nível da política de desenvolvimento regional, apenas reviu os Tratados de Roma visando relançar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno. Alterou o funcionamento das instituições e alargou as competências comunitárias sobretudo em matéria de I&D, ambiente e política externa comum.

Apesar dos resultados limitados da aplicação do FEDER, foi com a sua criação que a União Europeia passou a revelar maior preocupação com os problemas que afetavam as diversas regiões a que certamente não foi indiferente o alargamento de 1973, com a inclusão da Irlanda e do Reino Unido. Até à década de 70, a Comissão Europeia deu pouca atenção a estas questões, pelo que se pode considerar que o FEDER constituiu o ponto de partida para uma política visando minimizar as desigualdades regionais na Europa (Mancha-Navarro, 2008).

3.1.3.Terceira Fase (1988-2006)

Nesta fase consolidou-se a PRC, sobretudo no período posterior a 1987, onde se assistiu a alterações constantes nas reformas dos fundos comunitários² e ao surgimento de outros novos instrumentos de apoio comunitário em 1993, o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP), e um ano depois, o Fundo de Coesão e um novo organismo de representação das várias regiões, o Comité das Regiões (1994). Importa ainda referir que foi nesta fase que ocorreram os primeiros alargamentos no sul da Europa, nomeadamente da Grécia, Portugal, Espanha e

² Regulamento (CEE) nº 2052/1988; Regulamento (CEE) nº 4253/1988; Regulamento (CEE) nº 2081/1993; Regulamento (CEE) nº 2082/1993;

também a reunificação da Alemanha. Com estes alargamentos as desigualdades regionais e a coesão territorial assumiram grande expressão na Europa, pelo que houve a necessidade de criar medidas específicas, visando a sua minimização. Em 1999, a Comissão Europeia implementou em Potsdam o EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário), que aborda a política de coesão, analisada um pouco mais à frente.

A partir daí a PRC passou a ter uma maior abrangência no que respeita aos seus objetivos, para além de pretender diminuir as disparidades à escala regional europeia, visa também contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, melhorar a competitividade das regiões e qualificar os seus recursos humanos. Outra alteração a que se assistiu foi uma maior monitorização dos projetos comunitários concretizados, através de um melhor acompanhamento, revisão e avaliação das suas ações e dos seus resultados (Isidro, 2013).

Em 1999, a PRC conheceu uma nova reforma, com o intuito de a tornar mais eficiente na diminuição das desigualdades, tanto no âmbito do desenvolvimento das regiões como no fomento da coesão social e económica. Esta reforma associada à “Agenda 2000” pretendeu a melhoria das operações comunitárias através do reforço das ajudas financeiras, de uma melhor distribuição das competências, levando à descentralização da gestão e tornando-a mais simplificada (Isidro, 2013).

Em 2001, a Comissão Europeia propôs uma nova definição para a PRC, onde se podem constatar as principais prioridades em relação às regiões menos desenvolvidas, mas agora com uma maior abrangência, ao focar-se nos problemas que afetam as áreas rurais e urbanas: *“uma política de solidariedade, através da qual a União Europeia contribui para a recuperação das regiões com atrasos no desenvolvimento, para a reconversão das zonas industriais em dificuldades, para a diversificação das zonas rurais em declínio ou ainda para a regeneração dos bairros desfavorecidos”* (CE, 2001).

3.1.4. Quarta Fase (Pós 2006)

A partir de 2006 os organismos máximos da União Europeia começam a dar maior ênfase às questões do território, procurando encontrar um desenvolvimento mais equilibrado e reduzir as desigualdades existentes entre os vários países membros. Tendo em conta alcançar uma maior coesão para o seu território, a Comissão Europeia publica em 2008, o “Livro Verde da Coesão Territorial Europeia”, documento que será analisado de seguida.

3.2. A Política de Coesão Territorial

Com o intuito de dar continuidade à concretização da PRC, e de promover o desenvolvimento à escala regional da UE e em simultâneo corrigir as dissimetrias que assolam as regiões mais desfavorecidas, foi implementado a partir do Tratado da União Europeia de 1993, o objetivo da coesão (CE, 2001). A implementação do objetivo da coesão parte do pressuposto que os Estados-Membros estão atentos e preocupados com o processo de integração.

Neste sentido, nas últimas décadas no âmbito da PRC, a União Europeia tem fomentado políticas direcionadas para as suas regiões menos desenvolvidas, estando os seus objetivos focados em áreas como a coesão social e económica. No entanto, com o decorrer dos anos esta política passou a dar maior atenção às questões do território europeu. De facto, o Tratado de Lisboa (2007) e a Estratégia Europa 2020, inseriram uma nova vertente na sua estrutura, a coesão territorial, vocacionada para cooperação territorial, defendendo assim uma das suas principais ideias, a de uma “Europa sem fronteiras” (Isidro, 2013).

No Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social, a Comissão Europeia, refere que a coesão territorial constitui uma nova conceção de coesão que veio então juntar-se à coesão económica e social, permitindo assim o reforço das suas ações e a consolidação da política de coesão: *“o conceito de Coesão Territorial vai além da noção de coesão económica e social, alargando-a e consolidando-a. Em termos de políticas, o objectivo é promover um desenvolvimento mais equilibrado reduzindo as disparidades existentes, evitando os desequilíbrios territoriais e conferindo mais coerência quer às*

políticas regionais, quer às políticas sectoriais que têm impacto territorial. Uma outra preocupação tem também a ver com o melhoramento da integração territorial e a promoção da cooperação entre as regiões.” (CE, 2004a).

A coesão territorial, que já se encontrava prevista no Tratado de Amesterdão (1997), leva André a afirmar que *“esta nova orientação representa a adopção de outro quadro conceptual que entende o território como uma dimensão activa do desenvolvimento, situada ao mesmo nível que os processos sociais e económicos”* (André, 2002).

Esta alteração na estrutura da Política de Coesão deveu-se ao facto de a coesão não poder estar apenas centrada nos apoios de âmbito comunitário direccionados para as regiões subdesenvolvidas, tal como tinha sido feita até então, mas passar a existir uma maior seleção e rigor ao nível dos apoios financeiros privilegiando os que contribuam para a valorização dos recursos locais (Isidro,2013). Neste sentido tornou-se necessário que a coesão económica e social se complementasse com uma redução das desigualdades observadas no território, através da implementação da coesão territorial. O EDEC (1999) consagrou três objetivos gerais para a política de coesão territorial tendo em vista um desenvolvimento do território europeu mais harmonioso e equilibrado. De seguida, apresenta-se um esquema onde se incluem as três principais vertentes que integram a Política de Coesão (Figura. 1).



Figura 1. As três vertentes da Política de Coesão

Fonte: Comité das Regiões (2002) Adaptado por Medeiros (2005).

A Comissão Europeia publicou em 2008 o “Livro Verde da Coesão Territorial Europeia”, com o intuito de permitir um grande debate entre os Estados-Membros, procurando discutir os seus elementos estruturantes, para posteriormente os poder integrar nas diversas políticas às escalas europeia, nacional e regional (CE, 2008). O principal objetivo da coesão territorial é o de conseguir um desenvolvimento mais harmonioso dos territórios que integram a União Europeia e oferecer às suas populações a oportunidade de explorar os recursos dos seus territórios, numa lógica assente na sustentabilidade (CE, 2008).

O “Livro Verde da Coesão Territorial Europeia” defende que o território deve estar organizado sobre um sistema policêntrico e estar dotado de uma rede de transportes eficiente, capaz de corresponder às necessidades da população local e de garantir a acessibilidade aos equipamentos e infraestruturas. O mesmo documento assume também uma crescente preocupação com as questões do ambiente,

sobretudo relacionadas com a gestão dos recursos naturais e os impactos negativos resultantes dos níveis de carbono (ESPON, 2004; Faludi, 2006; Salone, 2006).

Segundo a Comissão Europeia, a coesão territorial só pode alcançar o sucesso desejado, se as diversas políticas forem corretamente articuladas; assim, é fundamental existir uma coordenação eficiente das mesmas, no sentido de evitar eventuais problemas que sejam motivo de conflito ou tensão entre os diferentes agentes territoriais, devido aos vários interesses em questão (CE, 2008).

A coesão territorial, segundo este documento oficial, baseia-se em três eixos principais de intervenção: Conexão, Concentração e Cooperação. Importa referir que a coesão territorial só passou a ser reconhecida como a terceira vertente ou pilar da Política de Coesão em 2009, aquando da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (Araújo, 2014), assinado em 2007. No entanto a coesão territorial não alcançou os resultados esperados, devido sobretudo a problemas resultantes da crise económica com que a Europa se depara desde então (CE, 2010; CEMAT, 2011).

A Cooperação Territorial, um dos eixos prioritários para a concretização da Política de Coesão Territorial, vem neste sentido responder aos desafios e problemas que afetam os territórios europeus à escala regional e cuja superação depende das aptidões que estas regiões apresentam assim como da capacidade de tirar o máximo partido da troca de experiências, de práticas, de ações e da criação de redes de cooperação (Isidro, 2013).

A Cooperação Territorial Europeia (CTE), sendo uma das metas da União Europeia para poder cumprir com objetivos superiores como a integração e coesão territorial, visa desta forma ser uma orientação para as regiões e seus respetivos Estados-Membros poderem desenvolver diferentes tipologias de atuação que no seu conjunto contribuem para um desenvolvimento do território europeu, numa perspetiva mais integrada, através da atribuição de apoios em diversas escalas de cooperação, ou seja inter-regional, transnacional e transfronteiriça. Um último aspeto que importa referir é que segundo o “Livro Verde da Coesão Territorial Europeia”, as diferentes escalas de cooperação existentes levantam sobretudo questões relacionadas com o nível de governança, e neste sentido torna-se essencial esclarecer qual o papel que a Comissão pode exercer no sentido de promover e apoiar a

cooperação territorial e se existe a necessidade de eventualmente conceber novas formas de gestão, de legislação e de cooperação perante os vários tipos de território ou regiões onde a cooperação tem sido exercida, principalmente as regiões ultraperiféricas, de montanha e fronteiriças.

3.3. A Política de Cooperação Territorial: a dimensão transfronteira

Antes de se abordarem as políticas de Cooperação Transfronteira (CT), achou-se fundamental mencionar que a CT não é uma prioridade recentemente assumida; de facto, uma das primeiras tentativas de a fomentar partiu do Conselho da Europa. A primeira tentativa remonta a 1958, na Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais ao salientar *“a necessidade de integração económica das regiões naturais fraccionadas por fronteiras (...), devendo estas tornar-se pontos de encontro das nações”* (Labasse, 1991: 192).

As Políticas de CT têm vindo a ser traduzidas em programas de iniciativa comunitária, e contam já com a concretização de cinco programas operacionais. O primeiro programa (1990 -1993) tinha como principal objetivo criar condições para o desenvolvimento das áreas de fronteira; o segundo (1994 -1999) visou a adaptação das áreas de fronteira à nova perspectiva de integração; o terceiro (2000 – 2006) abrangia os mesmos objetivos, mas tinha como principal alteração, um maior envolvimento de todas as partes com interesse num determinado projeto, independentemente do país de origem; o quarto (2007 – 2013), seguindo o princípio da Cooperação Territorial Europeia (CTE) pretendia alcançar para o território da União, um desenvolvimento mais harmonioso e baseado no princípio da sustentabilidade (Domingues, 2011).

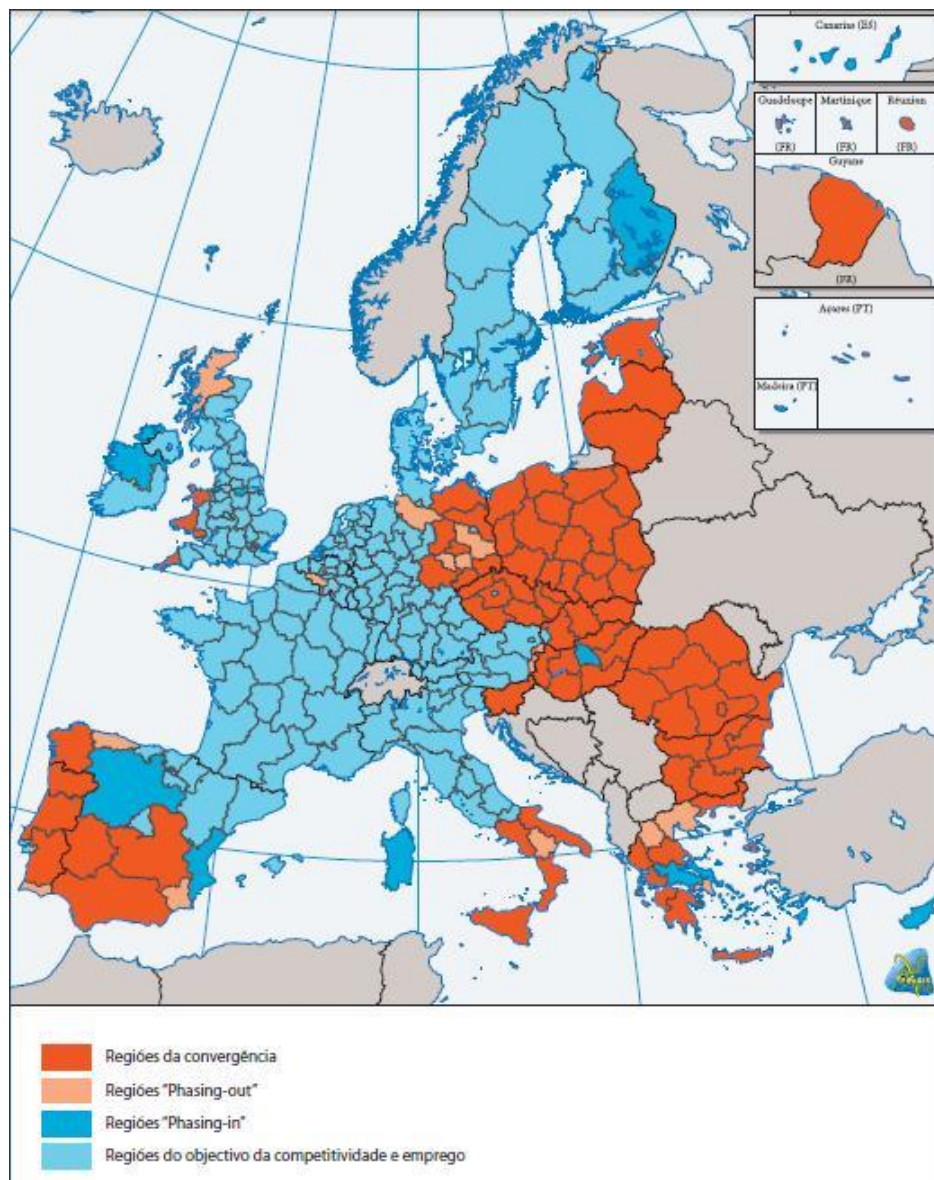


Figura 2. Política de Coesão (2007-2013): classificação das regiões

Fonte: CE, 2007

Analisando a figura 2, a política de coesão da União Europeia os fundos europeus estão direcionados para a diminuição das desigualdades existentes nos ritmos de desenvolvimento regional, tendo como objetivo a convergência entre as diversas regiões do território europeu, sobretudo com forte incidência sobre as regiões mais periféricas.

Por fim, para o atual período comunitário 2014 – 2020, o principal objetivo da política de cooperação transfronteiriça, englobada no objetivo geral da Cooperação Territorial Europeia (CTE) é o de enfrentar os desafios comuns que as áreas de fronteira apresentam, através do reforço dos meios da cooperação e da exploração

das novas potencialidades tendo em vista o desenvolvimento mais coerente do território europeu. As intervenções desta política devem centrar-se na fraca acessibilidade relacionada com as infraestruturas de apoio aos transportes assim como nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), na decadência da atividade industrial ao nível local, no contexto empresarial desajustado, na inexistência de redes estabelecidas entre entidades da administração à escala regional e local, na falta de investimentos em áreas como a inovação, investigação e TIC, na conservação do ambiente impedindo a poluição e outros riscos, e no preconceito atribuído à população residente do outro lado da fronteira. Deve-se assim apostar no investimento em novos *clusters* associados à inovação e investigação, no estabelecimento de parcerias entre entidades de vários níveis de ensino e em particular do superior, entre instituições de saúde e num mercado mais integrado (UE, 2013).³

No atual período de programação (2014-2020) a CT deve incidir sobretudo em áreas de fronteira terrestre ou marítima e também basear-se nos resultados das experiências realizadas no anterior período comunitário (2007 - 2013) (UE, 2013).⁴ As ajudas financeiras disponibilizadas, tendo em vista a concretização do objetivo geral da CTE, para o atual período comunitário superam os 2,75% dos recursos totais do orçamento disponível do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão que ultrapassa os 8 948 milhões de euros, dos quais mais de 6 626 milhões de euros (74,05%) são destinados à cooperação transfronteiriça (UE, 2013).⁵

A Comissão Europeia refere que a criação e o principal objetivo dos programas comunitários é o de esbater o efeito de barreira das fronteiras para facilitar o processo de integração dos territórios. De facto, o isolamento destas regiões "afasta-as" das restantes em termos sociais, económicos e culturais e a desvalorização por parte dos Estados em relação a estes territórios, acentua ainda mais este problema. Neste sentido, os processos de criação da União Económica e Monetária e do Mercado Único também contribuíram para configurar o território europeu num só e diluir as

³ Regulamento (UE) nº 1299/2013

⁴ Idem

⁵ Artigo 91º, nº 1, do Regulamento (UE) nº 1303/2013

características de perifericidade associados às regiões de fronteira”. No entanto os sucessivos alargamentos da União Europeia e a instalação de uma profunda crise financeira e económica em diversos países, acentuou as divergências no seio da União e a emergência de novas fronteiras reais e imaginárias, tanto ao nível interno como externo e fez com que o desafio não se desse como terminado (CE, 2000a).

A definição destes programas comunitários que visam o desenvolvimento à escala regional é realizada por cada Estado em conformidade com as orientações da Comissão Europeia (CE, 2000a).

Segundo a Conferência de Redes de Cidades Europeias Transfronteiriças e Interregionais (CECICN) e a Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE)⁶, as políticas implementadas que fomentaram a cooperação territorial alcançaram bons resultados, tendo em vista uma maior integração dos territórios europeus. Assim:

- a) O desenvolvimento económico das áreas de fronteira foi estimulado e permitiu que estas deixassem de ser vistas como barreiras para serem consideradas benéficas para a competitividade;
- b) Os cidadãos passaram a estar mais envolvidos em processos de participação, tendo em conta a integração territorial e a supressão dos efeitos restritivos da fronteira;
- c) A criação de redes e macrorregiões traduziu-se numa melhor organização do território.

Os vários documentos oficiais publicados pela União Europeia ao nível do ordenamento do território têm abordado as regiões de fronteira no contexto geográfico, como sendo áreas que apresentam desigualdades e problemas comuns caraterísticos do seu território. Neste sentido, a ARFE⁷ divulgou em 1981 a “Carta Europeia das Regiões Fronteiriças e Transfronteiriças”, onde se menciona que os

⁶ Documento estratégico sobre cooperação inteligente (2012)

⁷ A ARFE (Associação de Regiões Fronteiriças Europeias) foi fundada em 1971. Atualmente representa mais de 200 regiões de fronteira da Europa, distribuídas entre estados membros e não-membros. O seu principal objetivo é prestar apoio e coordenação da cooperação na Europa, troca de informação e de experiências e representação de interesses de âmbito comum. A ARFE desempenhou um papel importante na adesão de novos países à União Europeia nos anos 90, sobretudo com apoio e aconselhamento.

problemas destas se devem a um conjunto de fatores como a sua posição geográfica periférica e afastada dos centros de decisão, a falta de condições que proporcionem qualidade de vida, o facto de serem áreas subdesenvolvidas, pouco permeáveis; as desigualdades nos sistemas económicos e a ausência ou escassez de acessibilidades levaram à existência de grandes disparidades e consequentemente assistiu-se nas áreas fronteiriças, a um reduzido efetivo populacional (AEBR, 2011).



Figura 3. Distribuição das Regiões de Fronteira segundo a ARFE.

Fonte: AEBR, 2015. Adaptado.

Segundo os vários relatórios oficiais publicados sobre a temática da coesão económica e social, tem sido significativa a concretização das políticas de CT. Neste sentido, a União Europeia contribuiu para a resolução de problemas e para o fomento das relações entre as regiões transfronteiriças, de forma a impedir que os seus problemas se tornassem ainda mais graves. O sucesso alcançado pelas várias políticas de CT deveu-se nomeadamente à concretização das suas iniciativas e de estratégias

que tiveram incidência sobretudo em áreas subdesenvolvidas, tal como as zonas de fronteira (CE, 1996; Medeiros, 2009).

O terceiro relatório publicado pela Comissão Europeia em 2004 sobre a temática da coesão económica e social não destaca o papel desempenhado e importante da política da CT apesar de esta ter também contribuído para a coesão (Domingues, 2011). Analisando o mesmo relatório, embora este não aborde os resultados alcançados, revela que a CT assume especial relevância para a política de coesão, ao exercer um papel fundamental no desenvolvimento das diversas regiões (CE, 2004).

O quarto relatório publicado em 2007 pelo mesmo organismo europeu, para além de abordar a vertente económica e social, passou também a incluir a territorial, destacando que a CT melhorou, devido a inúmeras ações de programas comunitários concretizadas nas áreas de fronteira, contribuindo assim para aumentar os fluxos de mercadorias e de pessoas. Outro aspeto a realçar neste relatório é que esta cooperação foi mais importante nas zonas de fronteira dos países situados na periferia da União Europeia (CE, 2007; Medeiros, 2009).

O quinto relatório publicado em 2010, refere que o fomento da CT deveu-se à concretização do programa de iniciativa comunitária INTERREG, que contribuiu para celebrar muitos acordos, manter um grande número de postos de trabalho, apoiar empresas e criar outras, construir novas infraestruturas e investir em domínios como o meio ambiente e as comunicações (UE, 2010).

Em síntese, a CT tem sido um dos principais meios para os organismos de representação europeia poderem executar as suas políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido, são várias as políticas e os programas de âmbito comunitário implementados que no seu conjunto têm reunido esforços para reduzir as disparidades regionais, tendo em vista um desenvolvimento territorial mais harmonioso e equilibrado, e desta forma ir ao encontro de uma das prioridades assumidas pela UE, a integração do território, sendo as áreas de fronteira as que assumem maior preocupação. Também Caramelo partilha da mesma opinião, ao referir que as ações da União Europeia têm sido fortemente direcionadas para as fronteiras e as suas regiões, para promover a integração do território transfronteiriço de forma

sustentável, e para que a fronteira não passasse a ser mais entendida como uma barreira numa perspetiva de mercado e nas relações pacíficas estabelecidas pelas sociedades (Caramelo, 2007).

4. Experiências de Cooperação Transfronteiriça na Europa

Várias têm sido as experiências de cooperação transfronteiriça realizadas um pouco por todo o território de fronteira à escala territorial europeia, independentemente da intensidade e do número de iniciativas concretizadas. No ponto seguinte analisam-se duas experiências de cooperação transfronteiriça entre Itália e Eslovénia e entre França e Alemanha, que foram anteriormente estudadas por Sérgio Caramelo (2005) e uma por Matteo Berzi (2014) entre Espanha e França. A escolha destas experiências prende-se com o facto de estas apresentarem características, problemas e necessidades semelhantes ao estudo de caso (Elvas-Badajoz), pelo que importa basear-se ou tirar partido das iniciativas e intervenções de sucesso realizadas para posteriormente poder adaptá-las às especificidades da região transfronteiriça de Elvas-Badajoz. A primeira experiência a seguir debatida, ou seja a região transfronteiriça entre a Itália e a Eslovénia apresenta uma posição geoestratégica importante entre a Europa Ocidental e a Oriental e entre o espaço do sul da Europa e a área central do continente europeu. Em termos de acessibilidade, esta fronteira integra-se nas principais redes europeias de transporte, tanto rodoviário como ferroviário ao incluir-se em eixos estratégicos de ligação. A região transfronteiriça de Elvas-Badajoz, tal como esta também assume uma posição geoestratégica importante, ao estar integrada no espaço do Sudeste da Europa e incluir-se num importante eixo estratégico de ligação entre as capitais ibéricas (Lisboa e Madrid) e por pretender também integrar as principais redes de transporte ferroviário, através da futura construção da linha ferroviária de alta velocidade. Em relação à escolha da segunda experiência, as características da região transfronteiriça entre a Espanha e França são idênticas à região de Elvas-Badajoz, pois ambas as regiões não apresentam grandes disparidades físicas e as áreas de intervenção (turismo, saúde, ordenamento do território, etc) onde a cooperação tem sido operacionalizada, são praticamente as mesmas. Por fim, quanto à escolha da terceira

experiência, tanto a região transfronteiriça entre a França e Alemanha como a de Elvas-Badajoz possuem uma posição geoestratégica importante, sobretudo a primeira que integra o conhecido modelo territorial da “Banana Azul”. Ambas as regiões analisadas apresentam entre si uma grande proximidade geográfica, estão servidas por boas redes de transporte, e assumem uma concentração urbana significativa, apesar desta ser menor na região de Elvas-Badajoz do que a verificada no estudo de caso entre a França e Alemanha.

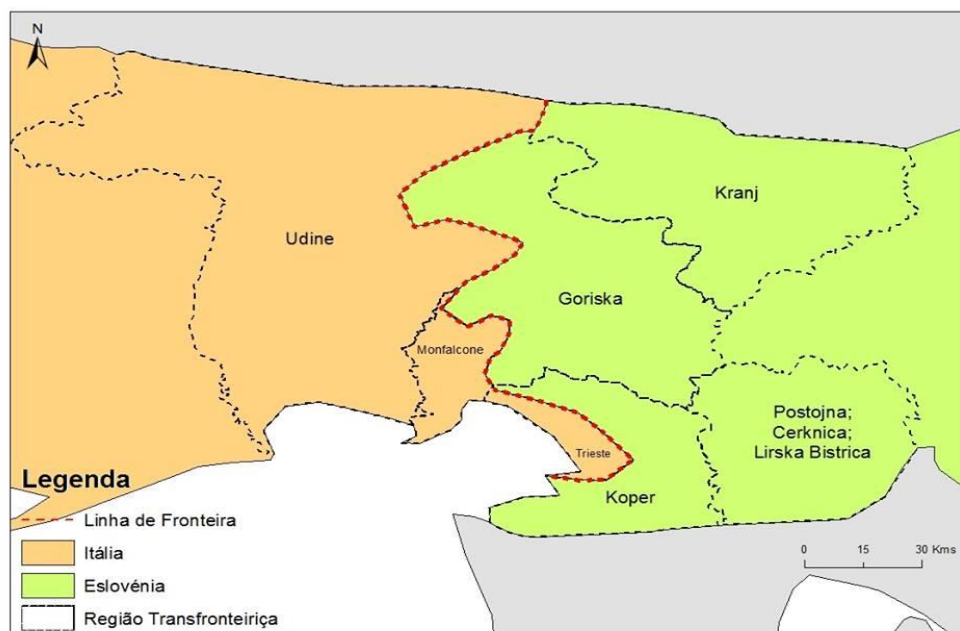
4.1. A Cooperação Transfronteiriça entre Itália e Eslovénia

4.1.1. Enquadramento geográfico

A linha de fronteira entre a Eslovénia e a Itália apresenta cerca de 280 km, dos quais 232 km pertencem à fronteira terrestre e 48 km à fronteira marítima. Esta linha de fronteira situa-se desde a área dos Alpes até ao norte do mar Adriático. As características físicas deste limite fronteiro são muito distintas, podendo observar-se diversas formas de relevo, algumas de maior altitude e com grandes discrepâncias, sobretudo a partir do norte da província de Gorizia até à linha de fronteira da Áustria. Existem ainda outras formas de relevo a destacarem-se como a formação de várias colinas entre os Alpes e o norte do mar Adriático, na qual se integra a linha de fronteira pertencente às províncias de Trieste e Gorizia (Caramelo, 2005).

Em relação à sua posição geoestratégica, a fronteira entre a Itália e a Eslovénia assume uma grande importância no que respeita à sua articulação, pois liga diferentes espaços europeus tal como já referimos antes. Esta fronteira é ainda considerada um ponto de encontro de culturas, tais como a eslava, a latina e a germânica. Na escala regional, esta fronteira, sobretudo a marítima, possui uma grande área de influência, devido ao porto de Trieste estar servido com boas acessibilidades, tanto rodoviária como marítima com ligação a países situados na área geográfica envolvente, tais como Eslováquia, Croácia, Hungria, Áustria, Alemanha, República Checa e Suíça. Importa ainda referir que a cidade de Trieste, apesar de ter perdido algum do prestígio de

outrora, é ainda hoje o centro urbano principal desta região transfronteiriça (Caramelo, 2005).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 4. A Região Transfronteiriça de Itália e Eslovénia

4.1.2. A região transfronteiriça de Itália e Eslovénia

A região transfronteiriça entre estes dois países apresenta características muito peculiares que se distinguem de todas as outras regiões de fronteira existentes na Europa, e que em conjunto contribuíram para a sua identidade histórica e cultural (Bufom, 2002) e sobretudo pelo facto de a Eslovénia ter passado por algumas alterações ao nível geopolítico, administrativo e económico devido à recente adesão à União Europeia.

4.1.3. As experiências e processos de Cooperação Transfronteiriça

Os processos de cooperação transfronteiriça entre a Itália e a Eslovénia deveram-se sobretudo ao facto de estes dois países, terem reunido esforços para aumentar a permeabilidade da sua fronteira. Este processo iniciou-se entre o pós II

Guerra Mundial e 1954, e intensificou-se depois com a criação de vários pontos de acesso ou travessia (Caramelo, 2005). Nesta região transfronteiriça pode-se assistir a diferentes intensidades de cooperação, sendo estas mais significativas a sul do que a norte. Isto deve-se ao facto de no sul existirem centros urbanos muito próximos e consolidados que possuem uma grande capacidade de influência no território envolvente, e no norte deve-se às barreiras físicas existentes (relevo alto e mais acidentado) e por estar mais afastado das principais ligações transfronteiriças. Segundo Vespasiano (2001) a cooperação transfronteiriça entre estes dois países tem sido facilitada, através da assinatura de vários protocolos que se têm traduzido nos seguintes resultados:

- a) Cooperação em áreas como o turismo e a agricultura tendo em vista o desenvolvimento económico conjunto;
- b) Cooperação ao nível da mobilidade, logística e dos transportes tornando mais fácil a troca de mercadorias e a atividade dos portos marítimos;
- c) Cooperação na área do ambiente ligada a questões de poluição, gestão e conservação de recursos aquíferos e costeiros;
- d) Cooperação ao nível da qualificação profissional, social e escolar;
- e) Cooperação em funções alfandegárias e de fiscalização;
- f) Cooperação nas áreas da ciência, inovação e tecnologia;
- g) Apoio aos pequenos grupos sociais fronteiriços tendo em conta as suas características identitárias e a sua posição no contexto político e social;

Em matéria de urbanismo esta região transfronteiriça apresenta como principais características, uma coerência no que respeita à organização dos seus aglomerados urbanos, com distâncias muito reduzidas e com uma localização bastante próxima à faixa de fronteira. Esta realidade urbana existente deveu-se sobretudo ao papel desempenhado por ambos os países depois da última alteração do traçado da fronteira, no sentido de impedirem a separação entre estes aglomerados urbanos fronteiriços. No entanto esta alteração prejudicou uma parte da população eslovena ao dificultar o acesso às cidades de Trieste e Gorizia, e outras relações estabelecidas. A cidade de Gorizia também ficou prejudicada com esta última alteração da faixa de fronteira, ao ser separada em dois aglomerados urbanos. Este resultado levou a que na

Eslovénia se criasse uma outra cidade, designada de Nova Gorica, com origem e ligação à anterior Gorizia. Este centro urbano constituído por duas cidades foi durante a década de 90, alvo de várias intervenções ao nível do ordenamento do território devido às suas especificidades marcadamente transfronteiriças. Das várias intervenções concretizadas, destacam-se ações de marketing e planeamento, tendo em vista o desenvolvimento económico e social e a melhoria da estrutura urbana, tornando-a mais articulada. Outra ação que importa mencionar foi a construção de um centro transfronteiriço de grande dimensão, onde estão concentrados vários serviços associados à atividade económica, logística e alfandegária (Caramelo, 2005). Em relação à cooperação transfronteiriça, implementou-se também entre estas duas cidades um projeto de desenvolvimento conjunto em 1997 financiado através de iniciativa comunitária. Os resultados positivos alcançados com este processo de cooperação permitiram que em 1998 se celebrasse um pacto novo, tendo uma maior área de influência, ao integrar um grande conjunto de agentes territoriais e concretizar várias ações, projetos e iniciativas que por sua vez tiveram grande impacto em diversos domínios (Caramelo, 2005).

De uma forma geral, a cooperação transfronteiriça mantida entre estes dois países, não foi sempre bem concretizada, sobretudo nas últimas duas décadas, devido à independência e adesão à União Europeia (UE) por parte da Eslovénia e à falta de apoio jurídico. Outro aspeto a referir, é que a cooperação transfronteiriça apesar de se ter desenvolvido em diversos domínios tem-se sobretudo adaptado às restrições existentes. A cooperação transfronteiriça realizada até à atualidade deve-se ao facto de as várias entidades regionais estarem interessadas no estabelecimento de relações de carácter transnacional, transregional e transfronteiriço, através da criação de possíveis comunidades de trabalho, tal como a Alpe-Adria ou a constituição de euroregiões como a Euro Adria. No entanto, em alguns casos atualmente estas relações são ainda dificultadas pela ausência de competências adequadas a processos de cooperação transfronteiriça (Caramelo, 2005).

4.2. A Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e França

4.2.1. Enquadramento geográfico:

A região transfronteiriça da Cerdaña enquadra-se na linha de fronteira entre a Espanha e França, mais precisamente num vale com uma área aproximada de 200 km² que se insere maioritariamente na grande cadeia montanhosa dos Pirenéus. Esta área transfronteiriça encontra-se separada pela “Alta Cerdaña” na qual se insere a região de Languedoc – Roussillon que pertence a território francês, e pela “Baixa Cerdaña” onde se inclui a região autónoma da Catalunha que pertence a território espanhol (Berzi, 2014).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 5. A Região Transfronteiriça de Espanha e França

4.2.2. A região transfronteiriça de Espanha e França

A região transfronteiriça da Cerdaña, segundo alguns autores pode ser considerada uma região marcadamente transfronteiriça, devido às suas características territoriais não apresentarem grandes disparidades físicas e humanas (Vila, 1984; Blanchon, 1992; Sahlins, 1993; Mancebo, 1999; Moncusí, 2003). Nesta região

transfronteiriça, uma das condições impostas pela própria fronteira traduzia-se nas atividades da agricultura e criação de gado, em que as práticas das populações locais não podiam ultrapassar o seu respetivo limite. Anteriormente, nesta região persistiu o contrabando e outras atividades de carácter ilícito, associadas a realidades fronteiriças (Berzi, 2014). Nesta região os recursos endógenos eram geridos sobretudo por um grupo de indivíduos entendidos na matéria, em que as suas ações para o território eram decididas e tomadas em conjunto. No entanto, a imposição de políticas distintas posteriormente refletiu-se de forma desigual em ambos os lados da fronteira (Moncusí, 2003).

4.2.3. As experiências e processos de Cooperação Transfronteiriça

A coerência territorial, os contextos económicos, sociais e culturais semelhantes são alguns dos factores que estiveram na origem dos processos de cooperação transfronteiriça nesta região, no período anterior e posterior à abertura das fronteiras e que foram essenciais para resolver alguns problemas e necessidades da população local. No entanto, a institucionalização dos processos de cooperação transfronteiriça nesta região só surgiu a partir da década de 80, aquando da entrada de Espanha na CEE, com a celebração de vários acordos e com os apoios comunitários. Nesta região transfronteiriça, a cooperação passou a ser encarada como uma alternativa para se alcançar uma melhor gestão territorial e poder contribuir para o desenvolvimento conjunto. Em relação à constituição de organismos de representação, destaca-se em 1991 a criação da AMC (*Asociación de Municipios de la Cerdaña*) integrando 43 municípios. O principal objetivo desta associação é a promoção e o desenvolvimento de atividades relacionadas com ambiente, transportes, infraestruturas, saúde, cultura e turismo. No fim da década de 90, e baseando-se na AMC, formou-se um novo organismo designado de “*Gran Consejo de la Cerdaña*” que pretendia a união das entidades à escala supralocal. Em 2011 surgiu o AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça) que representa esta região, designada de “*Pirenéus-Cerdaña*” que inclui as entidades do “*Consejo Comarcal de la Cerdaña*” e da “*Communauté de communes Pyrénées Cerdagne*” (Berzi, 2014).

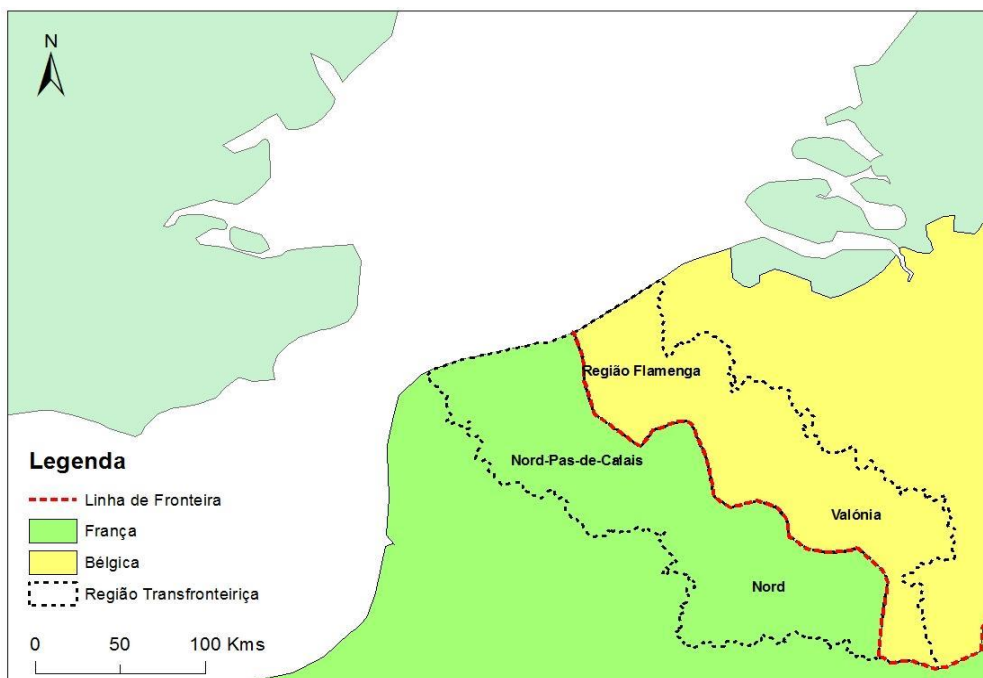
No âmbito da cooperação transfronteiriça, as ações que mais importantes, foram concretizadas sobretudo ao nível do ambiente com a execução de projetos e a celebração de vários acordos. Em relação aos projetos realça-se a construção de uma estação de tratamento de águas em 1989 (Oliveras, 2012). Entre outros projetos realizados, destaca-se o “Contrato del río Segre”, cuja finalidade era a gestão partilhada deste rio e a melhoria da qualidade deste recurso aquífero (Oliveras, 2010; Berzi, 2013). A cooperação transfronteiriça também teve impacto noutros setores económicos, tais como a agricultura e a pecuária, com a construção de um matadouro que abrangesse toda a área territorial da região da Cerdaña; no entanto este projeto ainda não se encontra terminado devido à ausência de verbas do lado de Espanha (Berzi, 2014). O setor da saúde assume importância crescente nos processos de cooperação transfronteiriça, com a construção de uma grande unidade hospitalar para prestar serviços às populações de ambos os lados da fronteira. No setor do turismo algumas entidades locais têm vindo a desenvolver iniciativas que visam a divulgação conjunta, das quais resultaram ações como a criação de produtos, a tradução de informação turística, a promoção turística com recurso às novas tecnologias e a aposta numa oferta turística diversificada com o objetivo de diminuir o problema da sazonalidade (Berzi, 2014).

Em síntese, os processos de cooperação transfronteiriça neste território de montanha, têm tido sobretudo incidência sobre os recursos endógenos, assumindo-se estes como alternativas estratégicas para contribuir para o desenvolvimento local. Porém esta região continua a sofrer de alguns problemas em que a cooperação ainda não conseguiu resolver, tais como o turismo sazonal, a educação conjunta frágil e o ordenamento do território (Berzi, 2013). No entanto, os aspetos positivos que importa referir com base na análise desta experiência de cooperação, são a superação dos problemas relacionados com os sistemas burocrático e legislativo que vigoram em cada país, o que faz com que muitas vezes os processos de cooperação fiquem condicionados. Esse problema faz-se sentir no caso Elvas-Badajoz.

4.3. A Cooperação Transfronteiriça entre a França e Bélgica

4.3.1. Enquadramento geográfico

A linha de fronteira entre a França e a Alemanha contém cerca de 620 km, dos quais 200 km fazem parte da região transfronteiriça de Nord-Pas-de-Calais e West-Vlaanderen/Hainaut. Em relação aos territórios de fronteira, do lado de França estes encontram-se estruturados de forma simplificada, pelo que não apresentam grandes disparidades. No entanto, a mesma situação não se verifica nos territórios pertencentes à Bélgica, pois aí a realidade difere, devido à existência de uma grande complexidade associada a múltiplas divisões administrativas e culturais (Caramelo, 2005).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 6. A Região Transfronteiriça de França e Bélgica

4.3.2. A região transfronteiriça de França e Bélgica

A região transfronteiriça entre a França e a Bélgica passou por períodos de grande tensão ao longo da sua história, marcada por alguns conflitos entre os grandes países da Europa (Alemanha, Áustria, Espanha, França e Inglaterra) que pretendiam o

domínio do território, devido ao seu valor estratégico (Caramelo, 2005). O traçado atual da fronteira entre a França e a Bélgica passou a ser definido nos Tratados de Utrecht (1713-1975). No entanto esta passou por algumas alterações ao nível do controlo do território. Em relação ao território francês, não existe outra região que tenha sofrido tantas alterações como em Nord-Pas-de-Calais (Caramelo, 2005).

Uma das principais características desta região transfronteiriça é a grande concentração urbana e populacional numa área territorial de reduzida dimensão. Nesta destaca-se Lille e a sua área metropolitana de carácter transfronteiriço, que possui uma forte articulação ao nível dos transportes e uma grande capacidade de atração sobre novas áreas territoriais. Em segundo lugar, realça-se outro *cluster* urbano localizado junto à linha de costa, que compreende os aglomerados urbanos de Oostende, Calais, Dunkerque e Boulogne sur Mer. As principais atividades económicas destas áreas urbanas são o turismo em território belga, e a indústria, distribuição e logística em território francês. Em terceiro lugar, destaca-se um tecido urbano que se estende desde Liévin (França) até Charleroi (Bélgica). As expansões urbanas destes diferentes conjuntos deveram-se sobretudo ao crescimento da atividade industrial e a sistemas económicos complexos. Importa ainda referir que existem áreas rurais nesta região, onde a agricultura é praticada de modo intensivo.

4.3.3. As experiências e processos de Cooperação Transfronteiriça

O quadro legal correspondente à CT entre a França e a Bélgica apresentava algumas disparidades até ao início do ano de 2000, devido à ausência de um pacto de âmbito internacional, que servisse de mecanismo de regulação das iniciativas e que fomentasse a CT; esta situação só se inverteu em 2002, através de um acordo celebrado por ambos os países. Este acordo não ficou totalmente operacional logo de início, porque já se tinham desenvolvido diversos tipos de acordos com outros países. No entanto, apesar deste constrangimento jurídico, os processos de CT concretizados neste território transfronteiriço estão muito desenvolvidos. Importa referir que a cooperação entre estes dois países tem sido concretizada de forma desigual e

complexa, devido à estrutura administrativa da Bélgica, onde os sistemas jurídicos flamengo e valão são distintos (Caramelo, 2005). A existência desta mesma realidade aliada a outros fatores como o aumento da competição e a tomada de posições opostas, têm por vezes dificultado os laços estabelecidos entre as distintas regiões o que pode condicionar uma melhor integração do território transfronteiriço (Caramelo, 2005).

Um dos fatores que mais tem contribuído para o desenvolvimento dos processos de cooperação transfronteiriça é a elevada concentração urbana existente nesta região e a grande proximidade geográfica entre os vários aglomerados urbanos. No entanto, estes conjuntos urbanos não possuem quadros institucionais semelhantes, pois existem casos onde estes diferem bastante, com reflexos nas políticas, projetos e ações de planeamento. Esta realidade é visível no caso das cidades de Panne e Dunkerque, onde a cooperação está menos desenvolvida do que na área metropolitana de Lille. Os motivos que justificam esta diferença, apesar de em ambos a cooperação ter sido fomentada sobretudo a partir da última década de 80, é que no primeiro caso estava estipulado que as principais áreas de intervenção no âmbito da cooperação transfronteiriça eram a economia, política territorial, qualificação e mobilidade. Nesse sentido, a cooperação demonstrou ser um pouco restrita e não se teve em conta a sua área de influência. Enquanto no segundo caso, as ações de cooperação tiveram impacto em diversas áreas, com destaque para a constituição da COPIT (*Conférence Permanente Intercommunale Transfrontalière*) que integra quatro conjuntos de concelhos belgas e um conjunto de concelhos francêses. As ações desta entidade (COPIT) têm-se centrado no ordenamento do território urbano, abastecimento de água, informação cartográfica, transportes públicos e gestão paisagística. No entanto, segundo a opinião de S. Caramelo, ainda existe carência de sistemas de ordenamento do território à escala transfronteiriça (Caramelo, 2005). A cooperação transfronteiriça nesta região encontra-se numa situação singular, já muito aprofundada e desenvolvida, embora ainda haja alguns limites legais que condicionam o seu normal funcionamento (Caramelo, 2005).

Apesar de todas estas áreas abordadas anteriormente terem criado algum impacto ao nível da cooperação transfronteiriça, importa realçar que a área que maior

expressão assumiu nesta região transfronteiriça foi a saúde. Neste sentido, destaca-se o estabelecimento de parcerias entre a Bélgica e os outros estados-nação envolventes e sobretudo entre esta e a região de Nord-Pas-de-Calais, na França. Nos anos 90, os esforços alcançados pela França e Bélgica, com o intuito de assegurar o direito de acesso aos cuidados de saúde por parte dos seus cidadãos, permitiu um maior desenvolvimento de ações já concretizadas mas, no entanto, estavam condicionadas pelo quadro jurídico e a conceção de outros projetos. Os projetos realizados no âmbito da saúde tiveram como objetivos, a extensão de serviços para dar uma maior capacidade de resposta às necessidades da procura, a aposta na investigação científica, o aproveitamento das relações complementares e a criação de uma política de saúde consistente e duradoura (Caramelo, 2005).

Em síntese, o contexto estratégico desta região transfronteiriça associado às relações de proximidade estabelecidas deveu-se sobretudo ao facto de esta estar servida por uma rede de transportes eficaz, o que permitiu contribuir para um grau elevado de permeabilidade da sua fronteira. Outro fator que pode também ter contribuído para esta permeabilidade, é a existência de uma elevada concentração urbana localizada junto à faixa de fronteira. Importa realçar que os processos e as experiências de cooperação transfronteiriça divergem entre regiões, mesmo até em regiões internas como é o caso da Bélgica, tanto em intensidade como em variabilidade, estando na base destes sistemas funcionais, quadros jurídicos distintos, o que se reflete nos seus resultados. Por fim, a cooperação transfronteiriça nesta região tem demonstrado uma grande complexidade, e este resultado deve-se à prossecução de diversas ações nas mais distintas áreas da sociedade, tentando procurar soluções para problemas e necessidades das populações de ambos os territórios de fronteira.

O quadro 2 faz uma síntese dos três exemplos analisados atendendo às características da área, aos factores que facilitaram e dificultaram a cooperação e aos principais domínios de intervenção.

Quadro 2. Síntese das três experiências de Cooperação Transfronteiriça.

	Itália-Eslovénia	Espanha-França	França-Bélgica
Caraterísticas da região de fronteira	Posição geoestratégica entre a Europa ocidental/oriental e entre o espaço sul/central; Ligação às principais redes europeias de transporte; Existência de boas acessibilidades; Existência de várias culturas no território; Sofreu alterações ao nível geopolítico, administrativo e económico.	Inexistência de disparidades físicas; Coerência territorial; Existência de contextos económicos, sociais e culturais semelhantes.	Posição geoestratégica ao integrar o modelo da Banana Azul; Existência de boas acessibilidades; Concentração urbana e populacional significativa; Grande capacidade de atração; Existência de boas acessibilidades
Fatores que facilitam a cooperação	Construção de vários pontos de acesso; Proximidade geográfica; Coerência dos aglomerados urbanos; Espaço com grande potencial de contacto entre culturas; Celebração de protocolos de cooperação entre várias entidades e a diversas escalas; Grande capacidade de adaptação às restrições existentes	Celebração de vários acordos e recurso aos apoios comunitários; Superação de problemas burocráticos e legislativos; Criação de parcerias; Tomada de decisões e concretização de ações em conjunto; Gestão conjunta dos recursos endógenos	Processos de Cooperação Transfronteiriça bastante desenvolvidos; Proximidade geográfica; Elevada concentração urbana
Fatores que dificultam ou dificultaram a cooperação	Existência de barreiras físicas; A inexistência de apoio jurídico; Processo de independência e adesão da Eslovénia à UE demorado; Ausência de competências adequadas aos processos de cooperação transfronteiriça.	Existência de políticas administrativas e fiscais distintas.	Existência de sistemas jurídicos distintos; Aumento da competição e concorrência; Tomada de posições distintas
Domínios de intervenção	Turismo; Agricultura; Desenvolvimento Económico; Transportes e Logística; Ambiente; Formação e Qualificação Profissional; Política Fiscal; Ciência, Inovação e Tecnologia; Apoios Sociais	Turismo; Ordenamento do Território; Infraestruturas; Saúde, Transportes, Cultura; Ambiente; Pecuária; Agricultura	Turismo; Economia; Indústria; Ordenamento do Território; Distribuição e Logística; Mobilidade e Transportes; Cartografia; Saúde Abastecimento de recursos aquíferos; Gestão Paisagística;.

Fonte: Caramelo, 2005; Berzi, 2014. Adaptado.

II. A fronteira Portugal-Espanha: da fortaleza às eurocidades

1. Breve evolução das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha:

A linha de fronteira que demarca os dois países ibéricos é considerada a mais antiga e estável do continente europeu, e das que possui maior extensão por via terrestre (cerca de 1234 km). Foi através da celebração do Tratado de Alcanices (1297), que se criou o atual traçado da linha de fronteira, o qual sofreu apenas pequenas alterações até à atualidade. Na Idade Média assistiu-se à edificação de inúmeras fortificações por motivos de defesa, o que influenciou o povoamento de ambos os lados da fronteira. A organização do território raiano em termos de estrutura e ocupação populacional reflete fatores naturais pouco favoráveis mas, sobretudo, a tomada de posições estratégicas. Além disso, durante o período dos Descobrimentos, o processo de “litoralização” contribuiu ainda mais para um despovoamento destes territórios. (Jacinto, 1995). Mas foram sobretudo as migrações internas e para a Europa nos anos 50 e 60 do século passado que definiram a matriz populacional frágil e envelhecida que marca os territórios raianos.

A forte redução da população, a base económica assente em atividades tradicionais, a frágil produção, o isolamento, a escassez de ações promotoras de desenvolvimento, a reduzida oferta de serviços, a fraca intensidade de relações transfronteiriças, o sistema territorial desarticulado, e a existência de um mercado limitado são alguns dos problemas que caracterizam as áreas de fronteira entre Portugal e Espanha (Cavaco, 1996). Na opinião da autora, estes problemas condicionaram os processos de desenvolvimento e de relacionamento entre estas regiões; além disso, as iniciativas de desenvolvimento já concretizadas não se revelaram suficientes para contrariar estas tendências. No entanto, em alguns casos, a criação de laços permitiu a formação de relações institucionais e a procura de soluções para os problemas. (Cavaco, 1996).

Para além destes problemas, o efeito de “fronteira” que vigorou ao longo de vários séculos entre os dois países ibéricos, funcionou como barreira ao relacionamento entre as suas populações. No entanto, à escala local, a realidade foi

diferente pois a existência de traços culturais e a defesa de interesses e costumes comuns contribuíram para o estabelecimento de relações, por vezes intensas, entre os territórios próximos da fronteira, sobretudo ao nível do comércio, ainda que este fosse sobretudo de carácter ilegal (Isidro, 2013).

As boas relações estabelecidas entre populações raianas deveram muito à existência de características próprias dos territórios de fronteira e à presença de sentimentos e de elementos imateriais comuns que, em conjunto, favoreceram os processos de cooperação transfronteiriça. Tal como Amante refere, os territórios fronteiriços oferecem *“condições excepcionais para os fenómenos da troca e da partilha aos mais diversos níveis: espaço, economia, aspectos sociais e culturais”* e nestes podem-se encontrar *“traços culturais, partilhados por portugueses e por espanhóis que poderão ser designados como cultura de fronteira”* (Amante, 2007: 24-25).

Quando se aborda o tema das relações transfronteiriças é frequente associar estas ao fenómeno do contrabando. Segundo Amante torna-se *“absolutamente impossível falar da raia e dos raianos sem falar de contrabando”* (Amante, 2004: 132-133). Embora a sua prática tenha sido ilegal, esta contribuiu para a construção da identidade das regiões de fronteira e das comunidades que nelas vivem. Tal como a autora refere o contrabando assume *“um papel decisivo na formação da identidade da raia e dos raianos. A razão disto prende-se com o facto de a fronteira e o contrabando serem em larga medida extensão um do outro”* (Amante, 2004: 132-133).

Para além de ser considerado parte integrante de uma determinada identidade, o contrabando contribuiu para o sustento de muitas famílias e para a sobrevivência de algumas economias locais no período anterior à abertura das fronteiras. Na falta de oportunidades para desenvolver ou fomentar outros negócios locais, o contrabando era visto como uma alternativa para gerar alguma riqueza, apesar de pouco significativa. Em resumo, o contrabando, cuja prática só faz sentido na presença da fronteira, permitiu o fomento de relações entre as populações raianas.

Para Miguel Castro (2013) o contrabando fez-se sentir sobretudo nas áreas territoriais transfronteiriças em que o controlo exercido pelas alfândegas era mais

significativo e também na presença de grandes diferenças no que respeita ao desenvolvimento e ao nível de vida em distintos países.

Para Cabero Diéguez (2003) a fronteira influenciou fortemente as relações entre os dois países ibéricos. Esta influência perdura até hoje e não há uma noção clara da sua dimensão. Isidro partilha a mesma opinião ao afirmar que as relações entre as regiões transfronteiriças Portugal-Espanha são marcadas pela influência exercida pela própria fronteira. A relativa superação dos problemas pelos quais estes territórios passaram deveu-se sobretudo à operacionalização dos processos de cooperação transfronteiriça. A autora considera que as relações entre os dois países ibéricos também são resultado do espírito de boa vizinhança que contribuiu para os fluxos comerciais e outras formas de cooperação. O contrabando, apesar de ilícito, também fomentou o desenvolvimento económico, o estabelecimento de relações e a criação de uma identidade das áreas fronteiriças (Isidro, 2013).

A existência de afinidades entre as diversas regiões de fronteira tem sido um dos principais fatores que tem contribuído para o fortalecimento das relações transfronteiriças; isto reflete o facto de estas estarem afastadas e se sentirem excluídas em relação aos restantes territórios, e também por apresentarem estruturas socioeconómicas desfavoráveis. Nesse sentido, as áreas de fronteira entre Portugal e Espanha são das que registam níveis de desenvolvimento mais baixos, tendo sido apelidadas de áreas subdesenvolvidas (Pintado e Barrenechea, 1974).

No que respeita à evolução das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha, é frequente considerar-se que a consolidação das relações ocorre a partir da década de 80, aquando da entrada dos dois países na CEE (1986). No entanto importa referir que desde os meados dos anos 70 houve um esforço intenso de aproximação no quadro das relações ibéricas e da preparação da adesão conjunta à CEE. Em 1976 realizou-se na Guarda uma reunião entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros, com o objetivo de aumentar a colaboração entre ambos os países (Cabero Diéguez, 2004). Este processo que tinha em vista uma maior abertura ao exterior e estreitamento de relações bilaterais iniciou-se com a promulgação das Constituições em Portugal (1976) e em Espanha (1978) e prolongou-se até 1986 com a respetiva integração europeia.

Em 1977 foi celebrado o “Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha” que permitiu fortalecer os laços criados e definir modelos de cooperação. Dois anos depois constituiu-se a “Comissão Mista Luso-Espanhola de Ordenamento do Território e Meio Ambiente”, para tratar dos assuntos relacionados com o ambiente e o ordenamento do território (Isidro, 2013). As relações em matéria de cooperação transfronteiriça começaram oficialmente em 21 de Maio de 1980, com a aprovação do “Convénio Quadro Europeu sobre Cooperação Transfronteiriça entre Entidades Territoriais”. Este diploma veio facilitar o desenvolvimento de iniciativas, ações e medidas que contribuíssem para o relacionamento entre entidades e foi também uma oportunidade para expandir os domínios da cooperação transfronteiriça aos serviços, infraestruturas, ambiente e desenvolvimento em diversas escalas (Isidro, 2013).

Como se referiu, os dois países ibéricos passaram por diversas fases que se repercutiram na constituição e intensidade das suas relações transfronteiriças. De entre essas fases, destaca-se o longo período das ditaduras, em que os países se mantiveram de “costas voltadas” e com forte controlo das suas fronteiras. Entre o fim das ditaduras e a entrada na CEE há um período curto de intensa aproximação, às escalas nacional e local. A partir da segunda metade da década de 80 um novo marco político na história dos dois países traduziu-se numa melhoria do estado das relações transfronteiriças, e permitiu que ambos os países pudessem estreitar as suas políticas de desenvolvimento para estes territórios.

Para Isidro a intensificação das relações entre as regiões de fronteira deu-se a partir da queda das ditaduras e posteriormente com o período de adesão e de integração, e inerente supressão das fronteiras. Com a entrada na CEE (Comunidade Económica Europeia) em 1986, o desenvolvimento das suas regiões passou a estar integrado nas políticas regionais de âmbito comunitário, tendo como ênfase os principais problemas estruturais e as desigualdades regionais (Isidro, 2013). Para Caetano, a entrada de Portugal e Espanha na CEE/União Europeia permitiu a consolidação das suas relações, pois *“na sequência deste acto, ficaram criadas condições institucionais para um progressivo reforço do relacionamento bilateral, em especial nos domínios económico e político.”* (Caetano, 2000: 49).

Um dos setores de atividade económica que mais beneficiou com a adesão dos dois países ibéricos à CEE (atual União Europeia) foi o comércio. Este processo permitiu aumentar os fluxos comerciais num curto período de tempo, tal como Abreu refere *“Em termos de comércio bilateral, passamos em poucos anos de uma relação praticamente insignificante para uma posição de grande interdependência e integração.”* (Abreu, 2011: 2). É certo que o comércio foi uma das atividades económicas que mais beneficiou com a abertura das fronteiras e com o desenvolvimento das relações bilaterais; no entanto, os múltiplos acordos estabelecidos também causaram impacto noutros domínios económicos, sociais e culturais. Outro fator que tem contribuído para fortalecer as relações transfronteiriças é a realização de eventos anuais, tais como as *“Cimeiras Luso-Espanholas”*, que, desde 1983, reúnem as individualidades máximas dos governos português e espanhol para debater os problemas e as questões de interesse comum e procurar as melhores estratégias para os enfrentar (Martins,2008).

A operacionalização da cooperação transfronteiriça, um dos temas centrais nestes encontros ibéricos, tem-se efetuado com recurso aos apoios financeiros atribuídos no âmbito dos programas específicos de iniciativa comunitária, visando a redução das disparidades e o desenvolvimento das regiões transfronteiriças (Martins, 2008).

Um dos problemas que mais condicionava o desenvolvimento das relações transfronteiriças era a inexistência de boas acessibilidades tornando a fronteira num espaço pouco permeável; assim, numa primeira fase, as intervenções no âmbito dos programas comunitários foram sobretudo concretizadas ao nível físico, para resolver problemas relacionados com *“as insuficiências em infraestruturas que muito dificultavam as relações económicas bilaterais* (Abreu, 2011: 2).

Desde o início da década de 90 que os programas de iniciativa comunitária são a principal via para o reforço das relações transfronteiriças. De entre estas iniciativas, destacam-se os programas INTERREG e mais recentemente o POCTEP (no caso de Portugal e Espanha) que têm contribuído para o desenvolvimento, continuidade e reforço das relações, através da concretização de numerosos projetos por todas as regiões de fronteira.

2. Os Programas de Iniciativa Comunitária: INTERREG e POCTEP

2.1.1. INTERREG I - A (1990-1993)

O processo de integração dos países na CEE e a conseqüente abolição das fronteiras revelou os problemas e desafios associados às grandes disparidades observadas nos ritmos de desenvolvimento à escala regional e principalmente nas regiões de fronteira, tornando urgente a necessidade de os superar. Neste sentido, e tendo em conta a consagração de um dos maiores objetivos da CEE, ou seja o desenvolvimento territorial europeu mais equilibrado e homogéneo, foi lançada no início dos anos 90, a primeira iniciativa comunitária no âmbito do programa INTERREG, que se estendeu até 1993. Esta foi encarada como uma oportunidade para as regiões de fronteira superarem as suas dificuldades e se afirmarem num contexto cada vez mais global.

Segundo a Comissão Europeia, a criação do programa de iniciativa comunitária INTERREG teve como objetivos gerais para o território europeu a promoção da cooperação transfronteiriça tendo em vista o desenvolvimento das regiões fronteiriças e a ajuda na preparação destas para poderem tirar benefícios dos desafios e oportunidades resultantes do quadro de maior abertura e integração. A operacionalização desta iniciativa traduziu-se em programas de cariz operacional adequados às especificidades locais, visando alcançar uma maior coesão para o território europeu (CE, 1994).

No caso da fronteira entre Portugal e Espanha, os objetivos gerais do INTERREG I consistiam em fomentar o desenvolvimento socioeconómico, fixar população e contribuir para um melhor ordenamento do território dos núcleos urbanos transfronteiriços, e contribuir para uma melhoria da integração económica das zonas de fronteira. Os objetivos específicos resumiam-se na permeabilização desta, na articulação territorial e económica, e na gestão ao nível ambiental e cultural (DGDR, 1993; IFDR, 2011).

No âmbito do INTERREG I (1991-1993) destacaram-se as intervenções nas seguintes áreas: a) acessibilidades, com a construção de novas vias de comunicação

rodoviária e a melhoria das existentes, de forma a contribuir para que as regiões de fronteira se tornassem menos periféricas; b) infraestruturas e equipamentos, com a construção de infraestruturas sanitárias e de abastecimento tendo em conta a satisfação das necessidades básicas, as condições de vida da população e a melhoria do ambiente; c) património, com intervenções na recuperação e conservação do edificado e do meio natural, de forma a fomentar o turismo e outras atividades económicas; d) cooperação transfronteiriça, visando a sua promoção e a criação de entidades de apoio ao desenvolvimento deste tipo de parcerias para que aquela fosse interiorizada nas comunidades; e) setor primário, com a atribuição de apoios financeiros específicos devido à importância que as suas atividades possuem nas áreas de fronteira (IFDR, 2011).

A maior parte dos projetos foram geridos e concretizados através de acordos estabelecidos por entidades de âmbito regional e nacional, devidamente monitorizados. No entanto, alguns projetos foram geridos por entidades de carácter transfronteiriço, o que permitiu alcançar resultados bastante satisfatórios (CE, 1994; Medeiros, 2010).

A iniciativa comunitária INTERREG teve como aspetos positivos, o desenvolvimento e a difusão de boas práticas e a diversificação de experiências de cooperação em várias escalas. Como aspeto negativo realçam-se intervenções demasiado centradas no contexto nacional mais do que propriamente nos problemas que afetavam o contexto regional. As experiências pioneiras do INTERREG I foram objeto de análise para a melhoria da sua operacionalização no segundo período comunitário (Isidro, 2013).

Neste sentido, os impactos do INTERREG I, apesar de no geral terem sido positivos, não se revelaram suficientes para ultrapassar os problemas existentes nos territórios de fronteira, devido à sua extensão e complexidade. No fim deste primeiro programa era prematuro avaliar o seu sucesso, pois tinham decorrido apenas 4 anos desde o seu início, mas foi sentida a necessidade de dar continuidade a esta iniciativa comunitária.

2.1.2. INTERREG II - A (1994-1999)

O programa INTERREG no início do segundo período comunitário tinha já comprovado resultados positivos, embora um pouco insuficientes pois continuavam a persistir problemas nas regiões de fronteira e o desenvolvimento destas ainda estava longe de ser alcançado. Perante este cenário houve necessidade de continuar a desenvolver esta política de iniciativa comunitária, com a criação de um segundo programa designado de INTERREG II-A, que vigorou entre 1994 e 1999.

Este programa sofreu algumas alterações, entre as quais se destacam o aumento do número de iniciativas e programas operacionais em parte decorrentes da adesão à UE da Suécia, Áustria e Finlândia (CE, 1998). Neste segundo período comunitário, também se assistiu a um maior número de áreas de intervenção abrangidas pelo programa, em parte por já serem visíveis algumas melhorias ao nível económico, social e na oferta de infraestruturas (IFDR, 2011).

Os objetivos gerais do programa de iniciativa comunitária INTERREG II passavam pelo apoio às áreas de fronteira, tanto internas como externas, de forma a ultrapassar os problemas resultantes do seu afastamento visando os interesses da população e a conservação ambiental, o fomento de redes de cooperação transfronteiriça (CT) mais abertas e articuladas, o apoio às áreas de fronteira exteriores para se poderem adaptar e integrar no mercado único e tirar proveito das novas formas de cooperação geradas pelas fronteiras externas (CE, 1994).

Os objetivos para as regiões de fronteira entre Portugal e Espanha eram: valorizar os recursos endógenos e humanos das áreas de fronteira, melhorar a oferta de infraestruturas de base para o desenvolvimento socioeconómico, tirar proveito de investimentos decorrentes do surgimento de oportunidades e criar emprego. Outros objetivos consistiam em melhorar as acessibilidades, proceder a um correto ordenamento dos territórios urbanos, fomentar a gestão do património natural, ambiental e do edificado, reforçar a cooperação transfronteiriça a nível institucional e criar instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento (DGDR,1994; IFDR, 2011).

Tal como foi referido antes, assistiu-se a um aumento do número de intervenções durante o programa INTERREG II, com destaque para: a) realização de estudos associados ao desenvolvimento das regiões fronteiriças; b) criação e apoio às atividades empresariais tendo em vista a integração em redes de carácter transfronteiriço; c) atribuição de apoios às atividades turísticas; d) construção de infraestruturas nos espaços urbanos; e) criação de infraestruturas de abastecimento de recursos aquíferos e energéticos tais como o gás e a eletricidade, comunicações tecnológicas e aposta na utilização de energia renovável; f) combate à poluição, conservação da natureza e do meio ambiente e racionalização energética; g) conservação do património e do edificado; h) promoção do desenvolvimento das áreas rurais e das atividades agrícolas; i) apoio ao desenvolvimento das atividades comerciais transfronteiriças; j) criação de comunidades de trabalho e de instituições comerciais de âmbito transfronteiriço; k) melhoria das acessibilidades; l) celebração de acordos de cooperação nas áreas da economia, saúde, cultura, ensino e investigação científica; m) aposta na formação e qualificação profissional; m) apoio na resolução de problemas de carácter legítimo, institucional; o) controlo e combate ao comércio ilegal (Medeiros, 2010).

No que respeita à gestão dos projetos e à envolvimento de entidades ou agentes, houve um predomínio de agentes regionais e locais durante o período do INTERREG II (Medeiros, 2010). Na prática registou-se uma maior participação e diversificação de entidades, pois se no primeiro período de programação do INTERREG sobressaíram as entidades nacionais, no segundo período passaram a ser os agentes regionais e locais a beneficiarem mais com a concretização dos projetos.

Esta alteração verificada na gestão dos projetos para além de ter criado a oportunidade de as entidades regionais e locais participarem na sua execução, permitiu também que as respostas encontradas fossem mais adequadas à resolução dos problemas específicos existentes. De facto, estas possuem um maior conhecimento da realidade das regiões de fronteira.

Deste segundo programa destacam-se a atribuição de apoios económicos acrescidos que permitiram melhorar o estado de desenvolvimento das regiões de fronteira e reduzir as disparidades existentes, e a importância do INTERREG para o

desenvolvimento de novas regiões fronteiriças que não estavam ainda abrangidas por este programa. Outros resultados que importa destacar foram a continuação de projetos já iniciados durante o primeiro período de programação e o aumento significativo de experiências de cooperação que por sua vez contribuiu para que esta se consolidasse. Como resultados negativos apontam-se a fraca integração económica ao nível da gestão devido à falta de uma organização eficiente nos vários programas operacionais, e o facto de grande parte dos projetos e iniciativas realizadas não se terem baseado numa dimensão fortemente transfronteiriça. Outro resultado negativo prendeu-se com a dificuldade em enquadrar os programas e projetos em diferentes escalas, tendo ainda havido projetos concebidos ao nível nacional, em detrimento da escala transfronteiriça (CE, 2000).

Ao longo destes dois períodos de programação do INTERREG, as grandes preocupações das instituições europeias passaram por tentar resolver os problemas que condicionavam o desenvolvimento das regiões de fronteira e de colocar em prática uma nova forma de governança e de gestão territorial, que até então não era tida em conta, ou seja a cooperação transfronteiriça. O progresso alcançado com as experiências de cooperação realizadas era já visível e mostrava os primeiros sinais no caminho de uma conjuntura socioeconómica mais favorável. No entanto continuavam ainda a existir problemas complexos nos territórios de fronteira, marcados pela sua efetiva perifericidade o que motivou a criação de um terceiro programa de iniciativa comunitária – o INTERREG III.

2.1.3. INTERREG III -A (2000-2006)

Os resultados satisfatórios nos períodos de programação já cumpridos, em particular o número e a diversidade de processos de cooperação transfronteiriça, motivou a criação de um terceiro programa denominado INTERREG III-A (2000-2006). Esta evolução permitiu que a cooperação superasse a dimensão material para também integrar a dimensão imaterial com o objetivo de promover o desenvolvimento económico e social das regiões de fronteira (DGDR, 2003). Em simultâneo, este processo evolutivo de cooperação passou a fazer parte da cultura das comunidades

fronteiriças. A entrada em vigor do INTERREG III-A trouxe alterações importantes na cooperação transfronteiriça, entre as quais a obrigatoriedade de participação e integração conjunta de agentes de ambos os territórios de fronteira. (CE, 2004).

Segundo a Comissão Europeia, a criação do programa INTERREG III seguiu a mesma linha de orientação dos programas já realizados, pelo que as principais intervenções foram as seguintes: 1) Promover as áreas rurais, urbanas e costeiras tendo em vista o seu desenvolvimento; 2) Criar empresas de pequena dimensão, estimular o espírito empresarial e desenvolver atividades geradoras de emprego; 3) Contribuir para a inclusão social e criar oportunidades de integração profissional; 4) Apostar na utilização conjunta dos recursos locais e em áreas fundamentais para o crescimento económico e de emprego, tais como a educação, ciência, tecnologia, saúde e cultura; 5) Reforçar a conservação do meio ambiente e promover a utilização de energia eficiente e renovável; 6) Melhorar os sistemas de redes de comunicação e transportes tendo em conta os valores ambientais; 7) Desenvolver e melhorar os quadros legais, institucionais e administrativos associados à cooperação para facilitar o desenvolvimento económico e social (CE, 2004).

Tendo em conta as intervenções mencionadas, os eixos estratégicos programados no INTERREG III no âmbito da cooperação transfronteiriça incidiram sobretudo num território organizado e na aposta nos recursos endógenos, no aprofundamento das experiências de CT e na tentativa de superar os problemas existentes nas áreas de fronteira, num território mais ordenado, no fortalecimento das relações comerciais ou económicas e na criação de redes. Neste sentido, importa destacar a importância das entidades envolvidas tais como os GIT (Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças) e outros agentes locais na constituição dos programas e posterior desenvolvimento das iniciativas comunitárias (IFDR, 2011). Os principais objetivos para as áreas transfronteiriças de Portugal e Espanha pretendiam melhorar o nível de integração em termos económicos e sociais, consolidar o sistema produtivo e económico das áreas de fronteira e desenvolver, nos domínios públicos, os processos de cooperação transfronteiriça (DGDR, 2003).

Apesar dos resultados satisfatórios conseguidos ao longo destes períodos de programação, a cooperação transfronteiriça entre os dois países ibéricos continuava a

ser marcada por alguns constrangimentos, nomeadamente pela inexistência de uma cultura de CT e pela grande desigualdade existente nos quadros regulamentares e nos sistemas legais (DGDR, 2001). No entanto, um aspeto positivo que importa realçar e que contribui para melhorar a qualidade dos processos de cooperação foi a apresentação comum de projetos e a formação de grupos de trabalho de âmbito transfronteiriço (IFDR, 2011).

Em suma, as sucessivas fases de programação do INTERREG permitiram a concretização de inúmeros projetos e iniciativas nas regiões fronteiriças, dada a maior abrangência das áreas e domínios de intervenção. Analisando o quadro 3 durante o INTERREG I verificaram-se um maior número de projetos em Portugal enquanto em Espanha o montante investido foi mais significativo. No INTERREG II a Espanha beneficiou mais do que Portugal tanto em projetos como em apoios financeiros. No INTERREG III assistiu-se a uma diminuição de projetos em relação à fase anterior de programação. No entanto o envolvimento conjunto e obrigatório de entidades de ambos os territórios de fronteira nesta fase levou a uma maior partilha dos benefícios resultantes dos projetos.

Quadro 3. Número de projetos e montante (€) aplicado no INTERREG

	Portugal		Espanha	
Programas	Projetos	Montante	Projetos	Montante
INTERREG I	226	241 139	187	383 918
INTERREG II	397	272 195	770	352 695
INTERREG III	Portugal – Espanha			
	Total de projetos		Montante total	
	606		1 098 671 689	

Fonte: DGDR, 1994, 2006; Medeiros, 2010. Adaptado.

No que respeita à cooperação, o crescimento no número de experiências ao longo dos três períodos do INTERREG permitiu que esta evoluísse de forma consistente

e consolidada, passando a ser encarada como uma prática cultural, uma “cultura de cooperação”. Outro aspeto relevante é que aos poucos se assistiu a um maior envolvimento de diversas entidades de ambos os lados da fronteira, visando a participação no desenvolvimento dos seus territórios.

2.2.1. O POCTEP 2007-2013

Em 2007 iniciou-se uma nova fase de programação na política comunitária europeia. A dimensão imaterial passou a dominar grande parte dos projetos e estes tinham que ter em conta uma maior integração à escala regional. A promoção dos projetos passou a ser efetuada por agentes regionais ou nacionais desde que situados nas respetivas regiões, ficando excluídos os agentes ou ações de escala infrarregional. Outra alteração que importa referir é que os projetos relativos a intervenções físicas, nomeadamente a criação de equipamentos e infraestruturas, deixaram de fazer parte das prioridades deste programa comunitário.⁸

O Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) (2007- 2013) passou a abordar o território numa perspetiva de maior integração e as suas intervenções passaram a focar-se na utilização e gestão conjunta de serviços, equipamentos e infraestruturas tendo em vista uma melhor cooperação (IFDR, 2011). Este programa apresentava como principal objetivo o reforço da coesão das regiões de fronteira ao nível económico e social por meio da cooperação e aproveitamento dos resultados obtidos nos programas INTERREG (DGDR, 2006; IFDR, 2011). Neste contexto de maior integração surgem novos modelos de cooperação, designados de AECT (Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial) que pretendem contribuir para a promoção da cooperação territorial (IFDR, 2009). As eurocidades, que abordaremos adiante, integram-se nestes novos modelos de cooperação, conhecidos por “modelos de 2ª geração” .

As intervenções no âmbito do POCTEP (2007-2013) basearam-se no objetivo da CTE (Cooperação Territorial Europeia) e tinham como orientações estratégicas: 1) O

⁸ Regulamento da Comissão Europeia (CE) nº 1080/2006.

desenvolvimento empresarial através da criação de empresas de pequena e média dimensão e da aposta em atividades turísticas, culturais e comerciais de âmbito transfronteiriço; 2) A conservação e proteção do meio ambiente e a gestão partilhada dos recursos naturais; 3) A melhoria das acessibilidades a áreas como a comunicação, informação e transporte, contribuindo para diminuir o grau de afastamento e a aposta em modelos de gestão energética e hídrica à escala transfronteiriça; 4) O fomento à cooperação na área dos equipamentos e infraestruturas ligadas à educação, cultura e saúde tendo em vista uma utilização e gestão conjunta das mesmas (IFDR, 2011).

Este programa operacional estabeleceu como áreas prioritárias para posterior intervenção: 1) *“Fomento da competitividade e a promoção do emprego”* através de um melhor aproveitamento dos recursos locais e da aposta no conhecimento científico e tecnológico como na formação e qualificação profissional; 2) *“Ambiente, património e prevenção de riscos”* começando estes a incluírem-se na definição de orientações políticas e através da aplicação de melhores mecanismos de gestão, conservação e prevenção; 3) *“Ordenamento do território e acessibilidades”* tendo em conta uma melhor integração dos territórios fronteiriços e melhorando o nível de acesso a diferentes tipos de infraestruturas; 4) *“Integração socio-económica e institucional”* através de uma melhor partilha e acessibilidade aos serviços públicos existentes e facilitando a integração na economia local; 5) *“Assistência Técnica ao processo de cooperação transfronteiriça”* através de uma melhor monitorização, gestão e apoio ao desenvolvimento do programa (IFDR, 2011).

Outro aspeto que importa mencionar é que o POCTEP serviu de base para outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente planos de carácter estratégico à escala regional e inter-regional, desenvolvidos pelas respetivas entidades regionais (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Comunidades Autónomas) (IFDR, 2011).

A gestão do programa e dos projetos continua a ser semelhante à dos anteriores períodos de programação, integrando entidades da administração central, regional e local, agências, associações e entidades de desenvolvimento regional, associações ou entidades empresariais públicas e privadas, instituições de ensino superior, entre outras (IFDR, 2011). Além destas surgiu uma nova entidade promotora

da cooperação, os AECT (Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça) que, mantendo as suas funções, representam os organismos seus associados (DGDR, 2006).

Os resultados do POCTEP 2007-2013 foram positivos, destacando-se a reunião de esforços no sentido de se alcançar um desenvolvimento assente em setores como a inovação e investigação contribuindo para uma economia da fronteira mais competitiva, e na conservação do ambiente e dos seus recursos tornando-o mais sustentável. Ao nível do planeamento, verificou-se um grande envolvimento e participação de entidades sociais, económicas e institucionais que, em conjunto, discutiram os desafios e prioridades e ajudaram a construir uma visão estratégica para a cooperação transfronteiriça. Outro resultado que importa mencionar é que se assistiu a importantes avanços ao nível do apoio técnico, sobretudo na coordenação, monitorização e gestão dos recursos, projetos e iniciativas.

2.2.2. O POCTEP (2014-2020)

O POCTEP 2014-2020 mantém a orientação estratégica do período anterior, ou seja a sua operacionalização ao nível da cooperação transfronteiriça continua focada na escala regional e a dar preferência aos projetos de carácter imaterial, excluindo os associados a intervenções físicas ou a entidades e ações de âmbito infrarregional (POCTEP, 2014).

O quadro estratégico do POCTEP 2014-2020 pretende enfrentar os problemas que continuam a condicionar o desenvolvimento socioeconómico das áreas de fronteira na tentativa de superá-los, em conformidade com a política proposta pela União Europeia (UE) e assegurando a participação de diversas entidades. No entanto, a realidade das regiões de fronteira demonstra que estas estão ainda longe de poderem cumprir os objetivos propostos pela “Estratégia 2020”; neste sentido há necessidade de melhorar a execução do programa, com o objetivo de alcançar *“um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”* (POCTEP, 2014: 6).

De acordo com as prioridades do POCTEP 2014-2020 para se alcançar o objetivo anteriormente mencionado é preciso apostar na cooperação transfronteiriça

atuando em vários domínios: melhorar a gestão dos recursos ambientais e prevenir os riscos naturais; promover a inovação; aumentar a competitividade empresarial melhorar as competências institucionais e tornar a administração pública mais eficiente (POCTEP,2014).

A área da inovação é a grande aposta do programa de cooperação para o atual período 2014-2020 com o intuito de contribuir para o aumento da competitividade dos territórios de fronteira e para o seu desenvolvimento, devido ao facto destes ainda apresentarem baixos níveis de inovação (POCTEP, 2014).

No âmbito deste programa o quadro estratégico foi estabelecido numa perspetiva de maior integração, enquadrando a cooperação transfronteiriça nas opções políticas à escala nacional. Outra alteração foi ao nível do planeamento estratégico com o incremento da governança multinível e multisectorial. As intervenções ou ações a serem concretizadas no âmbito do POCTEP 2014-2020 procuram basear-se nos objetivos enquadrados nas várias prioridades e nas especificidades apresentadas pelos distintos territórios, para evitar ações desajustadas das realidades territoriais. Para tal tornam-se fundamentais a participação e o envolvimento dos vários agentes (POCTEP, 2014).

Tendo em conta ainda a perspetiva de maior integração, o POCTEP 2014-2020 pretende também apoiar as iniciativas e ações propostas pelos AECT's formados durante o anterior programa de cooperação e por outros conjuntos territoriais de cooperação (POCTEP, 2014).

No que respeita à gestão do programa, esta é efetuada por autoridades nacionais e as suas funções remetem para uma melhor monitorização das intervenções e seus resultados. Estas autoridades encontram-se representadas em "Comités de Acompanhamento". As funções de controlo são concretizadas por entidades de âmbito regional dos dois territórios de fronteira e por sua vez o "Comité de Gestão" desempenha as funções de coordenação do programa (POCTEP, 2014).

Analisando os objetivos do POCTEP referentes ao anterior e atual período comunitário, pode-se referir que estes foram os mais adequados tendo em conta o contexto atual tanto das regiões de fronteira como dos restantes territórios, e que

estes pretendem responder de uma forma mais eficaz aos problemas e desafios emergentes. A superação destes depende sobretudo da capacidade de tirar benefícios das experiências de cooperação, dos projetos e iniciativas realizadas durante os anteriores programas, mas também do espírito inovador que cada território de fronteira possui para se poder diferenciar dos restantes. O desenvolvimento das regiões de fronteira, tal como já foi referido, deveu-se em grande parte aos projetos e iniciativas desenvolvidas pelos programas de cooperação. Tendo em conta que estes programas causaram impacto ao nível do território, de seguida apresenta-se uma análise dos projetos concretizados no âmbito do INTERREG e do POCTEP nas regiões do Alto Alentejo e da Extremadura.⁹ Em relação a estas duas regiões qual delas registou um maior desenvolvimento de projetos e iniciativas de âmbito comunitário? Que territórios ou concelhos realizaram e beneficiaram de mais projetos ou iniciativas? Nos territórios localizados junto à faixa de fronteira ou nos territórios mais afastados desta? No ponto seguinte pretendemos responder a estas questões.

2.3. Os projetos INTERREG e POCTEP nas Regiões do Alto Alentejo e Extremadura

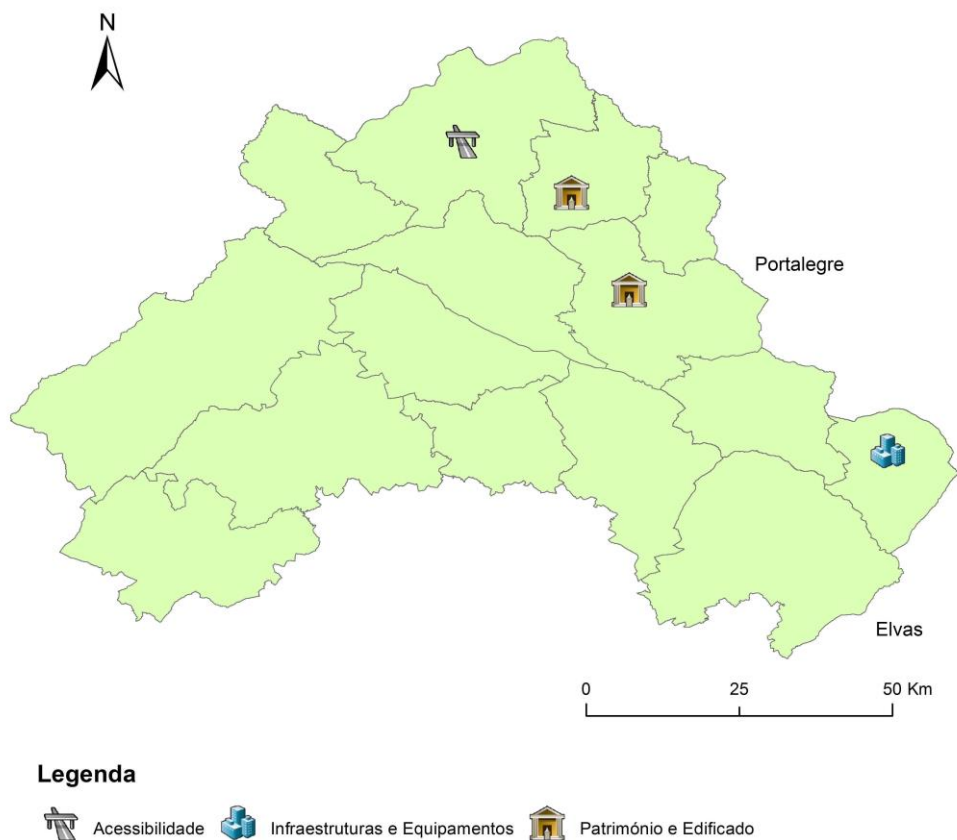
Os territórios do Alto Alentejo (Portugal) e da Extremadura (Espanha) devido à sua posição marcadamente fronteiriça, apresentavam desigualdades nos ritmos de crescimento e de desenvolvimento socioeconómico face a outras regiões e por deficiências no acesso a serviços e infraestruturas básicos. Nesse sentido, desde o início da década de 90 a Política de Iniciativa Comunitária INTERREG I contribuiu para reduzir o efeito negativo que a fronteira tinha exercido até então sobre estes territórios.

2.3.1. O INTERREG I no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais

Durante o período de programação do INTERREG I, as intervenções ao nível local na região do Alto Alentejo foram pouco significativas, concretizando-se apenas

⁹ A informação relativa aos projetos realizados no âmbito dos sucessivos programas INTERREG foi enviada pelas seguintes entidades regionais: CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo) e GIT de Mérida (Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças).

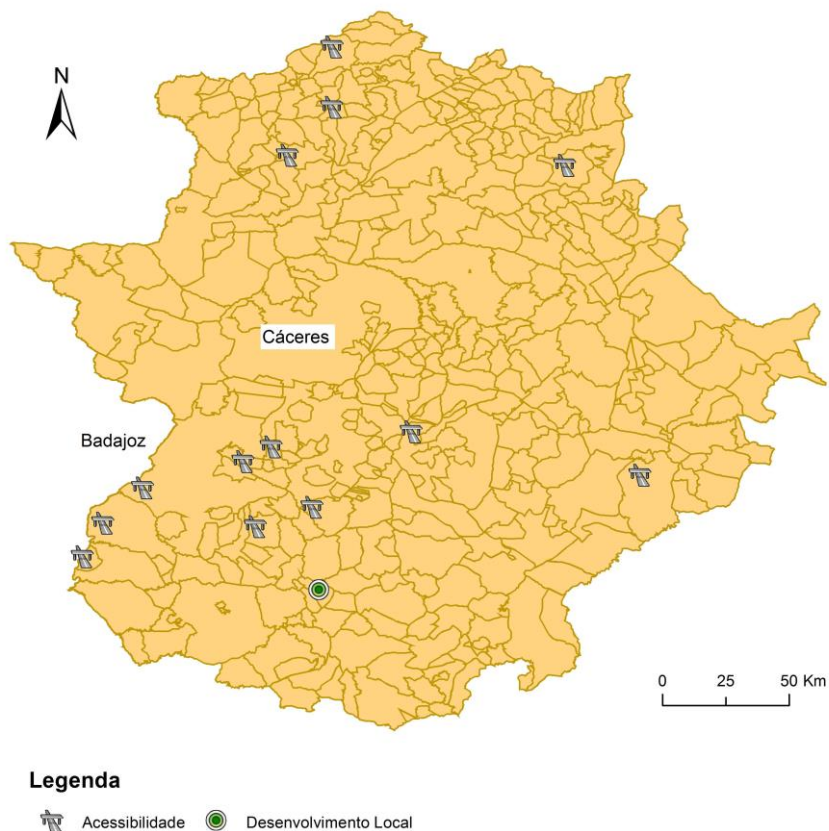
alguns projetos relativos a acessibilidades, infraestruturas e equipamentos e património. Os projetos foram executados nos concelhos de Nisa, Castelo de Vide e Portalegre e, por fim, em Campo Maior com a construção de um aterro sanitário (Figura 7).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 7. Distribuição dos projetos do INTERREG I por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo

Na Extremadura, houve um domínio de projetos nas acessibilidades e apenas se concretizou um projeto no domínio do desenvolvimento local (Fig. 8). A maioria destas intervenções pretendia uma melhor articulação entre territórios e uma maior permeabilidade da fronteira. Assim, estas concentraram-se na sua proximidade, mas também se dispersaram um pouco por todo o território da Extremadura. Na localidade de Zafra destaca-se a realização de uma feira para promover a sua vertente tradicional e contribuir para o desenvolvimento local.



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 8. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG I por domínios de intervenção à escala local na Extremadura

Segundo a análise do quadro 4, durante a primeira fase do INTERREG ocorreram projetos em mais domínios de intervenção ao nível regional do que ao nível local nas duas regiões. No entanto houve uma maior diversidade de projetos de âmbito regional na Extremadura do que no Alentejo. Entre as intervenções realçam-se a melhoria das acessibilidades, a promoção turística regional, o apoio ao desenvolvimento das atividades agrícolas e a recuperação de espaços com elevado valor ambiental. De todos os projetos realizados nesta fase, destaca-se a criação do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT) que veio dar um novo rumo e intensidade às relações de cooperação transfronteiriça.

Quadro 4. O INTERREG I por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura:
nº de projetos

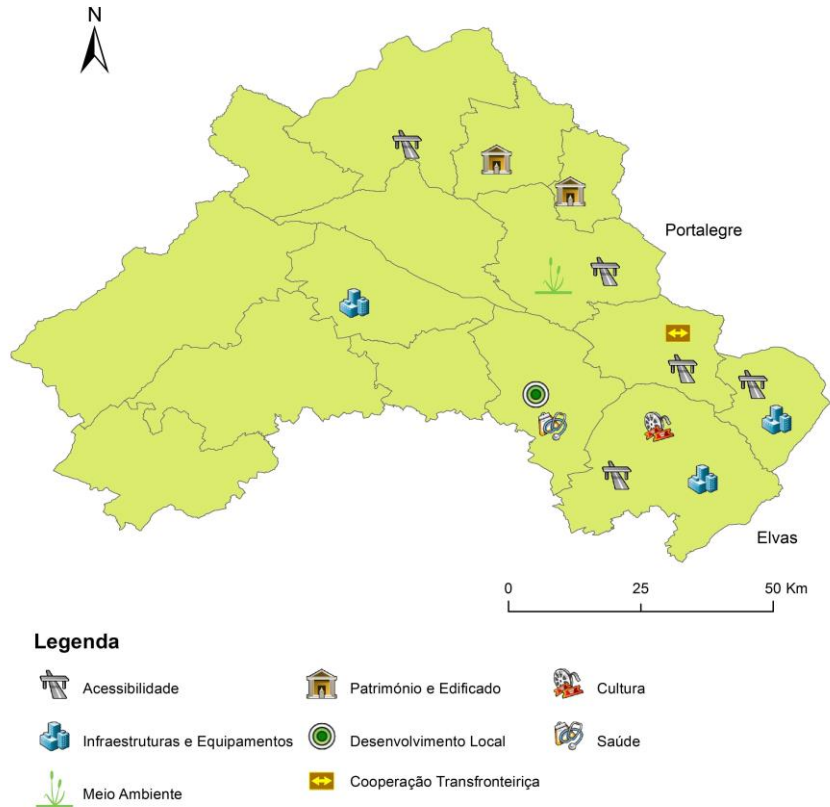
Domínios de Intervenção	Alto Alentejo		Extremadura	
	Âmbito Local	Âmbito Regional	Âmbito Local	Âmbito Regional
Acessibilidades	1	1	10	1
Infraestruturas e Equipamentos	1	1	-	-
Património e Edificado	3	-	-	1
Desenvolvimento Local	-	-	1	-
Coop. Transfronteiriça	-	1	-	1
Agricultura	-	-	-	1
Turismo	-	-	-	1
Meio Ambiente	-	-	-	1
TOTAL	5	3	11	6

Fonte: CCDR Alentejo e GIT de Mérida. Adaptado.¹⁰

2.3.2. O INTERREG II no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais

No INTERREG II assistiu-se a um aumento no número e à diversificação dos projetos (fig. 9) levando assim a uma distribuição mais homogênea, ainda que um pouco desigual, pois houve concelhos que não beneficiaram de qualquer projeto neste programa. Os concelhos que mais beneficiaram foram os que estão localizados junto à fronteira, ou seja Arronches, Elvas, Campo Maior, Nisa e Portalegre. Neste segundo programa os domínios da educação, cultura e património passaram também a usufruir dos apoios comunitários em alguns concelhos.

¹⁰ Os dados referem-se ao número de projetos realizados por domínios de intervenção. No entanto existem casos em que um mesmo projeto é contabilizado em mais do que um domínio de intervenção.



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 9. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG II por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo

Analisando o quadro 5, no Alto Alentejo predominaram os projetos ao nível local, enquanto a Extremadura não registou qualquer projeto nesta escala. Ao nível regional o cenário foi diferente, com a continuação da Extremadura a superar a região do Alto Alentejo ao apresentar uma maior diversificação de projetos. No INTERREG II os domínios de intervenção aumentaram em relação ao programa anterior. Destacaram-se projetos na agricultura, no ambiente com a construção de infraestruturas de gestão de recursos aquíferos e ações de sensibilização ambiental, recuperação do património e promoção turística, fomentaram-se as relações entre empresas das duas regiões e, por fim, deu-se continuidade ao projeto do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças.

Quadro 5. O INTERREG II por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura:
nº de projetos

Domínios de Intervenção	Alto Alentejo		Extremadura	
	Escala Local	Escala Regional	Escala Local	Escala Regional
Acessibilidades	5	-	-	-
Infraestruturas e Equipamentos	3	-	-	3
Meio Ambiente	-	1	-	2
Património e Edificado	3	-	-	1
Desenvolvimento Local	3	-	-	-
Cooperação Transfronteiriça	1	2	-	2
Cultura	3	-	-	-
Saúde	1	-	-	-
Turismo	-	2	-	2
Investigação e Inovação	-	1	-	-
Agricultura	-	-	-	2
TOTAL	19	6	-	12

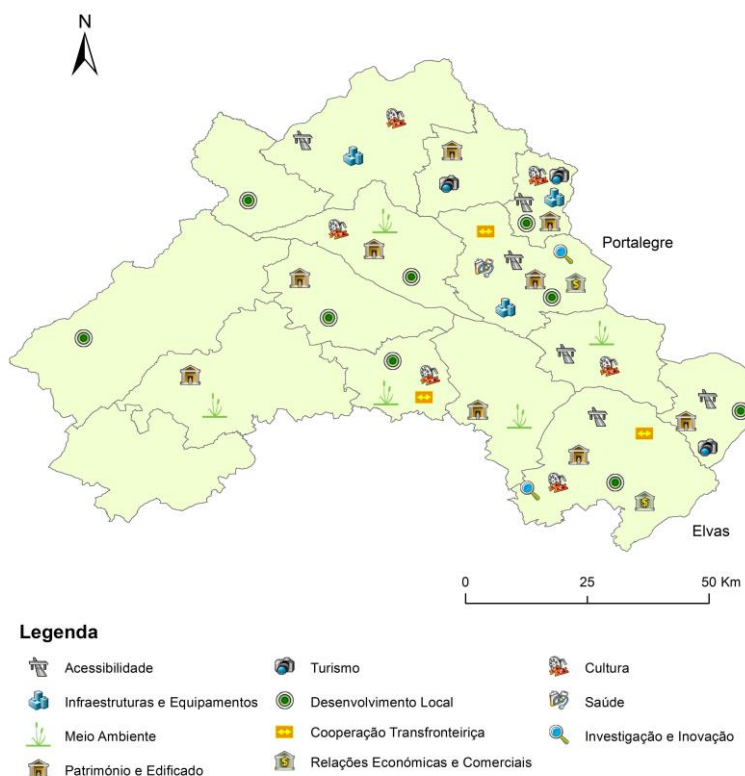
Fonte: CCDR Alentejo e GIT de Mérida. Adaptado.

A partir desta segunda fase do programa INTERREG passou-se também a dar importância a projetos de natureza imaterial, através de uma aposta na promoção e divulgação dos recursos endógenos, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios de fronteira. No entanto deu-se continuidade a alguns projetos iniciados durante o INTERREG I, sobretudo ao nível das infraestruturas e

equipamentos e das acessibilidades rodoviárias, visando a “aproximação” entre territórios e uma melhor permeabilidade da fronteira.

2.3.3. O INTERREG III no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais

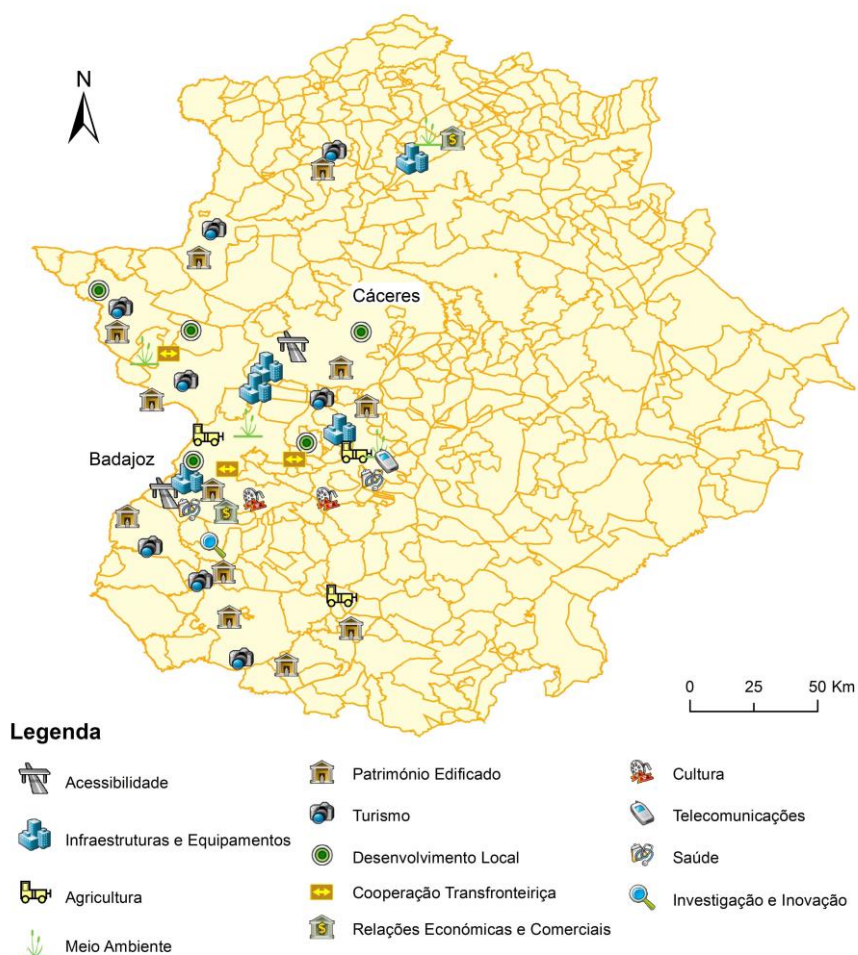
Durante o período do INTERREG III os concelhos do Alto Alentejo beneficiaram bastante com os apoios de âmbito comunitário, atendendo ao elevado número de projetos e iniciativas realizadas em diversos domínios (Fig. 10). Nesta terceira fase do INTERREG verifica-se uma distribuição espacial dos projetos mais equilibrada, em comparação com as duas fases de programação anteriores. No entanto, a concentração nos concelhos localizados junto à fronteira foi reforçada, destacando-se Portalegre, Elvas e Marvão. De salientar que segundo a informação cedida, ao longo das três fases do INTERREG no concelho de Mora não registou qualquer investimento financiado por esta iniciativa comunitária e Ponte de Sôr, Avis, Fronteira e Monforte foram os que menos beneficiaram com o INTERREG.



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 10. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG III por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo

Na Extremadura também ocorreu um elevado número de projetos em diversos domínios, à semelhança do que ocorreu no Alto Alentejo no mesmo período comunitário. As intervenções físicas ou de cariz material foram concretizadas sobretudo nos domínios das acessibilidades, infraestruturas de apoio às atividades económicas, saneamento e recuperação de elementos patrimoniais e urbanos. No que respeita aos projetos de cariz imaterial, destacam-se iniciativas de valorização patrimonial e projetos de investigação associados à gestão e conservação ambiental e à saúde. No turismo e cultura deu-se prioridade à sua promoção e valorização. Estes projetos concentraram-se no sudoeste da Extremadura junto à faixa de fronteira, sendo as localidades da província de Badajoz as que mais beneficiaram em comparação com as da província de Cáceres, que registaram menos (Fig.11).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 11. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG III por domínios de intervenção à escala local na Extremadura

O INTERREG III correspondeu à fase em que houve um maior desenvolvimento de projetos e iniciativas e em vários domínios ao nível local e regional, tanto no Alto Alentejo como na Extremadura (Quadro 6). De entre o tipo de intervenções já realizadas, destacam-se os projetos ao nível tecnológico com o desenvolvimento das telecomunicações avançadas, projetos de investigação ligados à gestão do ambiente e biodiversidade. Realizaram-se também ações de formação dos serviços e cuidados de saúde e a continuação do projeto do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças.

Quadro 6. O INTERREG III por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura: nº de projetos

Domínios de Intervenção	Alto Alentejo		Extremadura	
	Âmbito Local	Âmbito Regional	Âmbito Local	Âmbito Regional
Acessibilidades	4	-	2	-
Infraestruturas e Equipamentos	6	2	8	-
Meio Ambiente	2	7	3	11
Património e Edificado	11	1	11	2
Turismo	1	-	1	1
Desenvolvimento Local	7	4	7	4
Cooperação Transfronteiriça	3	12	3	11
Relações Económicas e Comerciais	4	3	2	6
Cultura	4	-	7	4
Saúde	1	12	1	10
Investigação e Inovação	2	3	2	4
Telecomunicações	-	3	1	3
Agricultura	3	4	3	5

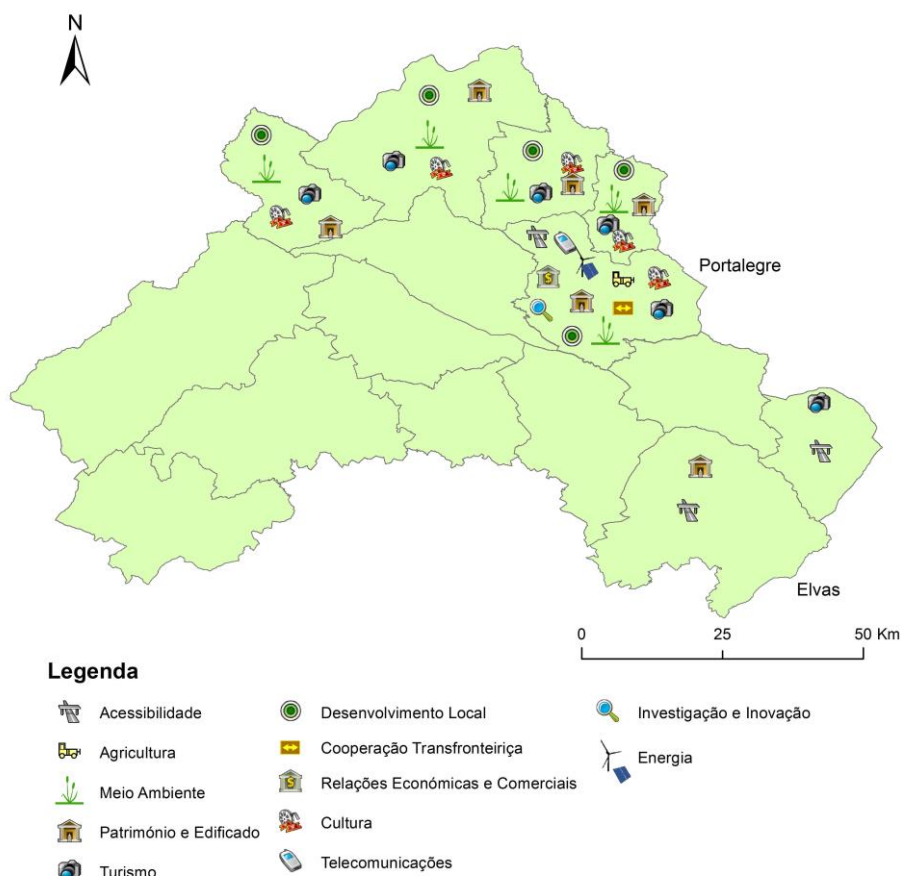
TOTAL	48	51	51	61
--------------	----	----	----	----

Fonte: CCDR Alentejo e GIT de Mérida

Neste terceiro período do programa INTERREG, verifica-se que alguns domínios de intervenção continuaram a fazer parte integrante das opções estruturais para esta região, nomeadamente na atribuição de apoios financeiros ao fomento do desenvolvimento local, à recuperação e conservação do património e do ambiente e às experiências de cooperação transfronteiriça. No entanto, a grande alteração que se observou durante o INTERREG III foi a obrigatoriedade da maior parte das iniciativas e projetos passarem a envolver instituições de ambos os lados da fronteira. Esta alteração para além de contribuir para uma melhor integração dos territórios, significou também um avanço no desenvolvimento das relações transfronteiriças.

2.3.4. O POCTEP no Alto Alentejo e Extremadura: Projetos locais e regionais

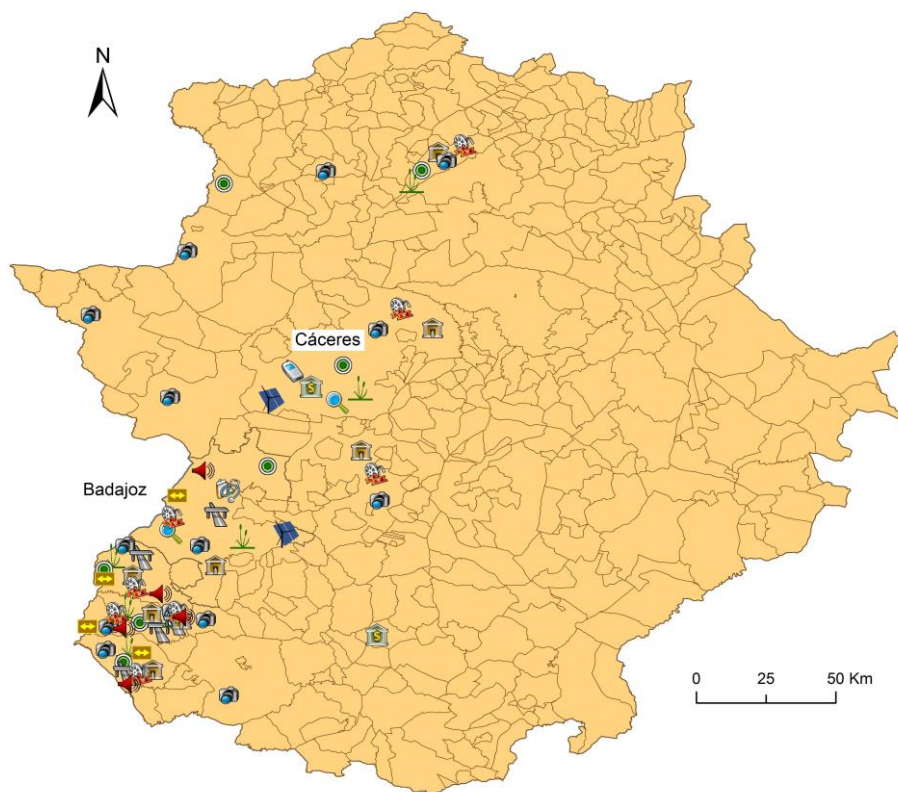
No período de 2007 a 2013 houve uma continuidade das intervenções devido às experiências e aos resultados dos anteriores programas. Nesse sentido o fomento do desenvolvimento local baseou-se na concretização de ações nos domínios das acessibilidades e de iniciativas centradas na valorização do turismo, cultura e património para um melhor aproveitamento dos recursos endógenos e das potencialidades existentes. As energias renováveis, tema que possui extrema importância na atualidade, passaram também a integrar o quadro de opções do programa INTERREG. Os projetos realizados no âmbito deste programa concentraram-se sobretudo nos concelhos localizados de Portalegre, Elvas e Campo Maior, em detrimento dos restantes concelhos que não beneficiaram de qualquer projeto (Fig. 12).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 12. Distribuição geográfica dos projetos do POCTEP 2007-2013 por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo

Ao nível local, a Extremadura durante o POCTEP 2007-2013 foi palco de diversos projetos comunitários. Os principais domínios de intervenção foram as acessibilidades, a cooperação assente nos setores da investigação, inovação e relações empresariais, enquanto o desenvolvimento local continuou a incidir sobre o turismo, património, cultura, potencialidades associadas ao Alqueva e novas atividades económicas. Importa ainda referir que a energia e a prevenção de riscos passaram a ser domínios importantes no âmbito deste programa de cooperação. Neste período a maioria dos projetos concentraram-se nas localidades junto à fronteira na província de Badajoz; no entanto, por comparação aos períodos anteriores, realizaram-se mais projetos em algumas localidades pertencentes à província de Cáceres, embora de forma dispersa (Figura 13).



Legenda

	Acessibilidade		Cooperação Transfronteiriça		Investigação e Inovação
	Meio Ambiente		Relações Económicas e Comerciais		Prevenção e Riscos
	Património e Edificado		Cultura		Energia
	Turismo		Telecomunicações		
	Desenvolvimento Local		Saúde		

Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 13. Distribuição geográfica dos projetos do POCTEP 2007-2013 por domínios de intervenção à escala local na Extremadura

Durante o POCTEP 2007-2013 pode-se observar que a Extremadura continua a superar em domínios de intervenção o Alto Alentejo ao nível local e regional (Quadro 7). No entanto nestas duas regiões destacam-se a divulgação internacional e projetos de investigação com recurso às novas tecnologias. No que respeita ao fomento do desenvolvimento realçam-se a aposta na dinamização das atividades económicas, culturais, sociais e nas complementaridades associadas ao Alqueva. Importa ainda referir que se continuou a apoiar a melhoria dos serviços de saúde e a realizar ações de formação e qualificação dos setores agrícola e da educação. Fomentou-se a utilização das energias renováveis tendo em conta a redução dos impactos das alterações

climáticas. E por fim, ao nível da cooperação, insistiu-se nos apoios ao GIT e ao estabelecimento de relações e parcerias entre empresas.

Quadro 7. O POCTEP 2007-2013 por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura: nº de projetos

Domínios de Intervenção	Alto Alentejo		Extremadura	
	Escala Local	Escala Regional	Escala Local	Escala Regional
Acessibilidades	1	-	1	1
Agricultura	1	2	6	6
Meio Ambiente	2	-	4	4
Património e Edificado	5	-	7	4
Turismo	5	-	8	4
Desenvolvimento Local	3	3	7	6
Cooperação Transfronteiriça	2	5	7	10
Relações Económicas e Comerciais	2	1	5	7
Cultura	4	1	5	5
Telecomunicações	1	1	2	1
Investigação e Inovação	3	3	4	6
Energia	1	2	1	3
Saúde	-	1	1	2
Educação	-	1	-	1
Prevenção de riscos	-	-	2	2
TOTAL	30	20	60	62

Fonte: POCTEP 2007-2013. Adaptado.

Neste período houve algumas alterações no quadro de intervenção em comparação com o anterior, pois as opções estratégicas passaram pelo reforço da concretização de projetos de cariz imaterial e pela maior participação de agentes territoriais nas políticas de cooperação transfronteiriça. As questões das energias renováveis, da prevenção de riscos e das alterações climáticas integraram também o quadro operacional destes programas.

Quadro 8. Evolução dos programas e número de projetos no Alto Alentejo e Extremadura

Programas	Alto Alentejo		Extremadura	
	Escala Local	Escala Regional	Escala Local	Escala Regional
INTERREG I	5	4	11	6
INTERREG II	19	6	-	12
INTERREG III	37	47	41	53
POCTEP 2007-2013	12	16	22	26
Total por Escala	73	73	74	97
Total por Região	146		171	

Fonte: CCDR Alentejo; GIT de Mérida; POCTEP 2007-2013. Adaptado.

Em resposta às questões enunciadas no início deste subcapítulo, pode-se referir que segundo o quadro 8, entre as duas regiões a que beneficiou de mais projetos e iniciativas de cooperação foi a região da Extremadura que obteve mais de 170 projetos desde o início do programa INTERREG I até ao final do POCTEP 2007-2013, enquanto a região do Alto Alentejo registou pouco mais de 140 projetos ao longo de todos os programas de cooperação já realizados. O INTERREG III foi o programa em que se observou um maior desenvolvimento de projetos e iniciativas tanto à escala local como regional no Alto Alentejo e Extremadura. No que respeita às entidades ou instituições beneficiadas pode-se referir que em relação ao Alto Alentejo, alguns destes projetos foram concretizados por entidades regionais de toda a região do Alentejo e não apenas nesta sub-região. O motivo parte do pressuposto que todos os projetos de âmbito regional tiveram impacto um pouco por toda a região. Nos projetos

de âmbito local, a sua maioria foram realizados pelas autarquias, e por outras entidades locais.

Em resposta à segunda questão, os territórios ou concelhos das duas regiões que mais beneficiaram com projetos ou iniciativas durante o INTERREG I foram Castelo de Vide, Olivenza e Valdelacalzada. No INTERREG II foram Elvas, Campo Maior e Monforte enquanto na Extremadura foram realizados projetos sobretudo de âmbito regional, não existindo projetos ao nível local. No INTERREG III foram Elvas, Nisa, Portalegre, Marvão, Badajoz, Cáceres e Valência de Alcántara. Por fim no POCTEP 2007-2013 houve um predomínio de projetos em Portalegre e de seguida em Elvas, Marvão e Castelo de Vide, e do lado espanhol foram Badajoz, Cáceres e Olivenza. Em relação à terceira questão e com base na análise de todos os mapas anteriores de âmbito local, os territórios que mais beneficiaram com projetos e iniciativas foram os que estão situados junto à faixa de fronteira, à exceção da Extremadura no INTERREG I e do Alto Alentejo durante o INTERREG III, pois estas apresentam uma distribuição territorial de projetos mais homogénea, enquanto nos restantes mapas se pode observar uma distribuição territorial um pouco mais desigual. Por fim, importa referir que o período que obteve uma maior participação de agentes de ambos os lados da fronteira foi o do INTERREG III.

No que respeita ao estudo de caso, a cooperação transfronteiriça entre Elvas e Badajoz não tem sido tão intensa como a que existe entre Badajoz e outras cidades/vilas portuguesas principalmente Portalegre e, a com menos significado Campo Maior, Alter do Chão, Marvão e Crato. Esta situação reflete a escassa concretização de projetos e iniciativas conjuntas. No período do INTERREG III registou-se maior cooperação entre Badajoz e Portalegre no domínio das infraestruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento local através dos projetos “RFBP”, “RFBP 2”, no domínio da cooperação empresarial pelo projeto “CEPB”, e nas acessibilidades em conjunto com outros concelhos do Alto Alentejo (Arronches, Campo Maior, Nisa, Marvão e Elvas) nos projetos “CARRESTRADAS” e “CARRESTRADAS II”. Neste mesmo período, Badajoz também estabeleceu relações com Alter do Chão e Marvão por via do projeto “REDHIS”, visando a recuperação do seu património, e com Campo Maior e Crato através do projeto “EMFROM” tendo em conta o seu desenvolvimento local. No

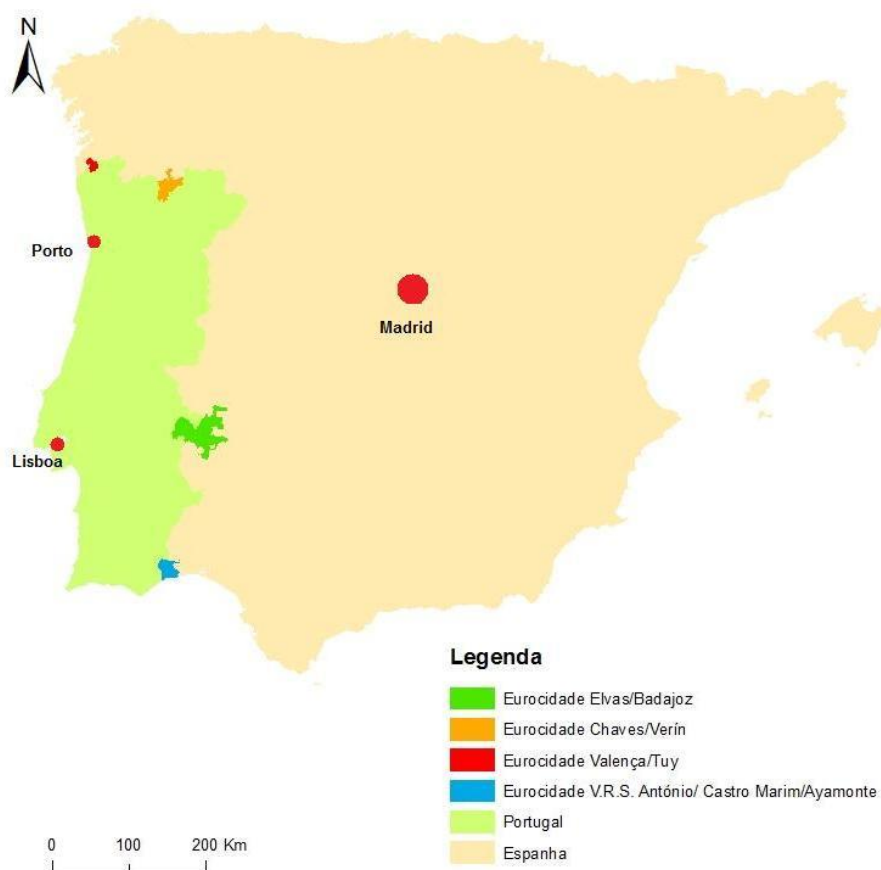
período do POCTEP 2007 a 2013, Badajoz para além de ter continuado a cooperação com Portalegre através dos projetos “PIMET” na área das acessibilidades, na investigação pelo projeto “RITECA II” e ao nível do desenvolvimento local pelo projeto “TAEJO INTERNACIONAL II”, passou também a cooperar com Campo Maior pelo projeto “PIMET” e com Nisa, Castelo de Vide, Marvão e Gavião pelo projeto “TAEJO INTERNACIONAL II”. Outra tendência constatada nas últimas duas fases de programação foi a integração e o envolvimento de Badajoz com outras cidades espanholas e Elvas com cidades portuguesas em projetos e iniciativas de cooperação. Em relação a Badajoz, esta envolveu-se com Cáceres ao nível da agricultura e desenvolvimento local pelos projetos “TRANS FORMACION”, “CAVATRANS” e “TAEJO INTERNACIONAL II”, nas telecomunicações e cooperação pelos projetos “OTALEX” e “OTALEX II” e pelo “PROMOEENER” na área da energia. Ainda na área do desenvolvimento local, Badajoz também se articulou com Mérida no projeto “CAVATRANS”, e por fim em conjunto com Alcochel, Olivenza, Tálaga, e Villanueva del Fresno envolveu-se nos projetos “ADLA” e “PEGLA”. No caso de Elvas, esta envolveu-se em projetos conjuntos com Arronches, Nisa, Marvão, Campo Maior, Portalegre e Marvão na área das acessibilidades pelo “CARRESTRADAS” e “CARRESTRADAS II” e “PIMET”, e no património e cultura através dos projetos “ACTIVARTES”. Em relação ao envolvimento conjunto de Elvas e Badajoz em projetos e iniciativas de cooperação transfronteiriça, apenas se registaram no período do INTERREG III os projetos “CARRESTRADAS” e “CARRESTRADAS II”, tendo em vista uma melhor articulação rodoviária entre as duas cidades, e o projeto “ACTIVARTES” que pretendia a promoção do património artesanal e tradicional. No período do POCTEP 2007-2013 destacam-se os projetos “BALUARTES” que tinha como objetivo a valorização do património histórico e militar, o “DESTINOS INTELIGENTES” que propunha a utilização de um sistema de TIC partilhado ao nível do turismo, e ao nível das acessibilidades o projeto “PIMET” que tinha em vista conceber um plano de mobilidade rodoviária mais articulado e à escala transfronteiriça.

Em síntese, pode-se referir que ao longo das várias fases de programação realizaram-se inúmeros projetos e iniciativas de âmbito comunitário, que no seu conjunto criaram impacto no território, ao nível regional e local. Nas primeiras duas

fases estes projetos foram concretizados de forma separada e abrangendo um determinado lado da fronteira, sendo as intervenções físicas as que mais predominaram, sobretudo ao nível das infraestruturas, equipamentos e acessibilidades. A partir do período do INTERREG III, o carácter obrigatório de integrar instituições e entidades territoriais de ambos os lados da fronteira levou a um maior envolvimento e participação destes, permitindo assim o reforço dos processos de cooperação. Em relação ao estudo de caso e conforme a análise deste último subcapítulo, os processos de cooperação entre Elvas e Badajoz têm revelado pouco significativos por via dos resultados dos projetos já realizados no âmbito dos vários programas; em contrapartida, ambas as cidades cooperam mais com outras cidades do que propriamente entre elas.

3. As eurocidades na fronteira Portugal-Espanha

As eurocidades surgem como modelos de gestão territorial num contexto cada vez mais integrado, onde a cooperação transfronteiriça assume um papel fundamental na operacionalização destes modelos. As eurocidades pretendem dar corpo a *“Iniciativas municipais de exploração conjunta de equipamentos e serviços públicos que procuram ter um papel activo em áreas como a mobilidade, a cooperação empresarial ou o planeamento territorial.”* (Costa, 2014: 26). Nesse sentido, a sua formação é uma tentativa para criar soluções para problemas comuns e partilhados por territórios distintos tendo em vista um desenvolvimento territorial mais homogéneo e sustentável; no entanto, a existência de quadros jurídicos distintos continua a ser uma das principais barreiras para o desenvolvimento de iniciativas e ações conjuntas no âmbito das eurocidades, o que condiciona a sua plena operacionalização. É o caso das quatro eurocidades localizadas na fronteira entre Portugal e Espanha (fig.14): Chaves-Verín, Valença-Tuí, Vila Real de Santo António-Ayamonte, e Elvas-Badajoz, que será abordada no último capítulo.



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 14. Enquadramento geográfico das Eurocidades na Península Ibérica

3.1. A Eurocidade Chaves/Verín

3.1.1. Enquadramento geográfico e territorial

A eurocidade Chaves/Verín situa-se nos territórios de fronteira do norte do país, mais propriamente no Vale do Alto Tâmega e no sudeste da região da Galiza. Em conjunto ambas apresentam um aglomerado populacional de 55 710 habitantes¹¹, sendo que 41 000 habitantes residem no concelho de Chaves e apenas 14 000 habitantes em Verín. As duas cidades separadas pelo Rio Tâmega, assumem diferentes posições geoestratégicas: por um lado Chaves é o principal núcleo de uma rede urbana composta por 6 municípios e assume um papel fundamental na organização territorial da região do Alto Tâmega e possui uma dimensão populacional de aproximadamente 92 000 habitantes; por outro, Verín é considerada o núcleo urbano central de um vasto território com grandes capacidades funcionais, que integra a Comarca de Monterrei-

¹¹Dados populacionais dos Censos de 2011, relativos à Eurocidade Chaves/Verín.

Verín com cerca de 25 000 habitantes e outras comarcas situadas na área envolvente.¹²

A área territorial da eurocidade Chaves/Verín apresenta características associadas às zonas fronteiriças, pois possui um contexto marcadamente rural e encontra-se distante dos grandes centros urbanos. Nas últimas décadas ambas as cidades têm vindo a assistir ao êxodo rural, pelo que esta situação tem colocado sérios desafios na tentativa de atrair população para o seu território. As diretrizes atuais, passam por apostar na cooperação transfronteiriça tendo em conta a captação de melhores investimentos e aumentar o emprego, para tentar inverter esta situação.

3.1.2. Antecedentes à criação da eurocidade

A vontade de juntar as duas cidades através da criação de uma eurocidade com um sistema institucional comum para reforçar as relações transfronteiriças, não é recente pois foi percorrido um longo caminho para se chegar à formação de uma eurocidade. Tudo começou em 1991 aquando da criação da Comunidade de Trabalho Galicia-Norte de Portugal (CTG-NP), e com o surgimento do “Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular” em 1992 que estabeleceu à Euroregião Galiza-Norte de Portugal os limites do quadro institucional e as funções que esta podia desempenhar. Em julho de 2007 a cidade de Verín passou a integrar o designado “Eixo Atlântico”, e a partir daí deu-se início ao projeto de criação da eurocidade. Esta iniciativa contou com o apoio das entidades políticas portuguesas e galegas. Em setembro do mesmo ano, foi criada a equipa de trabalho responsável por este projeto, integrando as duas autarquias e diversas entidades territoriais; no dia 18 de dezembro celebrou-se oficialmente em Chaves a constituição da Eurocidade Chaves/Verín. Por fim, no início de 2008 começou-se a desenvolver o quadro estratégico para o desenvolvimento da eurocidade, que contou com a participação dos cidadãos e de vários atores do

¹²De acordo com a informação disponibilizada na página oficial da Eurocidade Chaves/Verín (<http://www.eurocidadechavesverin.eu/>)

território em sessões organizadas por ambos os municípios. A Eurocidade Chaves/Verín passou desde 2010 a estar incluída como AECT nos seguintes organismos: Ministério dos Negócios Estrangeiros de Espanha e no “Registo Europeu de AECT” pertencente ao Comité das Regiões.

3.1.3. A Eurocidade: objetivos e quadro de ações

A eurocidade Chaves/Verín apresenta como principal objetivo a promoção da cooperação, tendo em vista o reforço da coesão ao nível económico e social para o seu território e em diversas vertentes (ambiental, agrícola, desportiva, educacional, lúdica, cultural, patrimonial, turística, comercial, proteção civil, ordenamento e planeamento territorial, atividades logísticas, serviços de saúde e conservação e gestão partilhada do rio Tâmega).¹³ A condição de eurocidade pode contribuir para valorizar o seu principal recurso, o termalismo. Esta atividade já com forte tradição e contributo para a economia local devido à elevada qualidade dos recursos aquíferos, foi associada pela nova associação territorial entre as duas cidades, que passou a ser designada “Eurocidade da Água”.

Entretanto, as ações no território da eurocidade foram realizadas com recurso aos apoios financeiros através de dois projetos no âmbito do POCTEP 2007-2013, o “EUROCIUDAD” e o “EUROCIUDAD II”. No primeiro projeto as principais ações visaram a promoção da cidadania numa perspetiva europeia, ou seja a eurocidadania, organização e realização conjunta de diversos tipos de eventos, dinamização da economia local de ambas as cidades e contribuição para um desenvolvimento territorial equilibrado proporcionando melhores condições de vida à população de ambos os lados da fronteira. O segundo projeto deu continuidade a algumas ações e alargou os seus campos de intervenção, passando a incluir a utilização conjunta de

¹³A informação relativa à Eurocidade Chaves/Verín encontra-se disponível na página oficial da Eurocidade Chaves/Verín (<http://www.eurocidadechavesverin.eu/>) e a informação relativa aos projetos encontra-se disponível na página oficial do POCTEP (<http://www.poctep.eu/>).

cuidados de saúde, atividades recreativas e culturais, o crescimento dos fluxos transfronteiriços e a promoção do espírito de eurocidadania.

3.2. A Eurocidade Valença/Tuy

3.2.1. Enquadramento geográfico e territorial

A Eurocidade Valença/Tui, agrupa as duas cidades da região Norte e da Galiza, e no seu conjunto possui uma dimensão populacional de cerca de 30 mil habitantes, sendo que aproximadamente 17 000 residem em Tui e pouco mais de 14 000 em Valença. Estes dois centros urbanos de pequena dimensão encontram-se separados pelo Rio Minho (Lima, 2012), sendo os principais acessos a ambos os lados da fronteira a “Ponte Internacional Valença – Tui” e a “Ponte Eiffel” que contribuem para a proximidade entre territórios e populações e para as relações transfronteiriças.

O território da eurocidade Valença/Tui contém características idênticas aos territórios do interior e principalmente aos de fronteira, como o predomínio da ruralidade e um contínuo decréscimo populacional ao longo das últimas décadas. O afastamento de ambas as cidades em relação aos grandes núcleos urbanos e administrativos levou a que estas acentuassem a condição periférica e as desigualdades nos ritmos de desenvolvimento (Lima, 2012).

3.2.2. Antecedentes à eurocidade

A ideia de criar uma eurocidade Valença -Tui deve-se sobretudo às relações estabelecidas entre elas desde há séculos. No entanto a implementação deste modelo de cooperação transfronteiriça teve como bases a primeira experiência de formação de eurocidades entre Chaves e Verín (Lima, 2012) e as orientações do Tratado de

Valência (2002).¹⁴Com o intuito de aproveitar as complementaridades e de fomentar uma gestão conjunta, em 2011 foi assinado o protocolo da criação da Eurocidade Valença/Tui, pelas respetivas entidades da administração local e regional.

3.2.3. Eurocidade: objetivos e quadro de ações

A Eurocidade Valença/Tui assume como principal objetivo fortalecer os laços de cooperação através do estabelecimento de relações vinculativas entre as respetivas autarquias e entidades regionais dos dois territórios de fronteira. A celebração destas relações pretende reforçar o espírito de pertença a um território comum e efetuar uma gestão conjunta das infraestruturas existentes, visando a diminuição dos gastos e impedir que haja uma dupla oferta (Lima, 2012).

As principais ações a desenvolver segundo o “Protocolo de Cooperação para a Criação da Eurocidade Valença – Tui” (2011), são as seguintes: a) concretização de ações de promoção ao nível do turismo, comércio, produção, tendo em conta a captação de investimentos; b) reforço da coesão ao nível social; c) aposta no potencial humano através da qualificação educacional e profissional; d) promoção e divulgação patrimonial; e) desenvolvimento das atividades empresariais locais; f) promoção e integração das atividades logísticas; g) fomento da prática de atividades desportivas utilizando equipamentos de forma partilhada; h) divulgação conjunta da cultura; i) impulso às ações dos agentes territoriais; j) gestão e coordenação de infraestruturas e de intervenções conjuntas no futuro; k) aposta em ações que contribuam para as melhores condições de vida e para o reforço das relações transfronteiriças;¹⁵

As áreas onde tem havido alguns avanços no âmbito da eurocidade Valença/Tui são sobretudo ao nível da saúde com o fim dos serviços da unidade do centro de saúde da localidade de Valença, levando assim a uma maior frequência e adesão aos serviços

¹⁴O Tratado de Valência foi celebrado na cidade espanhola de Valência no dia 3 de Outubro de 2002, entre a República de Portugal e o Reino de Espanha. O objetivo deste era a promoção da cooperação transfronteiriça.

¹⁵ Protocolo de Cooperação para a Criação da Eurocidade Valença – Tui.

existentes em Tui. Nesse sentido, poderá vir-se a assistir a uma extensão de serviços de saúde que abrangerá os dois territórios de fronteira. Nas áreas do lazer, desporto e turismo, é cada vez mais frequente a utilização conjunta de diversas infraestruturas e equipamentos para a prática de modalidades desportivas e de lazer. No turismo destaca-se a criação de rotas, aproveitando todo o potencial turístico existente nas duas cidades para atrair mais turistas. Na vertente cultural, realça-se cada vez mais a realização de eventos organizados em conjunto e a celebração de datas importantes (Lima, 2012).

3.3. A Eurocidade V. R. de Sto. António/ Castro Marim/Ayamonte

3.3.1. Enquadramento geográfico e territorial

A eurocidade Ayamonte/Castro Marim/Vila Real de Santo António compreende mais de 45 000 habitantes, sendo que cerca de 19 150 residem em Vila Real de Santo António, mais de 19 600 em Ayamonte e pouco mais de 6 700 em Castro Marim.¹⁶ O principal vínculo foi desde sempre o Rio Guadiana, pois foi a partir deste que se estabeleceram contactos e se desenvolveram as relações entre os três concelhos; daí a designação de “Eurocidade do Guadiana”, enfatizando o elo da história de relações que possuem em comum. Atendendo à sua localização geográfica constitui a primeira eurocidade no sul de Portugal e Espanha.¹⁷

3.3.2. Antecedentes à eurocidade

No dia 28 de Setembro de 2012 foi apresentada na “II Reunião do Conselho da Eurorregião” em Sevilha, a ideia de formar uma eurocidade pelo representante máximo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR-

¹⁶ Dados populacionais dos Censos 2011 relativos a Vila Real de Santo António e Castro Marim, e de 2014 relativos a Ayamonte.

¹⁷ De acordo com a informação disponível na página oficial do município de Vila Real de Santo António.

Algarve), quando este passou também a presidir à Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia. Posteriormente, no dia 9 de Janeiro de 2013 realizou-se a assinatura do protocolo da criação da eurocidade devido às boas relações de cooperação estabelecidas entre as cidades de fronteira de Vila Real de Santo António e Ayamonte, e nesta celebração marcaram presença personalidades representantes de várias entidades locais e regionais. No entanto no dia 9 de Maio do mesmo ano, o concelho de Castro Marim passou também a integrar esta eurocidade devido à grande proximidade geográfica, ao facto de a ligação a Espanha pela ponte do Guadiana se fazer no seu território e à existência de traços culturais idênticos com as outras duas cidades.¹⁸

3.3.3. Eurocidade: objetivos e quadro de ações

Os principais objetivos para a Eurocidade Vila Real de Santo António/Ayamonte/Castro Marim são os seguintes: 1) continuar as relações de cooperação entre os três concelhos; 2) valorizar o potencial humano através da qualificação e formação profissional; 3) valorizar o património associado à cultura e à natureza; 4) apostar no desenvolvimento empresarial; 5) promover uma gestão eficiente dos recursos financeiros públicos; 6) impulsionar a eurocidadania em ambos os concelhos; 7) cumprir com os ideais do projeto de integração europeia; 8) fomentar a atração de apoios financeiros e apostar nas potencialidades do comércio e do turismo; 9) fomentar a utilização conjunta de infraestruturas e equipamentos; 10) apostar na participação e envolvimento da população no modelo da eurocidade dando a conhecer os benefícios resultantes da cooperação transfronteiriça.

As ações da Eurocidade Vila Real de Santo António/Ayamonte/Castro Marim pretendem o reforço das relações de cooperação estabelecidas entre as autarquias locais e a promoção do desenvolvimento nas áreas socioeconómica, turismo, cultura e ambiente. A concretização deste projeto resulta de uma reunião de esforços, tendo

¹⁸ De acordo com a informação disponível na página oficial do município de Vila Real de Santo António.

em conta uma gestão territorial conjunta, sobretudo ao nível da oferta de serviços, infraestruturas e equipamentos existentes.¹⁹

Em síntese as eurocidades criadas na fronteira entre Portugal e Espanha apresentam objetivos em comum, que passam pela definição e implementação conjunta de modelos de desenvolvimento, envolvendo a gestão partilhada das infraestruturas e equipamentos; no entanto, muitas dessas ações e iniciativas encontram dificuldades na sua concretização devido à existência de determinados constrangimentos, em particular quadros jurídicos e legais distintos, que condicionam o desenvolvimento de algumas ações ou iniciativas dos municípios que integram as eurocidades. De seguida no quadro 9 apresenta-se os fatores que facilitam ou condicionam o desenvolvimento das eurocidades.

Quadro 9. Factores que facilitam e condicionam o desenvolvimento de Eurocidades

Facilitam	Condicionam
O carácter estratégico da CT na União Europeia	Diferença nos sistemas jurídicos, burocráticos e administrativos
Criação de um quadro legal e jurídico ao nível transfronteiriço (AECT)	Políticas fiscais distintas
Sistemas consolidados no âmbito da CT	Eventual desinteresse dos organismos regionais
Realização de inúmeras experiências de CT	Ações e iniciativas muito dependentes de apoios de carácter público
Cedência de apoios de natureza política	Cooperação pouco significativa entre entidades da sociedade civil
Existência de traços culturais semelhantes	Ausência de experiências em matéria de eurocidadania
Criação de relações complementares ao nível da saúde, cultura, desporto e formação	Desigualdades nos contextos territoriais, económicos, comerciais e sociais
Inexistência de barreiras físicas	Existência de interesses diferentes
Património com elevado valor e que contribui para a identidade transfronteiriça	Inexistência de uma coordenação eficiente nas

¹⁹ Idem.

	diversas atividades
Existência de uma boa rede de acessibilidades	Diferenças na classificação do território e nos IGT em ambos os lados da fronteira
Importância dos setores do turismo, comércio, restauração e cultura para a economia local	
Posição geográfica estratégica e proximidade territorial	

Fonte: Pardellas de Blas e Figueroa Dorrego, 2009 (com adaptações)

III. Caso de estudo: Eurocidade Elvas – Badajoz

1. Enquadramento de duas cidades de fronteira

1.1. Enquadramento geográfico e territorial

O concelho de Elvas integra-se na NUT II do Alentejo e na NUT III do Alto Alentejo. Encontra-se delimitado pelos seguintes concelhos: a norte por Arronches, a nordeste por Campo Maior, a sul pelos municípios do Alandroal e Vila Viçosa, a oeste por Borba e Monforte e, por fim, a sudeste faz fronteira com os municípios espanhóis de Badajoz e Olivenza. O concelho de Elvas possui uma área territorial de 631 768 km² e uma dimensão populacional de 23 078 habitantes.²⁰ A cidade de Badajoz situa-se na Comunidade Autónoma da Extremadura e é capital da província com a mesma designação. Esta é a segunda cidade com maior dimensão, depois de Cáceres, apresentando uma área territorial de 1470 km² e a cidade mais povoada da região da Extremadura e de toda a fronteira entre Portugal e Espanha, com uma população de 150 517 habitantes, enquanto a sua província contém uma área territorial de 21 766,28 km² e uma população de 694 533 habitantes²¹ (PDM de Elvas, 2009; PEB, 2014a). Em conjunto as duas cidades de fronteira, separadas por cerca de 16 km, possuem uma dimensão populacional de mais de 170 000 habitantes.

As cidades de Elvas e Badajoz, assumem conjuntamente uma posição territorial geoestratégica no sudoeste da Península Ibérica, pois ambas encontram-se num ponto

²⁰ Dados populacionais relativos a Elvas de acordo com os Censos 2011.

²¹ Dados populacionais relativos a Badajoz de acordo com o INE de Espanha.

central inserido no eixo estratégico que liga as capitais Lisboa e Madrid. As duas cidades estão também integradas num modelo designado de “Diagonal Continental Ibérica” que se estende até à cidade espanhola de Barcelona. Num contexto territorial conjunto Elvas e Badajoz apresentam potencialidades económicas a médio e longo prazo e estes núcleos urbanos transfronteiriços tendem a crescer de forma franca (Macorra y Cano, 2011). No entanto, importa referir que este crescimento será muito desigual já que ambas as cidades apresentam diferentes dimensões e ritmos de crescimento e desenvolvimento. A exploração e os investimentos nas suas potencialidades económicas estão muito dependentes do quadro de decisões dos respetivos estados ibéricos, tal como os projetos da construção da plataforma logística e da linha ferroviária de alta velocidade. A existência destes fatores mencionados anteriormente entre outros que serão abordados um pouco mais à frente, estiveram na base da ideia da criação de uma eurocidade entre Elvas e Badajoz.

1.2. Enquadramento socioeconómico

O concelho de Elvas acompanha a tendência dos restantes concelhos localizados no interior do país, onde predomina o sector terciário que se baseia em atividades económicas associadas aos serviços e comércio, embora este último tenha perdido alguma importância, de seguida o setor secundário ligado às atividades industriais extrativas, distribuição e logística e por fim o setor primário. Em relação à agricultura, a existência de fatores como a estabilidade da fronteira com Espanha, a inexistência de problemas de natureza política e o elevado potencial agrícola do território do Caia tornaram a cidade num centro de concentração de produções e negócios associados a este setor (EE, 2007). A economia de Elvas tem vindo a perder dinamismo sobretudo desde as décadas de 80 e 90 quando se deu o processo de esbatimento das fronteiras e consequente abertura dos mercados e integração na CEE/UE, e devido à *“conjuntura de crise económica em meados dos anos 90, em Espanha, com um forte retrocesso do consumo privado, a abertura de grandes superfícies comerciais em Badajoz, a saturação de um modelo comercial com graves deficiências estruturais e extremamente vulnerável a efeitos conjunturais, são factores*

que contribuíram para a crise da economia elvense.” (Garrinhas, 2001). O setor do comércio em Elvas desde sempre teve vocação tradicional. Segundo Castro, as atividades comerciais de Elvas estão muito associadas à procura por parte de Espanha com a especialização em determinados produtos, tais como atoalhados, mercearias, bacalhau, café (Castro, 2013); no entanto, estas entraram em declínio devido a motivos já referidos e à entrada em circulação do euro.

A indústria sempre teve uma fraca representação em Elvas, devido em parte às características do tecido urbano existente que condicionou a fixação desta atividade. No entanto Elvas já possui uma área industrial, na periferia da cidade, mas o investimento é aí pouco significativo. Nas freguesias rurais as atividades agroalimentares, artesanais e tradicionais garantem ainda a conceção de produtos regionais (EE, 2007).

Do ponto de vista social, a taxa de desemprego no concelho de Elvas atingiu perto dos 18% em 2011, reflexo da atual conjuntura de crise económica. Em termos de escolaridade, as taxas de abandono escolar e de analfabetismo têm diminuído nas últimas duas décadas; a primeira passou de um valor próximo dos 15% em 1991 para cerca de 2% em 2011; a segunda decaiu de mais de 15% para menos de 10% (INE, 2011). Esta diminuição deve-se à influência das políticas introduzidas pelo estado português no âmbito da educação.

Ao nível da saúde, Elvas possui uma unidade hospitalar e extensões de saúde no concelho, mas tem perdido alguns serviços, com prejuízo do acesso por parte da população.

Os setores do turismo e da cultura têm vindo a ganhar importância para o desenvolvimento local, devido ao facto de Elvas ter sido classificada como Património Mundial pela UNESCO (2012).

A cidade de Badajoz apresenta grande dinamismo socioeconómico e trata-se do maior aglomerado urbano a nível regional e transfronteiriço, possuindo uma ampla oferta de bens e serviços. No entanto, a atual conjuntura económica tem gerado um aumento significativo do desemprego desde 2009, sendo que em maio de 2013 se registou uma taxa de 19,63%, atingindo sobretudo os estratos etários entre os 25 e os 44 anos. O desemprego fez-se sentir principalmente entre os detentores do ensino secundário e, em menor valor, entre aqueles que possuem formação e

qualificação de nível superior. A agricultura ainda detém alguma importância para a economia local, pois a vasta área territorial proporciona condições para a prática das atividades agrícolas e em algumas localidades rurais da província de Badajoz constitui a principal fonte de rendimento. O comércio em Badajoz possui uma longa tradição e é uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento local. A cidade possui uma vasta oferta de bens e serviços, com predomínio do comércio tradicional e de pequena dimensão (83%) localizado sobretudo no eixo “*Santa Marina-Menacho-Casco Antiguo*” e nas áreas da “*Barriada de San Roque*”, “*Carretera de Valverde*”, “*Valdepasillas*”; importa ainda referir o comércio associado às grandes superfícies (12%), tais como os centros comerciais “*El Corte Inglés*”, “*Conquistadores*” e mais recentemente o “*El Faro*”, e por fim o comércio misto (5%). Na área industrial “*El Nevero*” também já é visível a fixação de atividades comerciais (PEB, 2014a)

O emprego no setor público ronda 25,13%²² pois em Badajoz concentram-se alguns organismos públicos locais e regionais, com destaque para a educação e a saúde. No ano letivo de 2012/2013 o regime escolar obrigatório era de 39,2% e os regimes de ensino superior e a formação profissional em conjunto representavam 48,2%, relevando estes últimos valores da importância do Campus Universitário de Badajoz, pertencente à Universidade da Extremadura. No setor da saúde, Badajoz detém um centro hospitalar e grande capacidade de serviços de referência à escala regional e transfronteiriça. O turismo em Badajoz tem vindo a ganhar importância, sendo a cidade que recebe maior número de turistas da região da Extremadura. O setor turístico nesta cidade está mais interligado com as atividades comerciais, de saúde e outros tipo de serviços, do que propriamente com elementos patrimoniais e culturais. No entanto, esta tendência está a inverter-se devido à concretização de ações de recuperação do património. Por outro lado, a realização de diversos eventos e festas (Carnaval, Semana Santa, *Feria de San Juan*) têm vindo a atrair turistas à cidade de Badajoz (PEB, 2014a).

²² De acordo com os dados referentes a 2013 do Anuário Económico de “La Caixa”.

1.3. Enquadramento urbanístico

As áreas urbanas das cidades de Elvas e Badajoz têm-se expandido em vários sentidos para a periferia, onde predominam as áreas residências, de seguida as áreas industriais e por último as áreas comerciais (fig.15). O crescimento urbano destas tem acompanhado o traçado das principais vias rodoviárias e também o curso do Guadiana no caso de Badajoz, onde se observa um crescimento urbano mais linear. A expansão urbana nas duas cidades tem registado ritmos distintos, sendo este mais rápido em Badajoz do que em Elvas. Esta tendência deve-se ao facto de ambas as cidades terem registado diferentes níveis de desenvolvimento territorial e socioeconómico. No que respeita ao crescimento urbano de Elvas pode-se referir que a sua expansão nas últimas décadas tem conduzido a uma desarticulação do espaço devido à existência de áreas urbanas dispersas e desapoizadas das vias de acessibilidade e a uma forte densidade urbana na envolvência ao principal troço rodoviário que atravessa a cidade (E.N.4) e também junto da autoestrada A6 (PDM de Elvas, 2009). Em relação a Badajoz pode-se referir que a sua estrutura urbana se encontra melhor consolidada, organizada e articulada em termos de acessibilidades do que a de Elvas; no entanto, existem também algumas áreas urbanas dispersas e difusas sobretudo a sul do centro histórico. Uma das áreas de expansão urbana mais visível em ambas as cidades é a que se pode observar em direção à fronteira. Esta questão será abordada posteriormente no subcapítulo dos impactos territoriais no âmbito da eurocidade Elvas/Badajoz. ²³

²³ Avaliação empírica através da realização de trabalho prático de observação no terreno.



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 15. Áreas urbanas de Elvas e Badajoz (2015)

Os dois núcleos urbanos possuem características idênticas associadas ao sistema de acessibilidades que contribuíram para o seu crescimento urbano, tais como: a) a existência de um eixo rodoviário principal articulado com outras vias rodoviárias (em Badajoz podem-se observar dois eixos viários); b) as grandes vias de comunicação (A6 e E90) têm limitado o crescimento urbano das cidades de Elvas e Badajoz sobretudo do lado norte, no entanto segundo o PGM de Badajoz (*Plan General Municipal*) está prevista a expansão para lá da autoestrada E90; c) expansão urbana acompanhando as grandes vias de comunicação fazendo com que as cidades fiquem mais próximas (Nunes, *et al.*, 2007). Esta última característica será abordada adiante, sendo considerada um impacto territorial que pode contribuir para a formação e fortalecimento da eurocidade entre Elvas e Badajoz.

2. Análise de planos de âmbito local e regional

Neste subcapítulo analisam-se as orientações estratégicas das cidades de Elvas e Badajoz, tanto individuais como conjuntas, segundo os seus instrumentos de gestão territorial (IGT) de carácter regulamentar e estratégico, para os novos horizontes de desenvolvimento, tanto ao nível local como regional.

2.1. Enquadramento de Elvas nos instrumentos de gestão territorial

O PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território) do Alentejo, que estabelece o conjunto de objetivos estratégicos à escala regional, refere que Elvas poderá contribuir para o desenvolvimento da região com base nas opções estipuladas no seu quadro estratégico de âmbito municipal que passam pela aposta nas suas potencialidades, na capacidade de distinção e de cooperação. No que respeita à estrutura urbana, o PROT do Alentejo defende um modelo urbano policêntrico regional, do qual fazem parte os núcleos concelhios de Elvas e Campo Maior que, em conjunto, formam um dos principais centros urbanos da região (PROT,2007).

O PDM (Plano Diretor Municipal) de Elvas, revisto em 2009, seguiu a mesma linha de orientação estratégica do PROT do Alentejo. As grandes opções estratégicas passam por: 1) apostar na construção de uma plataforma logística na área fronteiriça do Caia e conseqüentemente atrair e fixar empresas aproveitando as potencialidades da oferta das acessibilidades existentes e da futura ligação à linha de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, assumindo assim um papel fundamental nas relações transfronteiriças em termos económicos, empresariais e logísticos entre os dois países ibéricos; 2) fomentar uma economia apoiada nos recursos endógenos e de cariz tradicional e em novos setores económicos associados ao conhecimento científico e à inovação; 3) promover a qualidade de vida no concelho com base na melhoria da oferta de serviços e num modelo de desenvolvimento apoiado numa lógica de sustentabilidade (PDM de Elvas, 2009). Os objetivos definidos para a prossecução destas opções estratégicas, segundo o PDM de Elvas, são: a) qualificar a nível funcional e ambiental a cidade e todo o concelho de Elvas; b) promover e apostar nos espaços urbanos e rurais de forma a torná-los mais articulados; c) valorizar o património diversificado com base numa conceção moderna do desenvolvimento; d) fomentar o setor do turismo apoiado nos elementos históricos, culturais e patrimoniais; e)

valorizar os setores económicos que se baseiam nos recursos endógenos e apoiar o surgimento de outras atividades empresariais; f) incrementar o desenvolvimento das atividades logísticas aproveitando as potencialidades da sua posição geográfica (PDM de Elvas, 2009).

Outros instrumentos à escala regional como a “Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020” abordam os benefícios dos investimentos previstos para a área fronteiriça de Elvas, tais como a construção da plataforma logística que poderá causar impactos significativos na economia da região do Alto Alentejo. O mesmo instrumento refere a importância da cooperação para a região, devido às relações estabelecidas entre o Alentejo e a Extremadura e também à recente criação da Eurocidade Elvas/Badajoz (CIMAA, 2014). Analisando o quadro de objetivos propostos para Elvas pode-se mencionar que grande parte deles passam por valorizar todo o potencial existente no território, mas que alguns dos objetivos como a construção da plataforma logística e a linha ferroviária de alta velocidade são de alguma forma um pouco ambiciosos, e a sua concretização está demasiado dependente de tomada de decisões externas ao concelho.

2.2. Enquadramento de Badajoz nos instrumentos de gestão territorial

Analisando o PGM de Badajoz (*Plan General Municipal*) os objetivos definidos implicam uma série de operações ao nível do planeamento e do urbanismo. O primeiro objetivo passa por tornar Badajoz numa cidade de média dimensão à escala europeia, através do aumento da população e da criação de emprego nos setores industrial e de serviços e dotando-a de uma boa rede de infraestruturas, acessibilidades e transportes. O segundo objetivo visa promover Badajoz como capital da região e centro das relações entre os dois países ibéricos. O terceiro objetivo passa por fomentar a cidade de Badajoz como principal núcleo populacional da região da Extremadura, através da fixação e manutenção de determinados serviços administrativos (PGM de Badajoz, 2007). Importa referir que o cumprimento do primeiro objetivo parece difícil, pois apesar da população ter aumentado sempre desde 1950 até 2012 ano em que registou uma dimensão populacional de 152 270 habitantes, a partir daí assistiu-se a um ligeiro decréscimo da população que em 2013

decaiu para 150 621 habitantes (INE, 2013) tendência que poderá eventualmente continuar. O segundo e terceiro objetivos demonstram os desafios e realidades que Badajoz enfrenta: por um lado a importância que a cidade pretende continuar a ter como principal pólo de atração ao nível regional e transfronteiriço devido à sua dinâmica socioeconómica; por outro lado, uma parte desta ambição pode estar a deteriorar-se com a crescente perda ou transferência de alguns serviços de autonomia administrativa para outros lugares.

Analisando o PEB de Badajoz (*Plan Estratégico de la ciudad de Badajoz*) os grandes objetivos estratégicos para Badajoz passam por tornar a cidade num local ideal para habitar que tenha em conta as necessidades e expectativas dos seus cidadãos e que não coloque em causa a qualidade de vida e os princípios de coesão, solidariedade e amizade. O segundo objetivo passa por fomentar o desenvolvimento económico de Badajoz através de uma melhor geração de recursos que contribuam para a satisfação dos seus cidadãos. O terceiro objetivo implica a aposta num modelo de cidade sustentável que tenha repercussões na sua projeção e concretização de ações. O mesmo plano também aborda a importância da criação da eurocidade Elvas/Badajoz para o desenvolvimento territorial conjunto, ao referir que a cooperação mantida entre as duas entidades da administração local deve ser contínua e estar dotada de uma maior capacidade de integração. A eurocidade não pode só incidir sobre a população e os equipamentos municipais, deve também posicionar-se como uma cidade de âmbito internacional que se pretende mais atrativa, diversificada e inovadora, pelo que existe a necessidade de avançar com a sua institucionalização (AB, 2014c).

Por fim, segundo a análise da estratégia da EUROACE 2020 (Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura) os objetivos desta ao nível regional passam por apostar no corredor estratégico de ligação entre as duas capitais ibéricas através da construção da nova linha ferroviária. Por sua vez, ao nível local esta estratégia revela que a constituição da Eurocidade Elvas/Badajoz pode significar um novo marco para a cooperação transfronteiriça entre estas três regiões (EUROACE, 2010).

3. A Eurocidade Elvas/Badajoz

3.1. Antecedentes à criação da eurocidade

Segundo o *Ayuntamiento* de Badajoz (AB) as relações seculares entre Elvas e Badajoz foram sobretudo de defesa militar, segurança e controlo nomeadamente nos períodos em que os países ibéricos viveram de “costas voltadas”. As duas cidades assumiram um papel fundamental no processo de criação de laços de amizade entre Portugal e Espanha. As relações entre estas cidades foram ao longo do tempo, cordiais e amigáveis, sendo estas mais significativas entre a população onde sempre existiu um espírito de vizinhança e no contexto das relações económicas, do que propriamente no seio das entidades, pois nestas apenas se registaram contactos de forma pontual condicionando um pouco as relações. Posteriormente as relações transfronteiriças entre Elvas e Badajoz foram reforçadas com o processo de integração de Portugal e Espanha na CEE (1986) e conseqüentemente com a abolição das fronteiras no ano de 1992 e com a introdução da moeda única em 2002 (AB, 2014b). Segundo o município de Elvas, importa ainda realçar a criação de um acordo em 1993 com o objetivo de consolidação das relações transfronteiriças entre as entidades da administração local (Câmara Municipal de Elvas e *Ayuntamiento* de Badajoz); a partir daí desenvolveram-se experiências conjuntas, sobretudo ao nível da organização e participação em eventos culturais de caráter anual (carnaval, Badasom, entre outros) que tiveram como palco as duas cidades. Por fim, surgiu a ideia da criação da Eurocidade Elvas/Badajoz em 2006; esta ideia não avançou de imediato devido à existência de interesses políticos distintos, mas no dia 16 de Setembro de 2013 foi assinado um protocolo de cooperação entre as autarquias locais, dando origem à criação da Eurocidade Elvas/Badajoz.²⁴

3.2. A Eurocidade: enquadramento, objetivos e quadro de intervenção

A criação da Eurocidade Elvas/Badajoz surge através da assinatura de um protocolo de cooperação transfronteiriça em 2013, tal como foi referido. O

²⁴ Informação obtida através da realização de entrevistas a técnicos da Câmara Municipal de Elvas e do professor Dr. Luis Fernando de la Macorra y Cano da Universidade da Extremadura.

enquadramento do seu projeto de desenvolvimento ocorre no atual período do POCTEP 2014-2020. A Eurocidade entre Elvas e Badajoz que tem sido um dos grandes projetos intencionados pelas autarquias locais, baseou-se nos modelos das eurocidades ibéricas de Chaves/Verín, Valença/Tuy, V.R.S. António/Ayamonte e da eurocidade vasca Bayonne/S. Sebastián.

Os motivos que levaram à formação desta eurocidade prendem-se sobretudo com a relativa proximidade territorial entre as cidades de Elvas e Badajoz (cerca de 8 km), as experiências conjuntas de cooperação, a existência de traços culturais semelhantes, os constantes fluxos de deslocação ao outro lado da fronteira (Mocinha, 2007). Além disso, a CME refere que a criação desta eurocidade, também partiu do princípio de que seria necessário que ambos os municípios desenvolvessem mecanismos de gestão e de valorização territorial mais adequados às especificidades locais para tentarem combater o problema do decréscimo populacional e do desemprego e assegurar a captação contínua de investimentos²⁵. No entanto outros motivos como a densidade urbana significativa e uma crescente utilização conjunta de infraestruturas e equipamentos justificaram também a formação desta eurocidade. A sua localização geográfica permite-lhe assumir uma posição geoestratégica, pois encontra-se no eixo de ligação entre as capitais de Portugal e Espanha, e a dimensão das duas cidades possui um grande potencial económico, que atualmente é ainda pouco explorado.

Os principais objetivos da criação da Eurocidade Elvas/Badajoz pretendem reforçar os processos de cooperação transfronteiriça entre as instituições administrativas locais e regionais, as diversas entidades económicas, sociais e culturais de ambos os territórios de fronteira, fomentar a integração e interação entre os cidadãos de ambas as cidades e desenvolver a partilha de serviços. Outros objetivos passam pelo aproveitamento de sinergias previstas através de projetos piloto como a construção da plataforma logística na fronteira do Caia e da futura estação ferroviária.

Segundo Macorra y Cano (2011), as razões que levaram à criação da Eurocidade Elvas/Badajoz são: a existência de uma posição central no Eixo de Lisboa-Madrid-

²⁵ Informação obtida através da realização de entrevistas a técnicos da Câmara Municipal de Elvas.

Barcelona e também no centro do Sudeste Ibérico, o envolvimento das duas cidades nas relações históricas das capitais ibéricas, a distância relativamente pequena entre os dois núcleos urbanos, que pode levar ao surgimento de um modelo de “conurbação”. O mesmo autor refere também no contexto económico, a importância que a estação ferroviária e a plataforma logística previstas podem trazer para o desenvolvimento territorial de Elvas e Badajoz, para a melhoria das relações transfronteiriças e enquanto força motriz da economia regional do Alentejo e Extremadura. No contexto social a ideia passa pela promoção da eurocidadania de forma a aumentar o conhecimento dos cidadãos em matéria linguística e cultural. A introdução de sistemas jurídicos de âmbito europeu tem vindo a contribuir para um crescente interesse nos estudos temáticos sobre a cooperação transfronteiriça com o intuito de formar organismos de representação, tal como a ideia de criar uma Agência para o Desenvolvimento da Eurocidade.

O quadro de intervenções previsto segundo a análise do *“Protocolo de Cooperación para la Creación de la Eurociudad Badajoz-Elvas”* passa: a) pela promoção conjunta da conceção, gestão e prestação de serviços e infraestruturas e equipamentos municipais; b) pelo estímulo à criação de sistemas na comunidade local de forma igualitária; c) pelo desenvolvimento de experiências de cooperação transfronteiriça, d) pela concretização conjunta de projetos em diversos domínios de interesse partilhado e sempre que possível com recurso ao apoio de fundos comunitários; e) pela cooperação com as entidades empresariais privadas com o intuito de desenvolver relações com as duas autarquias; f) pela criação de condições atrativas para a captação de novos investimentos e empresas para o território das duas cidades (AB, 2014b). A realização destas ações tem como principal enfoque os problemas que afetam o desenvolvimento socioeconómico das duas cidades de Elvas e Badajoz, tais como os elevados níveis de desemprego, a existência de um sistema económico débil, a falta de oportunidades e de investimentos, sobretudo externos, os problemas resultantes do afastamento aos grandes núcleos urbanos, as deficiências infraestruturais associadas ao sistema de transporte e a fraca competitividade em termos de empreendedorismo e inovação.

3.3. Dificuldades e Perspetivas Futuras

As principais dificuldades ao desenvolvimento da Eurocidade Elvas/Badajoz prendem-se com a sua operacionalização, pois a sua criação ainda não se encontra oficializada. Segundo a CME atualmente apenas existe um protocolo de cooperação assinado entre os dois municípios. No entanto o protocolo ainda carece de aprovação, pelo que este já foi dirigido para as instituições do poder central, cabendo a estas a decisão final. Outras dificuldades encontradas que também condicionam muitas das ações ou iniciativas intencionadas pelos municípios no âmbito da eurocidade são a existência de quadros jurídicos e legais distintos e as diferenças na política fiscal em vigor em cada país. O AB também menciona que as principais dificuldades são: o sistema legislativo e administrativo desigual em vigor em cada país, que causa impacto no comércio, mercado laboral, políticas fiscais, entre outros; a falta de conhecimento ou de interesse no projeto da eurocidade por parte de algumas entidades e da população em geral; a existência de línguas distintas que pode dificultar a comunicação, e implica modelos de ensino e educação diferentes; por fim, o fraco poder político das duas cidades, devido ao seu carácter periférico (AB, 2014b).

As perspetivas para a Eurocidade Elvas/Badajoz, segundo a CME, requerem uma maior coesão ao nível social, económico, cultural, ambiental e institucional, de forma a ultrapassar o obstáculo da fronteira e neste sentido contribuir para um desenvolvimento socioeconómico mais articulado. A concretização dos objetivos para a eurocidade dever-se-á em grande parte ao financiamento de projetos conjuntos de cooperação. Segundo Macorra y Cano, a Eurocidade Elvas/Badajoz pode estar a operar de forma plena no ano de 2030 (Macorra y Cano, 2011). Entre outros aspetos a ter em conta, importa referir que já se deram os primeiros passos para que Campo Maior passe a fazer parte da Eurocidade e existe também a possibilidade de Olivenza a poder integrar (aspeto que é agravado pelo diferendo político que existe entre os dois países), o que no futuro pode implicar um reforço da escala de cooperação e alterar os moldes da sua operacionalização.

4. Impactos territoriais da formação da Eurocidade

Neste subcapítulo analisaremos os impactos territoriais da Eurocidade Elvas/Badajoz, que se dividem em dois tipos: imediatos e diferidos. Os impactos diretos referem-se aqueles que na atualidade são visíveis no território e alguns deles encontram-se associados ao próprio projeto da criação da Eurocidade Elvas/Badajoz, ou são resultantes de outras ações e projetos já concretizados. Os impactos indiretos reportam-se aqueles que atualmente ainda não são visíveis no território, ou se encontram associados a ações ou projetos intencionados, mas que ainda não foram realizados. Todos estes impactos podem contribuir para o desenvolvimento da Eurocidade Elvas/Badajoz.

4.1. Impactos territoriais imediatos

Os impactos imediatos mais significativos no território estão relacionados com a mobilidade dos cidadãos ao outro lado da fronteira, com grande frequência e por diversos motivos. Na restauração, destaca-se a afluência aos restaurantes de Elvas por parte de cidadãos de Badajoz e de outros visitantes espanhóis. Ao nível do comércio realçam-se as deslocações de portugueses às grandes superfícies ou a importantes artérias comerciais de Badajoz, como a “*Calle Menacho*” e de espanhóis sobretudo às principais ruas do centro histórico de Elvas (Macorra y Cano, 2011).

Os produtos comerciais mais procurados pelos habitantes de Elvas em Badajoz são os combustíveis, produtos de higiene e limpeza e de seguida o vestuário, devido à diferença nos preços e nos impostos de cada país; pelo contrário, os residentes de Badajoz procuram sobretudo os atalhados e refeições (Teixeira *et al.* 2014). Ao nível da saúde é notória a utilização dos portugueses e elvenses dos serviços e cuidados de saúde em Badajoz, assim como existem também médicos a exercer a sua profissão nas unidades de saúde de Elvas. Em termos culturais a realização de eventos como o carnaval, feiras e certames estão cada vez mais interligados. Na área da educação e formação, há alunos portugueses a frequentar cursos superiores na Universidade da

Extremadura. Há constantes movimentos pendulares, sobretudo para Badajoz, por motivos de trabalho. Ao nível económico, há investimentos em ambos os mercados por empresas do outro país. Ao nível do recreio e lazer, os espaços públicos em ambas as cidades são frequentados pelos cidadãos portugueses e espanhóis (Macorra y Cano, 2011). E por fim, tem-se assistido recentemente a um crescente número de residentes espanhóis em Elvas e de portugueses em Badajoz, fenómeno associado às condições atrativas das oscilações de ambos os mercados imobiliários (Gaspar, 2003; Macorra y Cano, 2011).

No entanto, ainda em termos de relações económicas e empresariais, a AEE (Associação Empresarial de Elvas) refere que os impactos no território já foram mais significativos, sobretudo na década de 80, pois existia uma maior transação económica entre as duas cidades. Com a abertura das fronteiras, estas relações enfraqueceram e, posteriormente, com a atual crise económica, decaíram ainda mais. A mesma entidade refere que a presença de empresas portuguesas em Badajoz e vice-versa se reduziu de forma expressiva, sendo esta maior em Elvas.²⁶

Os impactos territoriais resultantes da criação da Eurocidade Elvas/Badajoz são ainda pouco significativos. Segundo a CME, entre as diversas iniciativas realizadas de forma conjunta destacam-se as conferências, os encontros de natureza cultural e económica, os eventos desportivos e literários com as feiras do livro, os programas e protocolos de intercâmbio escolar e cultural, a concretização de projetos de valorização patrimonial e cultural, algumas candidaturas aos apoios de âmbito comunitário, e por fim a cooperação com Badajoz para que esta seja candidata a “Capital Europeia da Juventude” em 2016.²⁷

Analisando estes resultados, a estratégia dos dois municípios até à atualidade, tem passado pela concretização de ações e iniciativas sobretudo com impacto no património e na cultura, em detrimento de outras áreas essenciais ao desenvolvimento dos seus territórios. Um dos grandes problemas na formulação de estratégias de desenvolvimento está patente na falta de informação dos cidadãos das

²⁶ Informação obtida através da realização de entrevista à Associação Empresarial de Elvas.

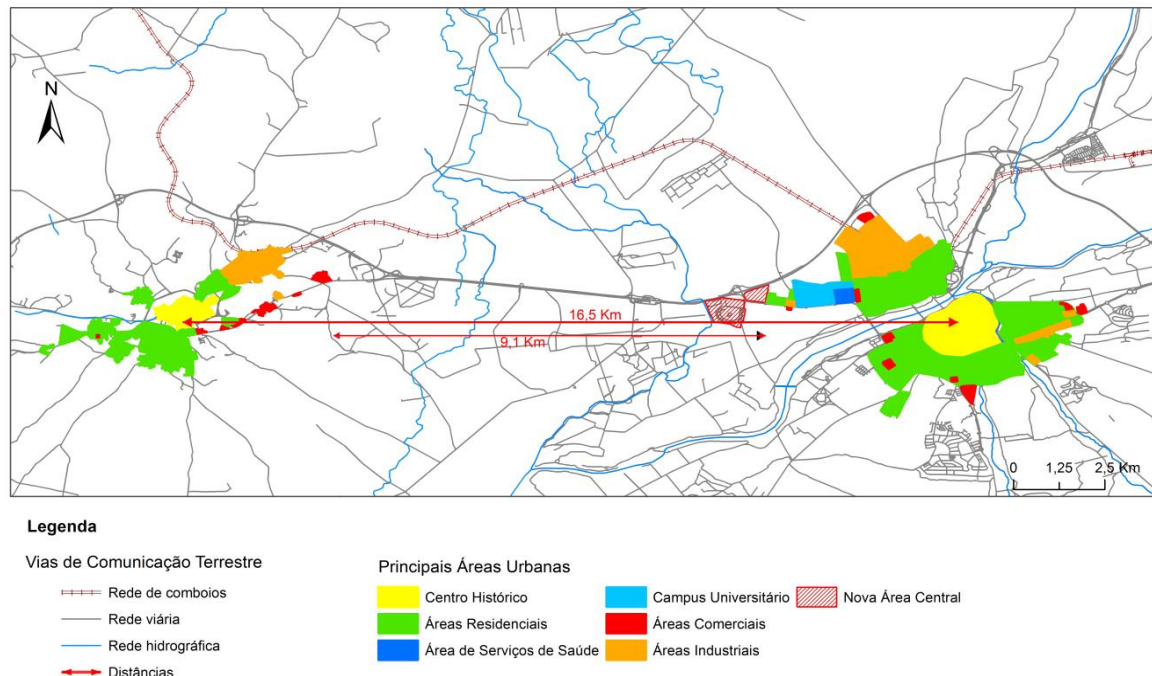
²⁷ Informação obtida através da realização de entrevista à Câmara Municipal de Elvas.

duas cidades em relação às ações realizadas ou intencionadas pelos municípios. Neste contexto, para que se possa atingir um desenvolvimento territorial mais integrado e que os seus efeitos tenham impacto nas mais diversas áreas, torna-se necessário envolver todos os agentes e entidades territoriais assim como a sociedade civil para que em conjunto possam encontrar e decidir os melhores cenários de desenvolvimento para a Eurocidade Elvas/Badajoz.

4.2. Impactos territoriais diferidos

Um dos impactos diferidos mais significativos que neste caso, não são resultado da criação da eurocidade, mas que podem contribuir indiretamente para o desenvolvimento do seu projeto, é a possível existência de um corredor urbano contínuo, devido à grande proximidade territorial entre estas duas cidades de fronteira. No caso de Elvas e Badajoz, os respetivos instrumentos de gestão territorial (PDM de Elvas e PGM de Badajoz) referem que a expansão das áreas urbanas está a seguir no sentido da fronteira, sobretudo junto ao principal eixo de comunicação que liga as duas cidades, e que perante esta situação torna-se necessário proceder a um correto ordenamento do território. Segundo o PDM de Elvas, *“... a faixa envolvente à auto-estrada tem já hoje uma forte pressão para a proliferação, espontânea e dispersa, de operadores logísticos e de zonas comerciais de pequena dimensão, considerando-se por isso uma realidade que urge ordenar...”* (PDM de Elvas, 2010:149). Alguns autores também já analisaram esta expansão urbana entre Elvas e Badajoz, pronunciando que esta se deve à existência de atividades logísticas e industriais na proximidade à fronteira do Caia (Almeida, *et al.*, 2011). No entanto esta expansão tem registado ritmos diferentes, sendo maior o ritmo de crescimento urbano da cidade de Badajoz do que de Elvas. Esta tendência urbanística mais significativa do lado espanhol, é defendida por Cascais ao referir que *“Badajoz siempre incrementó su vocación expansionista y se afirma cada vez más como mesópolis transfronteriza (...)”* (Cascais, 1996:280). Estes ritmos de expansão urbana observada ao longo das últimas décadas têm vindo a causar impactos de forma contínua ao nível urbanístico nas áreas envolventes e a aumentar a influência e a atração da cidade de Badajoz, pois tal como

Cascais menciona “promueven la concentración urbana e incrementan una movilidad creciente de las poblaciones periféricas en dirección a Badajoz, cuya área de influencia se acrecienta continuamente” (Cascais, 1996: 281).



Fonte: ArcGis. Autoria Própria.

Figura 16. Distâncias entre as cidades de Elvas e Badajoz. (2015).

Segundo a análise da figura 16, verifica-se a tendência para uma maior proximidade territorial entre Elvas e Badajoz, permitindo uma redução das distâncias entre elas. Numa primeira fase observa-se que a distância entre os dois centros históricos era cerca de 16,5 km e que com o crescimento das cidades para a periferia, neste caso direcionado para a fronteira, a distância mais próxima entre elas se reduziu e atualmente é de cerca de 9 km (em linha reta).

A recente abertura do Centro Comercial “El Faro” em Badajoz em 2012 (na imagem ainda estava em construção) pode corresponder à fase mais recente de expansão urbana da cidade de Badajoz em direção a Portugal, pois encontra-se a uma distância de cerca de 1 km da fronteira. Pelo que se pode afirmar que esta última fase de expansão urbana se fez por via do urbanismo comercial. A localização próxima da fronteira deste centro comercial e de outras infraestruturas como o parque aquático

“AquaBadajoz” e o parque de feiras de Badajoz “IFEBA” podem estar inseridos numa estratégia de criação de uma nova centralidade entre as duas cidades. Esta pode representar um novo marco estratégico, devido a estar integrada no eixo Lisboa-Elvas-Badajoz-Madrid. Todas estas infraestruturas explicam a crescente interatividade entre Elvas e Badajoz e contribuem para uma maior consolidação da rede urbana transfronteiriça.



Fonte: globo-vision.com

Figura 17. Expansão Urbana da cidade de Badajoz

Neste caso a formação recente da Eurocidade Elvas/Badajoz e outros projetos previstos para esta área de fronteira (plataforma logística e linha ferroviária de alta velocidade) podem ajudar à aceleração deste processo de conurbação, com todos os efeitos que daí podem surgir. No entanto, a localização destes projetos tem sido motivo de forte debate porque a área do Caia possui vários estatutos de proteção e conservação natural, o que coloca sérios desafios para o ordenamento do território (Almeida *et al.*, 2011).



Fonte: globo-vision (facebook)

Figura 18. Previsão do crescimento urbano da Avenida de Elvas em Badajoz

Em termos urbanísticos, muito se tem abordado a tendência para um modelo de crescimento ou expansão urbana contínua no futuro entre Elvas e Badajoz, designado de conurbação. No entanto este modelo poderá não ser a alternativa mais correta para o território em questão pois uma conurbação implica um crescimento urbano em diferentes moldes. A alternativa pode passar por conceber um sistema urbano mais articulado que atenda às necessidades do território e da população local e que possa evitar a difusão de áreas urbanas dispersas. Este sistema deve também basear-se num crescimento urbano equilibrado, evitando uma ocupação urbana do solo elevada. E em simultâneo ser sustentável, ao integrar áreas verdes ou arborizadas junto das principais vias de comunicação e noutros espaços que venham a surgir tal como se pode observar na figura 18. Uma das primeiras consequências deste modelo urbano poderá passar pela fusão da Avenida de Elvas e Avenida de Badajoz, dando origem a um corredor urbano entre as duas cidades.

Em síntese, os resultados demonstrados até à atualidade do projeto da Eurocidade Elvas/Badajoz são insuficientes para criarem impactos no desenvolvimento dos seus territórios. Os principais motivos desta situação prendem-se com a sua ainda recente existência, com a necessidade de se proceder à sua institucionalização e com a escassa execução de ações e iniciativas pelos dois municípios desde a data da sua

criação. Tal como já foi referido, a cultura e o património têm sido as áreas mais beneficiadas no âmbito da Eurocidade; no entanto, existem outros domínios que carecem de intervenção. Neste contexto, torna-se necessário: elaborar uma proposta de visão estratégica portadora de uma grande capacidade de integração e adequada às especificidades do território; definir quais os moldes em que a Eurocidade pode vir a operar, tendo em conta um adequado desenvolvimento territorial.

5. Visão Estratégica para o desenvolvimento da Eurocidade

Neste subcapítulo apresenta-se uma proposta de visão estratégica para o desenvolvimento do território da Eurocidade Elvas/Badajoz. Esta visão teve como base algumas experiências e ações que foram realizadas noutras eurocidades existentes na fronteira entre Portugal e Espanha. A definição dos eixos estratégicos foi conciliada com as prioridades que se encontram inseridas no protocolo assinado entre os dois municípios, entre outras áreas consideradas relevantes para o contexto transfronteiriço de Elvas e Badajoz.

Eixos Estratégicos

1. Diversificar a oferta do turismo e investir em novas escalas de divulgação turística

O turismo tem adquirido uma crescente importância na economia das duas cidades, no entanto a sua divulgação tem sido feita de forma autónoma. A promoção das potencialidades turísticas de Elvas e Badajoz pode passar por uma maior cooperação, oferta de produtos especializados e divulgação conjunta.

Medidas: a) Criar rotas turísticas e temáticas conjuntas; b) Criar um posto de turismo transfronteiriço c) Elaborar catálogos turísticos conjuntos.

2. Apostar na diversificação cultural e salvaguardar os elementos patrimoniais

A riqueza cultural é um dos atrativos destas cidades pelo que apostar na organização conjunta de feiras, certames e exposições pode reanimar a economia local. O património é outro atrativo, no entanto o desafio atual passa pela gestão do

seu estado de conservação, exigindo-se a criação de meios de resposta mais eficientes em casos de vandalismo ou degradação, contribuindo para a sua atração contínua.

Medidas: a) Organizar diversos eventos culturais em conjunto; b) Divulgar as distintas potencialidades culturais c) Criar uma linha telefónica designada de “S.O.S. Património”.

3. Potenciar o setor empresarial apostando nas suas capacidades de atração, projeção e de empreendedorismo como forma de geração de emprego

O desemprego é um dos grandes problemas atuais, pelo que atrair mais investimentos e empresas para os seus territórios com benefícios fiscais e apoiar a projeção externa e do empreendedorismo das empresas existentes pode aumentar a competitividade do tecido económico e empresarial de Elvas e Badajoz e contribuir para a criação de emprego.

Medidas: a) Incentivar à fixação de empresas em ambos os territórios; b) Criar mecanismos de apoio à internacionalização das empresas; c) Apoiar financeiramente as empresas que estimulem o espírito do empreendedorismo.

4. Reforçar as complementaridades comerciais através do aprofundamento da cooperação

As relações comerciais sempre marcaram a história de Elvas e Badajoz; no entanto o comércio tradicional entrou em decadência nos centros históricos destas cidades, entre outras razões devido à abertura de grandes superfícies comerciais. A criação de parcerias, para trocar experiências de revitalização do setor e proceder à especialização de produtos comerciais e apostar na sua promoção, pode contrariar esta tendência.

Medidas: a) Formar uma associação transfronteiriça de comerciantes; b) Promover as principais ruas comerciais de ambas as cidades; c) revitalizar o tecido comercial conjunto.

5. Revalorizar os sistemas logísticos e de transportes presentes no território de fronteira

Os constantes avanços e recuos dos projetos para a área do Caia têm dificultado um maior desenvolvimento das atividades de transporte e logística. A alternativa atual pode passar pela melhoria dos serviços e das infraestruturas que já existem nas duas cidades, de forma a aumentar a sua capacidade operacional.

Medidas: a) Renovar as infraestruturas logísticas existentes; b) Concretizar ações de qualificação dos serviços e operações logísticas c) Melhorar os acessos às infraestruturas logísticas atuais.

6. Impulsionar a formação ao longo da vida através de uma maior cooperação entre modelos de educação distintos

A educação e a formação contínua são importantes para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios. O estabelecimento de laços entre sistemas de ensino diferentes permite aumentar e diversificar a oferta formativa, o que pode contribuir para melhores níveis de qualificação dos recursos humanos.

Medidas: a) Apostar em modelos de formação continuada; b) Estabelecer parcerias entre unidades escolares de ambos os lados da fronteira; c) Incentivar à qualificação dos recursos humanos.

7. Apostar numa gestão sustentável dos espaços e recursos naturais fronteiriços conservando a sua qualidade ambiental

Os sistemas agroflorestais predominantes neste território devem primar pela qualidade ambiental. Nesse sentido deve-se apelar à sensibilização sobre a importância dos ecossistemas, à valorização dos rios Caia e Guadiana e desenvolver métodos de avaliação que possam reduzir os impactos de futuras construções no território de fronteira, ao nível ambiental.

Medidas: a) Realizar ações de sensibilização ambiental; b) Recuperar e valorizar os recursos aquíferos; c) Concretizar estudos técnicos conjuntos de avaliação ambiental;

8. Melhorar a qualidade urbanística e proceder a um Ordenamento do Território mais articulado

As duas cidades apresentam problemas urbanísticos semelhantes, tais como alguns edifícios em crescente degradação e áreas desocupadas, tornando-se necessário a procura de melhores soluções urbanísticas. Atualmente o acesso entre Elvas e Badajoz é feito unicamente por via rodoviária. A aposta na construção de vias de circulação alternativas pode diversificar a acessibilidade ao outro lado da fronteira. A expansão urbana entre as duas cidades poderá vir a ser no futuro uma realidade, pelo que importa ter em conta as eventuais tensões urbanísticas na área do Caia.

Medidas: a) Concretizar ações de reabilitação urbana nas duas cidades; b) Construir áreas verdes em espaços urbanos devolutos; c) Construir ciclovias e vias pedonais; d) proceder a um ordenamento do território urbano mais articulado e sustentável;

9. Estimular a convivência social e a prática desportiva mais ativa entre as novas gerações

As boas relações entre ambas as populações sempre foram um elemento chave nos processos de cooperação. Nesse sentido torna-se relevante fomentar o contacto e a interação sobretudo nos estratos mais jovens através da prática de diversas atividades desportivas, recreativas e lúdicas, como forma de garantir as relações sociais futuras.

Medidas: a) Realizar eventos desportivos e recreativos conjuntos; b) Criar programas transfronteiriços de ocupação dos tempos livres; c) Realizar eventos conjuntos de diversão e entretenimento; d) Criar uma Casa da Juventude Transfronteiriça.

10. Fomentar a eurocidadania entre ambas as populações

A Eurocidade Elvas/Badajoz é um projeto comum, que implica um maior envolvimento dos agentes assim como da sociedade civil. Nesse sentido existe a necessidade de fomentar a participação pública para debater questões associadas à eurocidade, e desenvolver mecanismos que promovam a igualdade entre cidadãos e que permitam usufruir de serviços públicos e de infraestruturas municipais em ambas as cidades a custos reduzidos ou mesmo gratuitos.

Medidas: a) Realizar sessões de participação pública; b) Criar um documento de identificação de município comum; c) Criar um Gabinete de Apoio ao Eurocidadão.

11. Aumentar a eficiência dos sistemas de saúde à escala transfronteiriça

A procura de melhores serviços de saúde em Badajoz por parte dos cidadãos de Elvas e de outras localidades envolventes, ocorre com alguma frequência, devido à falta de determinadas especialidades médicas. Nesse sentido apostar numa distribuição mais equilibrada e melhorar de forma eficiente os serviços de saúde nas duas cidades, pode aumentar a capacidade de resposta às necessidades das populações.

Medidas: a) Criar um sistema de serviços de saúde a ambas as cidades; b) Criar uma rede transfronteiriça de primeiros socorros; c) Melhorar a oferta de especialidades médicas em ambas as unidades de saúde.

12. Aumentar a oferta de serviços municipais através de uma maior cooperação entre as entidades da administração local

Os dois municípios devem apostar na complementaridade dos seus serviços reduzindo os custos associados com a sua prestação. E facilitar a utilização conjunta das suas infraestruturas e equipamentos, evitando uma duplicação destas em ambos os territórios.

Medidas: a) Criar um serviço de transportes públicos interurbanos; b) Fomentar a utilização conjunta de infraestruturas e equipamentos públicos; c) Criar um sistema de serviços municipais conjunto;

13. Aumentar os níveis de educação e formação através do reforço de parcerias entre as diversas instituições de ensino locais

O ensino, a educação, investigação e a formação profissional são elementos fundamentais ao desenvolvimento socioeconómico de um determinado território. Nesse sentido uma melhor cooperação entre as instituições de formação, educação e ensino superior de Elvas e Badajoz pode contribuir para atingir melhores resultados.

Medidas: a) Fomentar a aprendizagem continuada em línguas universais b) Criar um sistema de ensino e formação transfronteiriça c) Realizar projetos de investigação científica em domínios de interesse comum;

A proposta estratégica acima definida apresenta-se como uma alternativa às intenções dos municípios de Elvas e Badajoz, pois grande parte destas estão associadas aos projetos previstos pelos respetivos poderes centrais e europeus para o Caia, o que demonstra a excessiva dependência em relação a estes. É certo que a concretização de algumas medidas deste quadro estratégico depende da necessidade de implementar um regime jurídico e legal comum, no entanto a rápida institucionalização desta eurocidade pode facilitar o seu desenvolvimento. A maioria das ações futuras podem e devem sempre que possível contar com o recurso aos apoios dos fundos comunitários. No entanto importa ainda referir que o desenvolvimento desta estratégia não pode só depender dos municípios, é necessário envolver todos os agentes territoriais e a sociedade civil, e apelar ao envolvimento e à participação pública conjunta. Das quatro eurocidades ibéricas que existem, a eurocidade Elvas/Badajoz é a que possui maior escala urbana e populacional e isto deve-se mais à dimensão de Badajoz do que à de Elvas. Nesse sentido, há um desequilíbrio em favor de Badajoz o que pode fazer com que Elvas continue de alguma forma dependente desta. Pois qualquer parceira estabelecida entre as duas cidades, tende a beneficiar sempre mais Badajoz, tal como já acontece na candidatura de projetos conjuntos a apoios comunitários em que Badajoz beneficiou mais do que Elvas. Para evitar esta distribuição desigual dos apoios é necessário uma repartição mais igual dos mesmos de forma a reduzir as desigualdades existentes e alguma eventual dependência. E que haja um reforço das relações de complementaridade, tal como Mocinha refere “ *Elvas ganha dimensão com Badajoz e Badajoz ganha a importância patrimonial...*” (Mocinha, 2015). O património, a cultura e o turismo são os setores em que existe atualmente uma maior complementaridade. No entanto outros setores são igualmente importantes para o desenvolvimento de ambas as cidades, tais como o comércio, a restauração e os serviços.

IV. Conclusões

As regiões de fronteira, pelo seu carácter periférico, foram durante muito tempo marginalizadas ou quase excluídas do quadro de opções estruturantes da política pública dos poderes centrais, ficando entregues à sua mercê e longe de poderem acompanhar os ritmos de crescimento e de desenvolvimento económico dos grandes centros urbanos. Esta situação deveu-se sobretudo a problemas conjunturais como o fraco contexto económico, a população demasiado envelhecida, a reduzida formação dos recursos humanos (Pires e Pimentel, 2004).

O longo período de “costas voltadas” por motivos de defesa e controlo das fronteiras, e a fraca permeabilidade da fronteira condicionaram de alguma forma as relações entre Portugal e Espanha, apesar de ao nível local sempre terem existido boas relações de vizinhança. A partir dos anos 80, alguns acontecimentos como a abolição das fronteiras, a introdução de sistemas democráticos, a melhoria das acessibilidades e a entrada do euro permitiram contribuir para uma maior proximidade entre as duas nações ibéricas (Pires, 2008). No entanto o desenvolvimento das áreas de fronteira deveu-se sobretudo aos programas de cooperação transfronteiriça, onde as iniciativas comunitárias INTERREG assumiram um papel fundamental a partir do início da década de 90. Os resultados dos vários programas já realizados permitiram que estas regiões pudessem resolver parte dos seus problemas resultantes do efeito da fronteira e reforçassem os processos de cooperação.

Mais recentemente, tendo em conta uma maior integração dos territórios e reforço da cooperação, surgiram os novos modelos de cooperação de “2ª geração”, os AECT, nos quais se integram as eurocidades. A existência de problemas comuns levou alguns municípios fronteiriços a integrarem-se nestes novos modelos de cooperação, tendo em vista a superação conjunta de problemas comuns e a procura de sinergias e complementaridades que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento. Atualmente, como vimos, existem já quatro eurocidades entre Portugal e Espanha.

Em relação ao estudo de caso, o que motivou a criação da eurocidade Elvas-Badajoz foi a tradição, a proximidade, as relações económicas e sobretudo os constantes fluxos das populações locais a um e outro lado da fronteira em busca de

determinados produtos ou serviços ou por motivos de trabalho/estudo. Paradoxalmente, as relações económicas entre as duas cidades já foram mais intensas sobretudo no período antes da abertura das fronteiras, quando o diferencial entre a peseta e o escudo e a menor carga fiscal eram atrativas. A abolição das fronteiras e a introdução da moeda única vieram contribuir para a quebra destas relações que foram posteriormente agravadas com a atual crise económica.

No que respeita aos impactos territoriais da criação da eurocidade, os imediatos são os mais significativos, e estão relacionados sobretudo com a mobilidade da população entre as duas cidades; os impactos territoriais indiretos prendem-se com a crescente proximidade territorial, que pode eventualmente no futuro dar origem a uma conurbação. No entanto importa referir que se esta de facto ocorrer, poderá ser uma consequência da instalação futura de atividades económicas e logísticas e da eventual estação ferroviária de alta velocidade, e não apenas uma consequência do crescimento populacional das duas cidades.

Relembrando a primeira questão de partida desta dissertação: Os processos e programas de Cooperação Transfronteiriça implementados nas cidades fronteiriças de Elvas e Badajoz contribuíram para o ordenamento e desenvolvimento dos seus territórios?

Pode-se referir que sim, no que respeita ao ordenamento do território foi notória a intervenção ao nível físico sobretudo na melhoria das acessibilidades, tendo em conta uma melhor permeabilidade da fronteira. Em relação ao desenvolvimento o caso foi diferente, pois para além de não apresentarem a mesma dimensão socioeconómica, ambas as cidades seguiram cenários de desenvolvimento distintos sobretudo durante as primeiras duas gerações do INTERREG em que não se verificava o envolvimento conjunto em projetos. A partir do programa INTERREG III esta situação alterou-se devido ao facto de a integração em projetos passar a ser de carácter obrigatório. Em conjunto Elvas e Badajoz realizaram projetos de valorização do património, turismo, cultura e ambiente, e fomento das relações económicas e empresariais. No que respeita à cooperação transfronteiriça entre Elvas e Badajoz esta não foi tão intensa como se esperava ser dada a sua grande proximidade territorial. Por sua vez, Badajoz cooperou mais com Portalegre. Um dos motivos que explicam

esta situação encontra-se nos resultados dos vários programas INTERREG e POCTEP pois registaram-se mais projetos e iniciativas conjuntas entre estas cidades.

Ainda ao nível do ordenamento do território, a área de fronteira entre Elvas e Badajoz tem sido nos últimos anos objeto de debate dos poderes centrais e locais de Portugal e Espanha, devido à sua posição geográfica estratégica, relacionada com os projetos estruturantes previstos para a área do Caia, tal como a plataforma logística e a linha ferroviária de alta velocidade. Além disso tem também sido abordada a possibilidade de surgir um processo de conurbação, nesta área a longo prazo, que por sua vez pode trazer profundas alterações para este território. No entanto uma conurbação será difícil de se realizar neste território ao implicar uma dimensão e um crescimento urbano em moldes diferentes sobretudo por levar ao desaparecimento dos seus limites, o que neste caso parece praticamente impossível devido ao limite da fronteira. A coalescência poderá ser uma hipótese alternativa, pois permite que haja uma aglomeração respeitando os respetivos limites urbanos de cada cidade. No entanto estes projetos acabaram por ser adiados devido à crise financeira e económica. Perante esta situação, é preciso que se encontrem novas alternativas para o desenvolvimento comum, e uma das apostas pode passar pelo aproveitamento das sinergias existentes e pelo fomento das relações de complementaridade através do reforço da cooperação. Nesse sentido, a recente criação da Eurocidade Elvas/Badajoz (2013) poderá significar um novo marco na cooperação transfronteiriça e alterar a tendência até agora verificada.

Neste novo contexto de cooperação, encontramos a resposta à segunda questão de partida: A recente criação formal da Eurocidade Elvas/Badajoz (2013) pode reforçar o processo de cooperação e desenvolvimento territorial transfronteiriço?

A Eurocidade Elvas/Badajoz é um projeto muito recente, pelo que existe um longo caminho a percorrer. Desde a data de assinatura do protocolo até à atualidade as potencialidades que se encontram melhor exploradas e desenvolvidas são o turismo, a cultura e o património. Um dos grandes problemas encontrados por ambas as cidades é a inexistência de um regime jurídico comum que em muito tem dificultado a realização de algumas ações intencionadas por ambos os municípios para os seus territórios. O reforço da cooperação entre estas cidades depende muito da capacidade

de abertura de um município ao outro e dos dois em relação ao exterior. O desenvolvimento territorial de Elvas e Badajoz não pode depender unicamente de um conjunto de ações executadas pelos dois municípios, nem estes podem estar só dependentes das decisões do poder central e europeu, relativas aos projetos previstos para a zona do Caia. É necessário que haja uma maior cooperação entre todos os agentes económicos, sociais e culturais de ambos os lados da fronteira. Para além disto, o sucesso da Eurocidade Elvas/Badajoz depende em grande parte da capacidade de os dois territórios se complementarem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB (2007). *Revisión del Plan General Municipal – Memoria de la Ordenación*. Badajoz: Ayuntamiento de Badajoz.
- AB (2014a). *Plan Estratégico de la ciudad de Badajoz: Análisis de la ciudad de Badajoz*. Versión 1.6. Badajoz: Ayuntamiento de Badajoz.
- AB (2014b). *Eurociudad, Badajoz-Elvas*. 2º Documento. Observatorio del Cambio. Badajoz: Ayuntamiento de Badajoz.
- AB (2014c). *Badajoz, Presente y Futuro*. 1º Documento. Observatorio del Cambio. Badajoz: Ayuntamiento de Badajoz.
- ABDELHAMID El Ouali (2010). The Flexibility of Territoriality from Early States to Globalisation: Making States Survive Through Territorial Autonomy. *Geopolitics*, 15:1, pp. 82-108, DOI: 10.1080/ 14650040903420404
- ABREU, M. (2011). *As Relações Económicas Portugal/Espanha no quadro da União Europeia e das economias emergentes: desafios e oportunidades*. Vigo: Mesa Redonda.
- AEBR (2011). *European Charter for Border and Cross-Border Regions*. AEBR – Draft New version. Gronau.
- AGNEW, J. (2010). Still Trapped in Territory?, *Geopolitics*, 15:4, pp. 779-784.
- ALBERT, M. and BROCK L. (1996). Debordering the World of States: New Spaces in International Relations. *New Political Science* 35 (Spring). pp. 69–106.
- ALMEIDA, J. C.; ARANTES, A.; RAMOS, I. L. NUNES DA SILVA, F. (2011). Plataforma logística do Caia: Desafios para o Ordenamento de um Território Fronteiriço. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*. Nº27, pp. 15-28.
- AMANTE, M. F. (2007). *Fronteira e Identidade – Construção e Representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*. Lisboa: ISCS – UTL.

- AMANTE, M. F. (2013). Recovering the paradox of the border: Identity and (un)familiarity across the Portuguese-Spanish border. *European Planning Studies*, vol.21(1), pp.24-41.
- ANDERSON, J.; O'DOWD, L. (1999). Borders, Border Regions and Territoriality: Contradictory Meanings, Changing Significance. *Regional Studies*, Vol.33.7, pp.593- 604.
- ANDRÉ, I. (2002). *Coesão espacial: A inclusão dos lugares nas redes de desenvolvimento*. Estudos de Geografia Humana e Regional, nº 45. CEG, UL. Lisboa.
- ARAÚJO, J. D. S. (2014). *O conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território – Os casos da Estónia e Portugal*. Tese de Mestrado. FCSH-UNL, Lisboa, p.171.
- ARFE; CECICN (2012). *Documento estratégico sobre cooperação inteligente – Cooperação territorial para el fomento de la Integración europea: ciudades y regiones, lazos a traves de las fronteras*. La Coruña.
- BAIGORRI, A. (1999). La red urbana ibérica. In DE LA MACORRA Y CANO, L. F.; BRANDÃO ALVES, M. (coords.), *La economía ibérica: Una Fértil Apuesta de Futuro*. Mérida: Junta de Extremadura e Gabinete de Iniciativas Transfronterizas pp. 261-289.
- BAIGORRI, A. (2005). Redes Urbanas Transfronterizas. *Economía de las Comunidades Autónomas*, nº 21 (La Raya Iberica).
- BALASSA, B. (1982). *Teoria da Integração Económica*. 3ª Edição. Lisboa: Clássica Editora.
- BALIBAR, E. (1998). The borders of Europe. In P. Cheah and B. Robbins (eds) *Cosmopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BERGMULLER, R.; JOHNSTONE, R.; RUSSELL, A.; BSHARY, R.; (2007). Integrating cooperative breeding into theoretical concepts of cooperation. *Behavioural Processes* vol. 76, pp. 61 – 72.

- BERZI, M. (2013). *Gli spazi di frontiera tra cooperazione territoriale e sviluppo locale. Il caso della Cerdanya*. Tesi di Laurea Magistrale. Venezia: IUAV.
- BERZI, M. (2014). La cooperación transfronteriza como soporte al desarrollo local en las áreas de montaña. El caso de la Cerdaña. In Atas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia – ‘A Jangada de Pedra’ – Geografias Ibero-afro-americanas. Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Departamento de Geografia da Universidade do Minho. pp. 2483-2488.
- BEVIR, M.; RHODES, R. A. W.; WELLER, P. (2003). Traditions of governance: interpreting the changing role of the public sector. *Public administration*, vol. 81, n. 1, pp. 1-17.
- BLANCHON, J. (1992). *La Cerdagne pays-frontière: 1936-1948*. Thèse de doctorat. Toulouse: Université Toulouse 2.
- BLATTER, J. K. (2001). Debordering the World of States: Towards a Multi-Level System in Europe and a Multi-Polity System in North America? Insights from Border Regions. In *European Journal of International Relations*, SAGE Publications ECPR, Vol. 7(2), pp.175-209.
- BRITO, W. (2000). *A Convenção-Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça entre as Colectividades ou Autoridades Territoriais*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BUFOM, M. (2002). *Confini, identità ed integrazione: nuove prospettive per l'Alto Adriatico*. S.L.O.R.I. Trieste.
- CABERO DIÉGUEZ, V. (2004). *Iberismo e cooperação - Passado e futuro da Península Ibérica*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.
- CAETANO, J. (2000). As relações económicas Luso-Espanholas após a adesão à União Europeia Portuguesa. In CAETANO, J.; MASA, L.; DE LA MACORRA Y CANO, L.F. (eds.), *Estados y Regiones Ibéricos en la Unión Europea: Perspectivas Económicas*. Mérida: Editora Regional da Extremadura e Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. pp. 49-71.

- CAMPO, A.; PARDO, C. (2012). Eurocidade Chaves-Verin, um instrumento de desenvolvimento económico e social. Boletín CEER. <http://www.fceer.org/bdoc/recursos/016.pdf>.
- CAPPELLIN, R.; BATEY, P. W. J. (1993). (editors) *Regional Networks, Border Regions and European Integration*. London: Pion Limited.
- CAPPELLIN, R.; (1993). Interregional Cooperation and the Design of a Regional Foreign Policy. In Cappellin, R.; Batey P. W. J. (ed).
- CAPPELLIN, R.; (1993). Interregional Cooperation in Europe: an Introduction. In Cappellin, R.; Batey, P. W. J. (ed.)
- CARAMELO, S. (1998). *Desenvolvimento em regiões fronteiriças: contributo para a definição de um modelo de interpretação territorial*. Comunicação Apresentada ao V Encontro Nacional da APDR, Coimbra.
- CARAMELO, S. (2005). *União Europeia, Fronteira e Território – Dinâmicas Territoriais e Instrumentos Financeiros Comunitários*. Tese de Doutoramento. Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Salamanca, Salamanca, p. 888.
- CARAMELO, S. (2007). *União Europeia, fronteira e território*. Guarda: Campo das Letras- Centro de Estudos Ibéricos.
- CASCAIS, M. (1996). Um eixo português na mesopolis pacense. I Jornadas Badajoz Mesópolis Transfronteriza, Badajoz.
- CASTELLS, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- CASTRO, M. J.S.G. (2013). *A fronteira Portugal/Espanha, 18 anos depois de Schengen. O caso de Portalegre/Elvas-Valência de Alcántara/Badajoz*. Tese de Doutoramento. IGOT, Lisboa, p.374.
- CAVACO, C. (1994) (ed.). *As regiões de fronteira – Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, EPRU nº 43, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, p.408.

- CAVACO, C. (1995). A fronteira política: da divisão à integração territorial. In *As regiões de fronteira – inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu, Estudos para o desenvolvimento regional e urbano*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 9-17.
- CAVACO, C. (coord.) (1995). *As regiões de fronteira – Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1995). Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local. In *As regiões de fronteira – Inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu, Estudos para o desenvolvimento regional e urbano*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1995). Um olhar sobre a fronteira Portugal-Espanha. In *As regiões de fronteira – inovação e desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu, Estudos para o desenvolvimento regional e urbano*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp.19-34.
- CAVACO, C. (1997). Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial. In *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 32, nº 63, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp.159-166.
- CCE (1992). *Europa 2000. Perspectivas para o desenvolvimento do território da Comunidade*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Luxemburgo.
- CE (1992). *Interregional Cross-Border Cooperation*. In InfoBackground B-532-92, CE, Luxemburgo.
- CE (1994). *Cross-Border Cooperation*. Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, Comissão Europeia. Luxemburgo.
- CE (1996). *First Cohesion Report*. Comissão Europeia. Luxemburgo.
- CE (1998). *Guia para as iniciativas comunitárias 1994-1999*. Publicação dos fundos estruturais comunitários: volume 2, Comissão Europeia. Luxemburgo.

- CE (2000a). Comunicação da Comissão aos Estados-Membros – INTERREG III. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CE (2000b). *Initiative communautaire INTERREG II 1994-1999 – Un premier bilan*, Politique Régionale, Comissão Europeia. Luxemburgo.
- CE (2001). *Ao serviço das regiões* – Brochura. Comissão Europeia. Luxemburgo.
- CE (2004a). *Uma nova parceria para a coesão: convergência competitividade cooperação – Terceiro relatório sobre a coesão económica e social*. Comissão Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CE (2004b). *Orientações para uma iniciativa comunitária relativo à cooperação transeuropeia*. In Jornal oficial da União Europeia. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CE (2005). *Declaration of Dubrovnic – Cross-Border cooperation bringing citizens together*, EPP – Group in the committee of the region – European people’s party group in the committee of the regions, Dubrovnik.
- CE (2007). *Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento* – Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CE (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia*. COM (2008) 616 final. Bruxelas.
- CE (2010). *Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Comissão Europeia. Luxemburgo.
- CE (2010). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. COM(2010) 2020 final. Comissão Europeia. Bruxelas.
- CEMAT (2011). *Territorial Agenda of the European Union 2020 – Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*. Hungary. pp. 1-11.
- CIMAA (2014). *Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020*. Versão Preliminar. Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

- CME (2007). *Estratégia de Desenvolvimento para Elvas – EE 2015*. Elvas: Câmara Municipal de Elvas.
- CME (2009). *Plano Director Municipal: Relatório – Revisão, Fase 3 – proposta plano*. Elvas: Câmara Municipal de Elvas.
- COSTA, J. M. (2014). De aqui y de allá, daqui e de acolá: Portugal nas rádios e televisões da raia espanhola. In JACINTO, R. (coord.), *Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança: Das Vulnerabilidades às Dinâmicas de Desenvolvimento*. Coleção Iberografias. Vol. 27. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos/ Âncora Editora. pp. 215-232.
- COURLET, C. (1996). Globalização e Fronteira. *Ensaio FEE*. 17, 1, pp.11-22.
- COUTINHO, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Vasab Secretariat, Warsaw, pp. 5-123.
- CR (2002). *A coesão territorial na Europa*. Caderno de Estudos E-6/2002. Bruxelas: Comité das Regiões.
- CR (2003). *Estratégias para a promoção da cooperação transfronteiriça e inter-regional numa Europa alargada — um documento fundamental de orientação para o futuro*. Comité das Regiões, Bruxelas.
- CUADRADO-ROSA, J.; NAVARRO, T. (2005). Política Regional e de Coesão. In GALDUF, M. J. (Coord.), *Economía de la Union Europea*. 5ª Edição. España: Tomson, Tratados y manuales de economía, Biblioteca Civitas Economía y Empresa. pp. 453-492.
- DE LA MACORRA Y CANO, L. F.; BRANDÃO ALVES, M. (1999). *La Economía Ibérica: Una Fértil Apuesta de Futuro*. Mérida: Junta da Extremadura e Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.
- DE LA MACORRA Y CANO, L- F. (2005). Caracterización socioeconómica de la Raia. In La Raya Ibérica Centro-Sur nº 21 – *Papeles de Economía Española, economía de las comunidades autónomas*. Fundación de las Cajas de Ahorros, Madrid, pp. 15-30.

- DE LA MACORRA Y CANO, L. F. (2011). *La Eurociudad Elvas/Badajoz en el Suroeste Ibérico y Europeo*. laEditorial.es.
- DGDR (1993). *Relatório de execução do ano de 1993 – INTERREG – Programa operacional de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha*. Direção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- DGDR (1994). *Relatório de execução final – INTERREG – Programa operacional de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha*. Direção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- DGDR (2001). *Documento único de programação INTERREG III-A 2000-2006 – Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha*. Direção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- DGDR (2003). *QCA II - relatório final 1994-1999 – Iniciativa comunitária INTERREG II-A – desenvolvimento e cooperação transfronteiriça (Portugal)*. Direção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- DGDR (2006). *Seminário: cooperação territorial europeia no QREN de Portugal*. (apresentação em Powerpoint), Alandroal.
- DOMINGUEZ CASTRO, L.; CHAIR, M. J. (2006). *Entre lo simbólico e lo efectivo: medio siglo de cooperación transfronteriza en Europa (1950-2000)*. Universidade de Vigo.
- DOMINGUES, R. M. R. (2011). *A Governança e as Políticas de Cooperação Transfronteiriça*. Tese de Mestrado. ISCTE-IUL, Lisboa, p. 85.
- ESPON (2003). *The Role, Specific Situation and Potentials of Urban Areas as Nodes*. In *A Polycentric Development – ESPON PROJECT 1.1.1 Second interim report*, Sweden.
- EUROACE (2010). *EUROACE 2020 – Uma estratégia para a Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura*.
- FALUDI, A. (2006). *From European Spatial Development to territorial cohesion*. In *Regional Studies*, pp. 667-678.

- FERNÁNDEZ, A. (2003). Eurociudades y medio ambiente. *Revista da Faculdade de Letras-Porto*, 19, pp. 119-128.
- FERREIRA, M. J. (1998). As regiões fronteiriças portuguesas: potencialidades desenvolvimento no actual contexto de internacionalização. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 11, ed. Lisboa: Colibri. pp. 337-353.
- GAMA, E. (1986). *Elvas – Rainha da Fronteira*. Ed. CME. Elvas: Câmara Municipal de Elvas.
- GARRINHAS, J. (2001). Elvas: Retracto de um território de fronteira. In *Actas do 1.º Congresso Internacional do Caia e Guadiana – História e Vida Quotidiana*. Ed. CME. Elvas: Câmara Municipal de Elvas.
- GASPAR, J. (2003). Inserção da área metropolitana de Lisboa no País, na Península Ibérica e na Europa. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Área Metropolitana de Lisboa. pp. 31-43.
- GASPAR, C. (2011). Portugal, a Espanha e o futuro das relações bilaterais. In RODRIGUES T. e PÉREZ, R. (Coords), *Portugal e Espanha. Crise e convergência na União Europeia*. Parede: Tribuna da História.
- GUTIÉRREZ GALLEGU, J. A.; PÉREZ PINTOR, J. M.; MORA ALISEDA, J. (2010). Dimensión y Tipología de los movimientos transfronterizos en la frontera entre España (Extremadura) y Portugal (Alentejo y Región Centro). *Doc. Anàl. Geogr.*, Vol. 56(1). pp.133-148.
- HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. J (2001). Identidade emigração em áreas transfronteiriças. *GEOgraphia*, Vol. 3, nº 5.
- IFDR (2009). *Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- IFDR (2011). *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2007-2013*. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- INE (2011). Portugal, Anuário Estatístico da Região Alentejo. Instituto Nacional de Estatística.

- ISIDRO, A. I. S. C. (2013). *Políticas de cooperação territorial: O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica*. Tese de Mestrado. ISCSP, Lisboa, p. 164.
- JACINTO, R. (1995). As Regiões Portuguesas de Fronteira: Perspectivas de Desenvolvimento e de Cooperação Transfronteiriça. *Cadernos de Geografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. nº 14, pp. 37-54.
- JACINTO, R. (2005). *Entre margens e fronteiras – para uma geografia das ausências e das identidades raianas*. Guarda: Campo das Letras, Centro de Estudos Ibéricos.
- JOHNSON, C. & JONES, R. (2011). Rethinking the Border in Border Studies. *Political Geography*, 30 pp.
- LABASSE, J. (1991). *L'Europe des Régions*. Paris: Flammarion.
- LACOSTE, Y. (1993). *Dictionnaire de Géographie*. Flammarion. Paris.
- LIMA, F. (2012). As dinâmicas territoriais no espaço de fronteira na fachada atlântica peninsular: a eurocidade Valença/Tuy. *Cadernos: Curso de Doutoramento em Geografia*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. nº 4, pp.75-86.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (1996). La articulación territorial de la Taya Hispano-Portuguesas. In *Actas Simposium Vilar Formoso*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (2005). La raya ibérica como espacio de atracción y cooperación. *Economía de las Comunidades Autónomas*, nº 21 (La Raya Iberica).
- LÓPEZ TRIGAL, L. (2013). Revisión de la terminología sobre la frontera y lo fronterizo. In *Condições de vida, coesão social e cooperação territorial*, editado por R. Jacinto (coord). Guarda: Âncora Editora/Centro de Estudos Ibéricos. pp. 149-167.

- LÓPEZ TRIGAL, L. (2014). Dinámicas de cooperación territorial en las fronteras ibéricas. In *De la Geografía Rural al Desarrollo Local – Homenaje a Antonio Maya Frades*. León: Universidad de León, Servicio de Publicaciones. pp. 443-458.
- LOZANO VALENCIA, P. J. (2007). La Eurociudad Baiona-Donostia. ¿Ejemplo o Utopía en la Colaboración Transfronteriza? *Boletín de la A.G.E.* nº 44, pp.325-340.
- MANCEBO, F. (1999). *La Cerdagne et ses frontières: conflits et identités transfrontalière*. Perpignan: Libres del Trabuçaire.
- MANCHA-NAVARRO, T.; GARRIDO-YSERTE, R. (2008). Regional policy in the European Union: The cohesion-competitiveness dilemma. *Regional Science Policy & Practice*. Vol. 1, nº1.
- MARCHUETA, M. R. (2002). *O conceito de fronteira na época da mundialização*. Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional. Lisboa.
- MAROY Christian *et al.* (s.d.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 248p.
- MARTINS, C. (2008). Contextualização Teórica do Processo de Integração dos Mercados Ibéricos no Contexto da União Europeia. In PIRES, I. M. (ed.), *A Integração dos Mercados Ibéricos: Um processo Dependente e Territorialmente Diferenciado?* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. pp. 9-39.
- MATTESSICH, P. W.; MURRAY-CLOSE, M.; MONSEY, B. R. (2001). *Collaboration: What Makes It Work* (2nd edition), MN Amherst H. Wilder Foundation, St. Paul.
- MAX, C. Z.; OLIVEIRA, T. C. M. (2009). As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista. *Geosul*, Vol. 24, nº 47.
- MEDEIROS, E. J. R. (2005). *A Coesão Territorial nas NUTS III de Fronteira de Portugal Continental- A iniciativa INTERREG-A e o Desenvolvimento Regional – O caso da NUT III do Alentejo Central*. Tese de Mestrado. Lisboa: FLUL, p. 208.

- MEDEIROS, E. (2009). Cross-Border Cooperation in EU Regional Policy: a fair deal? In: http://ww3.fl.ul.pt/pessoais/eduardo_medeiros/docs/pub_pap_em_cbc_e_u_regional_policy.pdf
- MEDEIROS, E. (2009). O Processo de Cooperação Transfronteiriça na UE – Os casos de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. pp. 1-146.
- MEDEIROS, E. (2010). *A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e Suécia-Noruega – Efeito Barreira e Impactes Territoriais do INTERREG – A*. Tese de Doutoramento. IGOT, Lisboa, p.531.
- MOCINHA, N. (2007). *Eurocidade – Contributo para o Alentejo Logístico*. Disponível em: www.ccdr-a.gov.pt/alentejologistico/doc/eurocidade_CCDRA.pdf
- MONCUSÍ, F. (2003). *Meitat de França, meitat d'Espanya, o Cerdanya Catalana?: Fronteres, identitats nacionals i espais de sociabilitat en una comarca del Pirineu*. Tesis de doctorado. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili.
- MORATA, F. (2004). Regiones y gobernanza multinivel en la Unión Europea. In MORATA, F. (Ed.), *Gobernanza multinivel en la Unión Europea*. Tirant lo Blanch, Valencia.
- MOURA, T. (2004). *Desenvolvimento e cooperação internacional. Novas institucionalidades e modelos de governação transfronteiriça*. Centro de Estudos Ibéricos. pp.1-17.
- NUNES DA SILVA, F.; ARANTES, A.; ALMEIDA, J. C.; RAMOS, I. L. (2007). *Estratégia e Esquema Espacial de Desenvolvimento da área de transição Elvas/Badajoz*. Lisboa: Centro de Estudos Urbanos e Regionais (CESUR).
- OLIVERAS, X. (2010). *La cooperació transfronterera en la gestió de conques fluvials a la frontera franco-andorranoespanyola*. In V Congrés d'Història Agrària dels Països Catalans (Barcelona; 15-17 de desembre de 2010).

- OLIVERAS, X. (2012). *La cooperació transfronterera als Pirineus en matèria de turisme*. IBIX. Publicació biennal de cultura, arts, lletres, música i ciència dels dos vessants del Pirineu, núm.7 (Annals 2010-11), pp. 427-440.
- OLIVEIRA, T. (2005). Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In *Território sem limites*. Campo Grande, editora da UFMS.
- PAASI, A. (2002). Boundaries in a Globalizing World. In *Handbook of Cultural Geography*, Pile, Steve; Domosh, Mona; Anderson, Kay; Thrift, Nigel (eds.), Sage.
- PARDELLAS de BLAS, X.; FIGUEROA DORREGO, P. (2009). Uma Análise Metodológica do Projecto da Eurocidade Chaves-Verín, desde a Perspectiva Socio-económica e Ambiental. In “Actas do 15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional – Redes e Desenvolvimento Regional”. Cabo Verde: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. pp. 1140-1164.
- PERKMANN, M. (2003). Cross-border regions in Europe – significance and drivers of regional cross-border co-operation. In *European and Urban and Regional Studies*, 10(2), SAGE publications. Londres. pp. 153-171.
- PINTADO, A.; BARRENECHEA, E. (1974). *A Raia de Portugal: a fronteira do subdesenvolvimento*. Porto. Afrontamento.
- PIRES, L. M. (1998). *A Política Regional Europeia e Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PIRES, I. M.; PIMENTEL, D. (2004). Revisitando a região transfronteiriça ibérica: potencialidades e estrangulamentos no novo contexto de integração ibérica. Comunicação ao V Congresso da Geografia Portuguesa – Portugal: Territórios e Protagonistas, Guimarães.
- PIRES, I. (2008). A integração dos mercados ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado? In Pires, II. (Ed.), *A integração dos mercados ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado?* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. pp. 185-201.

- POCTEP (2014). *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça INTERREG Espanha-Portugal 2014-2020*. Versão Final.
- PROT Alentejo (2007). *Programa Regional de Ordenamento do Território*. Diagnóstico Prospectivo regional. Documento Principal.
- QUIVY R.; VAN CAMPENHOUDT L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva.
- RATTI, R. (1991). *Théorie du Développement des Régions-Frontières*. Centre de Recherches en économie de l'espace de l' Université de Fribourg.
- RATTI, R. (1993). Strategies to Overcome Barriers. In Ratti, R.; Reichman, (Editors) (1993). *Theory and Practice of Transborder Cooperation*. Frankfurt am Main, Helbing und Lichtenhalm.
- REBOUD, L. (1971). La région franco – italienne des Alpes du Nord. *Economies et Sociétés*. n. 3-4, mars/avr.
- RIBEIRO e SILVA, N. M. C. (2012). *A participação dos Municípios nas Associações Transfronteiriças: O caso do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*. Tese de Mestrado. USC, Santiago de Compostela, p. 369.
- ROJO, A. (2005). La gobernanza: un modelo alternativo de gestionar el conflicto. *Revista de Pensamento do Eixo Atlântico*, n. 8, pp. 5-30.
- SAHLINS, P. (1993). *Fronteres i identitats: la formació d'Espanya i França a la Cerdanya, S. XVII-XIX*. Vic: Eumo.
- SALONE, C. (2006). Italy and European spatial planning: an ambiguous relationship? In PEDRAZZINI, L. (2006). *The process of territorial cohesion in Europe*. Francoangelie/DIAT. Italy.
- SANTOS SILVA e MADUREIRA PINTO (orgs.) (1987). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- SILVA, A. N. da; PEGO, L. A. (1984). *Teoria e Prática da Integração Económica*. Porto: Porto Editora.

TEIXEIRA, J.; JANEIRO, B.; ALFAIA, N. (2014). The Evolution of Cross Border Shopping Between Elvas (Portugal) and Badajoz (Spain): Theory and Empirical Results [Only Abstract]. In Atas Proceedings - 20th APDR Congress – Renaissance of the Regions of Southern Europe. Évora, University of Évora. pp. 192-193.

UE (2010). *Investing in Europe's Future – Fifth Report of Social and Territorial Cohesion*. União Europeia.

VARELA, E. J. (2010). *Gestión y gobernanza local en perspectiva comparada: las políticas públicas de modernización administrativa en los gobiernos locales de Galicia y el norte de Portugal*. In Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid.

VILA, P. (1984). *La Cerdanya*. Barcelona: Empuries.

WILSON, T. M. & DONANN, H. (1999). *Border identities: nation and state at international frontiers*. Oxford: Berg.

Regulamento (CEE) nº 2052/ 1988 do Conselho de 24 de Junho de 1988 (relacionado com os fundos estruturais).

Regulamento (CEE) nº 4253/ 1988 do Conselho de 19 de Dezembro de 1988 (disposições da aplicação do Regulamento (CEE) nº 2052/88).

Regulamento (CEE) nº 2081/ 1993 do Conselho de 20 de Junho de 1993 (alteração do Regulamento (CEE) nº 2052/88, relacionado com os fundos estruturais).

Regulamento (CEE) nº 2082/ 1993 do Conselho de 20 de Junho de 1993 (alteração do Regulamento (CEE) nº 4253/88 (coordenação das intervenções dos fundos estruturais).

Regulamento (CE) nº 1080/ 2006 do Parlamento e do Conselho de 5 de Julho de 2006 (definição de ações que podem beneficiar do FEDER e revoga o Regulamento (CE) nº 1783/1999).

Regulamento (UE) nº 1299/ 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 (disposições da aplicação do FEDER através do objetivo da Cooperação Territorial Europeia).

Regulamento (UE) nº 1303/ 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013 (disposições do FEDER, FSE, FC, FEADER, FEAMP).

WEBGRAFIA:

AYUNTAMIENTO DE BADAJOZ – www.aytobadajoz.es (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

CÂMARA MUNICIPAL DE ELVAS – www.cm-elvas.pt (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA - www.cm-valenca.pt (Consultado a 02/10/2015).

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - www.cm-vrsa.pt (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

EUROCIDADE CHAVES-VERIN - www.eurocidadechavesverin.eu (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

EUROCIDADE ELVAS/BADAJOZ – eurocidadeelvasbadajoz.blogspot.pt (Consultado pela última vez em Agosto de 2015).

EUROCIDADE VALENÇA-TUI – www.uevm.pt (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

EUROCIDADE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO- AYAMONTE - webb.ccdr-a.gov.pt (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

GLOBO-VISION - www.facebook.com/globo-vision (Consultado pela última vez em Janeiro de 2015).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - <http://www.ine.es/> (Consultado pela última vez em Outubro de 2015).

LUSA (2014). Eurocidade Chaves-Verín estuda complementaridade nos serviços de saúde. In www.publico.com (Consultado pela última vez em Setembro de 2015).

LUSA (2014). Eurocidade do Guadiana cria rede de transportes colectivos. In www.publico.pt (Consultado a 05/10/2015).

POCTEP – www.poctep.eu/ (Consultado pela última vez em Agosto de 2015).

RÁDIO CAMPANÁRIO (2015). “Eurocidade Elvas-Badajoz” incorpora Campo Maior e cria cartão de eurocidadão. In www.radiocampanario.com (Consultado a 01/10/2015).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. As três vertentes da Política de Coesão	35
Figura 2. Política de Coesão (2007-2013): classificação das regiões.....	38
Figura 3. Distribuição das Regiões de Fronteira segundo a ARFE.	41
Figura 4. A Região Transfronteiriça de Itália e Eslovénia	45
Figura 5. A Região Transfronteiriça de Espanha e França.....	48
Figura 6. A Região Transfronteiriça de França e Bélgica.....	51
Figura 7. Distribuição dos projetos do INTERREG I por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo	73
Figura 8. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG I por domínios de intervenção à escala local na Extremadura.....	74
Figura 9. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG II por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo	76
Figura 10. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG III por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo	78
Figura 11. Distribuição geográfica dos projetos do INTERREG III por domínios de intervenção à escala local na Extremadura.....	79
Figura 12. Distribuição geográfica dos projetos do POCTEP 2007-2013 por domínios de intervenção à escala local no Alto Alentejo	82
Figura 13. Distribuição geográfica dos projetos do POCTEP 2007-2013 por domínios de intervenção à escala local na Extremadura.....	83
Figura 14. Enquadramento geográfico das Eurocidades na Península Ibérica	89
Figura 15. Áreas urbanas de Elvas e Badajoz (2015).....	102
Figura 16. Distâncias entre as cidades de Elvas e Badajoz. (2015).	113
Figura 17. Expansão Urbana da cidade de Badajoz.....	114
Figura 18. Previsão do crescimento urbano da Avenida de Elvas em Badajoz	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Factores que promovem e entram os processos de CT	12
Quadro 2. Síntese das três experiências de Cooperação Transfronteiriça.	55
Quadro 3. Número de projetos e montante (€) aplicado no INTERREG	67
Quadro 4. O INTERREG I por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura: nº de projetos.....	75
Quadro 5. O INTERREG II por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura: nº de projetos.....	77
Quadro 6. O INTERREG III por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura: nº de projetos.....	80
Quadro 7. O POCTEP 2007-2013 por domínios de intervenção no Alto Alentejo e Extremadura: nº de projetos.....	84
Quadro 8. Evolução dos programas e número de projetos no Alto Alentejo e Extremadura	85
Quadro 9. Factores que facilitam e condicionam o desenvolvimento de Eurocidades.	96
Quadro 10. Projetos do INTERREG I no Alto Alentejo de âmbito regional	I
Quadro 11. Projetos do INTERREG I no Alto Alentejo de âmbito local	I
Quadro 12. Projetos do INTERREG II no Alto Alentejo de âmbito regional	I
Quadro 13. Projetos do INTERREG II no Alto Alentejo de âmbito local	II
Quadro 14. Projetos do INTERREG III no Alto Alentejo de âmbito regional	III
Quadro 15. Projetos do INTERREG III no Alto Alentejo de âmbito local	V
Quadro 16. Projetos do INTERREG I na Extremadura de âmbito regional.....	VIII
Quadro 17. Projetos do INTERREG I na Extremadura de âmbito local	VIII
Quadro 18. Projetos do INTERREG II na Extremadura de âmbito regional.....	IX
Quadro 19. Projetos do INTERREG III na Extremadura de âmbito regional.....	X
Quadro 20. Projetos do INTERREG III na Extremadura de âmbito local	XII
Quadro 21. Projetos do POCTEP 2007-2013 no Alto Alentejo de âmbito regional	XV
Quadro 22. Projetos do POCTEP 2007-2013 no Alto Alentejo de âmbito local	XVI
Quadro 23. Projetos do POCTEP 2007-2013 na Extremadura de âmbito regional.....	XVII
Quadro 24. Projetos do POCTEP 2007-2013 na Extremadura de âmbito local	XIX

ANEXOS

ANEXO A: Projetos do INTERREG I no Alto Alentejo

Quadro 10. Projetos do INTERREG I no Alto Alentejo de âmbito regional

Medida	Designação do Projeto	Investimento Total	FEDER -ECU
1.3	Atravessamento – AL	227000	-
4.3	Património Histórico-Artístico – AL	1787941,5	-
5.4	Abastecimento de Água e Saneamento - AL	160370	-
6.1	Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças – Alentejo/Extremadura	60000	22734,665

Quadro 11. Projetos do INTERREG I no Alto Alentejo de âmbito local

Medida	Designação do Projeto	Território de Intervenção	Beneficiários	Investimento Total	FEDER-ECU
1.3	CM Montalvão – Rio Tejo (Fronteira)	Nisa	C.M. Nisa	227000	65743,465
4.3	Recuperação da Judiaria de Castelo de Vide	Castelo de Vide	C.M. Castelo de Vide	110412	51889,415
4.3	Recuperação da Igreja da Misericórdia	Portalegre	C.M. Portalegre	70818,5	34108,492
4.3	Castelo, Centro Histórico e Judiaria de Castelo de Vide (2ª fase)	Castelo de Vide	C.M. Castelo de Vide	127275	36031,587
5.4	Aterro Sanitário de Campo Maior/Elvas	Campo Maior	C.M. Campo Maior	160370	78101,263

ANEXO B: Projetos do INTERREG II no Alto Alentejo

Quadro 12. Projetos do INTERREG II no Alto Alentejo de âmbito regional

Designação do Projeto	Beneficiários	Despesa Elegível
Promoção Turística da Região Alentejo e Extremadura	RTP Dourada	14.580,156
Projeto de Prospeção de Terras Raras na Região Norte do Alentejo	IGM	38.222,074

I Jornadas sobre Termalismo na Região Alentejo/Extremadura	RT S. Mamede	1.059,092
Promoção Turística das Regiões Alentejo e Extremadura (2ª fase)	RTP Dourada	2.609,499
Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças	CCRA	244.915,564
III Encontro Empres. Alentejo-Centro-Extremadura	CEA	44.087,364

Quadro 13. Projetos do INTERREG II no Alto Alentejo de âmbito local

Designação do Projeto	Território de intervenção	Beneficiários	Despesa Elegível
Zona Industrial das Fontainhas	Elvas	C.M. Elvas	705.161,095
Aterro Sanitário Campo Maior/Elvas	Campo Maior	C.M. Campo Maior	69.001,920
Feira Internacional de Artesanato e Gastronomia de Elvas	Elvas	C.M. Elvas	7.055,763
I Carnaval Internacional Elvas-Badajoz 1997	Elvas	C.M. Elvas	15.028.399
II Carnaval Internacional Elvas-Badajoz 1998	Elvas	C.M. Elvas	15.902,694
1ªs Jornadas s/ Estratégias Desenvolvimento Local Reg. Alent. Estre. And.	Monforte	C.M. Monforte	13.518,127
1ª Feira Ibérica de Atividades Económicas e Artesanato de Monforte	Monforte	C.M. Monforte	3.029,439
Bienal de Pintura Elvas/Badajoz	Elvas	C.M. Elvas	864.966
Monumentos Megalíticos da Bacia H. do Rio Sever	Marvão	C.M. Marvão	9.360,000
Projeto Transfronteiriço de Cooperação na Área da Educação	Arronches	C.M. Arronches	1.181,845
I Jornadas de Assumar - 30 Anos a Reabilitar	Monforte	CRM D. M. Salgueiro	814.433
ETAR de Alter do Chão	Alter do Chão	C.M. Alter do Chão	128.461,906
Recuperação da Judiaria de Castelo de Vide	Castelo de Vide	C.M. Castelo de Vide	24.538,963
Alargamento da EM 516 Arronches/Esperança	Arronches	C.M. Arronches	135.267,781
C.M. 1139 – Montalvão-Rio Tejo – (2ª fase)	Nisa	C.M. Nisa	27.139,756
Caminho Ligação Ouguela-Albuquerque	Campo Maior	C.M. Campo Maior	55.158,750

Caminho da Rabaça à Fronteira - S. Julião	Portalegre	C.M. Portalegre	15.692,030
Nova Ponte da Ajuda Rio Guadiana e Acessos	Elvas	C.M. Elvas	671.796,736
Projeto de Integração, Intervenção e Revitalização de Ouguela	Campo Maior	C.M. Maior	71.098,672

ANEXO C: Projetos do INTERREG III no Alto Alentejo

Quadro 14. Projetos do INTERREG III no Alto Alentejo de âmbito regional

Medida	Designação do Projeto	Nº de Beneficiários	FEDER Aprovado
1.2	RFBP - Contribuir para a revitalização do tecido económico, dotar as zonas (recintos de feiras)	4	1.760.700,00
1.2	RFBP 2 – Recintos de feiras de Badajoz-Portalegre	4	1.760.700,00
1.3	MONTADO/DEHESA - Elaboração de um modelo integral para a monitorização, gestão, conservação e desenvolvimento sustentável do ecossistema dehesa/montado.	1	910.625,00
1.3	MONTADO/DEHESA II – Desenvolvimento de um sistema de informação para a gestão ambiental e económica do ecossistema Dehesa/Montado na Extremadura e Alentejo (Fase 2)	2	200.000,00
1.3	GEOALEX – Modelo geográfico de gestão ambiental para espaços de baixa densidade	7	1.451.250,00
1.3	RURAL TRANS – Desenvolvimento endógeno dos núcleos rurais transfronteiriços baseados em estratégias de desenvolvimento sustentável	3	2.500.000,00
1.3	ATMER – Ações de transferência de tecnologia para uma gestão eficiente de irrigação	3	331.000,00
1.3	OTALEX – Observatório Territorial Alentejo/ Extremadura	8	515.000,00
1.3	PARTEXAL – Património Arquitetónico Transfronteiriço Alentejo/Extremadura	5	92.926,00
1.3	UAR - Exploração, verificação e difusão de informação agroclimática e formação de agricultores	1	168.750,00
2.1	SUBERNOVA – Renovação de sobreiros no Alentejo e Extremadura	2	1.605.045,00
2.1	SAGAAA II – Projeto de educação ambiental pela Arte	3	80.000,00
2.3	APROENGER – Aproveitamento energético de resíduos de biomassa produzidos no Alentejo e Extremadura	2	75.621,40

3.1	ACE – Apoio à cooperação empresarial Alentejo/Centro/Extremadura	6	740.000,00
3.1	CEPB – Cooperação Empresarial Portalegre/Badajoz	5	750.000,00
3.1	ECOTRAFOR – Central de Ecotratamento e avaliação da cortiça	4	5000,00
3.2	INTRANET - Acesso a redes de alta capacidade bem como desenvolvimento de conteúdos e prestação de serviços multimédia.	1	991.250,00
3.2	INTRANET II – Desenvolvimento de acesso a redes avançadas de telecomunicações e de informação	2	7.518.904,79
3.2	INTRANET III – Desenvolvimento de acessos a redes avançadas de telecomunicações e de informação	2	300.000,00
3.2	SURGENET – Rede cirúrgica estremenho - alentejana	4	195.035,83
3.2	EMZF III – Emergências médicas na zona fronteiriça (3ª fase)	2	100.000,00
3.2	FORIBTEL – Fórum ibérico de telemedicina	4	50.000,00
3.2	SURGENET II – Consolidação da Rede cirúrgica transfronteiriça 2	3	60.000,00
3.3	JORNADAS IBÉRICAS 2004 – Encontro empresarial inter-regional Alentejo/Extremadura	3	44.900,75
3.3	PRESE – Promoção empresarial do sudoeste da Europa	2	247.500,00
3.4	CRECE – Programa para o desenvolvimento da capacidade empreendedora na Extremadura e Norte Alentejo	4	1.276.897,51
3.4	INFORRAIA – Inovar e harmonizar estratégias formativas e conhecimentos em saúde nas zonas raianas	5	479.362,50
3.4	PUENTES - Cooperação de âmbito educativo entre as três regiões	1	15.000,00
3.4	PUENTES 2 – Pontes Educativas	3	155.000,00
3.4	CPALEX – Cuidados Paliativos no Alentejo e Extremadura	3	80.000,00
3.4	PUENTES III – Projeto Pontes	3	15.000,00
4.1	E2T – Entre duas Terras: Cooperação entre Regiões Fronteiriças	3	310.000,00
4.1	TELEPATOLOGIA – Projeto de interligação de teleconsultas de anatomia patológica entre Alentejo e Extremadura	3	91.550,25
4.1	FORCONCEXAL – Programa Transfronteiriço de Formação Continuada em Oncologia na Extremadura e Alentejo	3	217.222,96
4.1	CT PET - Aquisição de uma gama camara específica (tomógrafo) para realizar gamagrafias tomográficas com isótopos emissores de pósitrones	1	149.400,00

4.1	E2T2 – “Entre Duas Terras Duas” Cooperação entre regiões fronteiriças	6	187.660,00
4.2	EMZF - Estabelecer um procedimento de coordenação entre os dois países para os processos de emergência médica	1	235.764,00
4.2	EMZF II – Emergências médicas na zona fronteiriça	3	1.377.560,54
4.2	TELEMEDICINA - Desenvolvimento de um sistema de informação suportado pelas novas tecnologias que permitem a transmissão de imagens diagnósticas de alta resolução e imagens em cor, como preparações de anatomia patológica.	1	-
4.2	ALDEIA AS CIÊNCIAS – Utilização em rede de equipamentos para circular informação nas áreas da tecnologia, educação, ciência e ambiente	3	85.000,00
4.2	DIMAGEXAL – Diagnóstico por imagem Anatomo-funcional no Alentejo e Extremadura	3	237.300,00
4.3	GIT- ACE 2 – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo-Centro-Extremadura	3	1.830.059,45
4.3	GIT- AAA - Criação de um gabinete de iniciativas transfronteiriças a funcionar em três antenas o qual assegurará um canal privilegiado de comunicação entre as três regiões	1	235.000,00
4.3	GIT III – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças	3	150.000,00
4.3	GIT- ACE III – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo/Centro/Extremadura	3	150.000,00
3.4	SAUDEE – Sistemas ativos para um desenvolvimento eficaz e eficiente da formação contínua em saúde	5	597.226,26
2.1	FAUNATRANS – Conservação da fauna ameaçada das regiões do Alentejo, Centro e Extremadura	3	2.656.810,81

Quadro 15. Projetos do INTERREG III no Alto Alentejo de âmbito local

Medida	Designação do Projeto	Territórios de Intervenção	Nº Total de Beneficiários	FEDER Aprovado
1.1	CARRESTRADAS – Criar uma rede de infraestruturas rodoviárias básicas	Arronches, Campo Maior, Elvas, Marvão, Portalegre e Nisa	6	1.876.933,79
1.1	CARRESTRADAS (2ª fase) – Construção e melhoria de infraestruturas viárias de interesse transfronteiriço de âmbito territorial no Alto Alentejo-Badajoz	Arronches, Campo Maior, Marvão e Portalegre	6	3.061.060,07

1.1	ESTRADAS – Melhoria das acessibilidades transfronteiriças	Nisa	6	3.665.000,00
1.1	CMAEBAH – Contribuir para a melhoria das acessibilidades e malhas rodoviárias do interior	Nisa	1	525.572,64
1.2	RFBP – Contribuir para a revitalização do tecido económico, dotar as zonas	Portalegre	4	1.218.630,40
1.3	ECOFLU – Desenvolvimento de ações nas bacias fluviais de vários rios	Crato, Monforte, Arronches, Avis e Fronteira	5	919.324,43
2.1	SANEA – Criar ou reformar infraestruturas para a canalização adequada de recursos hídricos e tratamento de águas residuais	Marvão	1	291.375,00
2.2	PcA - Estimular a fruição cultural das populações residentes, criando novos públicos para a música de câmara e abrir os monumentos às populações.	Marvão	1	18.857,83
2.2	ACTIVARTES – Promover o artesanato e os produtos tradicionais da zona	Nisa, Elvas, Arronches e Marvão	4	304.316,78
3.1	CORCHIÇA – Melhorar a competitividade das empresas do sector da cortiça	Ponte de Sôr, Portalegre, Alter do Chão e Gavião	5	479.735,00
3.1	COTRANSER - Aumentar o desenvolvimento de novas actividades regionais, bem como reforçar as existentes através de fornecimento de serviços a empresas e construção de um Parque para empresas de inovação.	Elvas	1	50.000,00
1.2	RFBP2 – Recintos de feiras Badajoz-Portalegre	Portalegre	5	1.760.700,00
1.2	QERM – Qualificar espaços, reavivar memórias	Nisa e Portalegre	7	2.950.400,00
1.3	RURAL TRANS – Desenvolvimento endógeno dos núcleos rurais transfronteiriços baseado em estratégias de desenvolvimento sustentável	Marvão	3	2.500.000,00
2.1	SANEADOS – Melhoria das redes de abastecimento e saneamento na Província de Cáceres, Beira Interior Sul e Alto Alentejo (2ª fase)	Marvão e Nisa	6	2.500.000,00
2.1	TRANSCINEGÉTICA – Rede de cooperação transfronteiriça para a promoção de desenvolvimento sustentável e atividade cinegética	Fronteira	2	295.000,00

2.2	ACTIVARTES II – Ativação e Promoção do Artesanato e dos produtos tradicionais transfronteiriços	Nisa, Arronches, Marvão, Crato e Elvas	7	601.851,57
2.4	PTRT I – Por Tierras Rayanas/Por Terras Raianas: Ações de Promoção Turística	Campo Maior, Castelo de Vide e Marvão	12	950.000,00
2.2	REDHIS - Reabilitação de edifícios e monumentos históricos em cidades transfronteiriças na província de Badajoz e Alentejo	Alter do Chão e Marvão	4	4.813.220,90
2.2	ÁGORA – Recuperação de elementos do património histórico e arquitetónico das cidades de Portalegre e Cáceres e sua revitalização como espaços culturais	Portalegre	3	3.200.000,00
2.2	REHD – Recuperação de espaços históricos e sua divulgação	Avis, Crato, Marvão e Monforte	5	647.793,06
2.2	REVAPAT – Planificação conjunta para a recuperação e revalorização do património cultural e histórico da zona transfronteiriça	Elvas	2	1.402.280,00
2.3	BIOTERMI – Inventário de resíduos de biomassa e sua utilização no condicionamento térmico de edifícios públicos em áreas rurais do Alentejo e Extremadura	Elvas	4	308.250,43
2.2	PTRP II - Por Tierras Rayanas/Por Terras Raianas: Ações sobre o Património	Campo Maior, Castelo de Vide e Marvão	12	1.203.932,38
3.1	COTRANSERPLUS – Criação de um corredor transfronteiriço de serviços às empresas (2ªfase)	Elvas	2	4.561.383,51
3.1	FLORESTA – Cooperação no sector da cortiça para o desenvolvimento socioeconómico do Alentejo e Extremadura	Alter do Chão, Gavião, Ponte de Sôr e Portalegre	13	430.000,00
3.3	JORNADAS IBÉRICAS 2004 – Encontro Empresarial Inter-Regional Alentejo/Extremadura	Elvas	3	44.900,75
4.2	AECT – Adequação e equipamento de centros culturais	Fronteira	2	1.265.000,00
1.3	PARTEXAL – Património Arquitetónico Transfronteiriço Alentejo-Extremadura	Marvão	5	92.926,00
2.2	ÁGORA II – Recuperação de elementos do Património histórico e arquitetónico das cidades de Portalegre e Cáceres e sua revitalização como espaços culturais (2ªfase)	Portalegre	3	2.400.000,00

2.2	PATRIVALOR – Recuperação e revalorização do património histórico hispano-luso	Portalegre	3	225.000,00
2.2	QERM II – Qualificar Espaços, Reavivar Memórias	Nisa, Portalegre e Marvão	9	391.952,00
3.1	COTRANSERPLUS II – Criação de um corredor transfronteiriço de serviço às empresas (3ª fase)	Elvas	2	1.500.000,00
3.1	EMFROM – Empreender na Fronteira	Crato e Campo Maior	4	260.000,00
3.2	REGGINOVA – Rede Inter-Regional de Inovação Tecnológica de Regadio	Elvas	5	80.000,00
4.3	ERIES – Equipa de Resposta Imediata em Busca e Salvamento Aquático	Portalegre	5	80.000,00
2.2	RCETT – Rede Cultural e Etnográfica do Tejo	Nisa	4	2.611.538,26

ANEXO D: Projetos do INTERREG I na Extremadura

Quadro 16. Projetos do INTERREG I na Extremadura de âmbito regional

Medida	Designação do Projeto	Investimento Total
-	Guia Turístico Alentejo-Extremadura	-
-	Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo-Extremadura	-
-	Promoção Turística Alentejo-Extremadura	-
-	Conservação do Património Histórico da Extremadura	-
-	Produção de carne de frango e ovos ligados ao meio natural	-
-	Eco-recuperação de pedreiras e depósitos na zona fronteiriça de Alentejo-Extremadura	-

Quadro 17. Projetos do INTERREG I na Extremadura de âmbito local

Medida	Designação do Projeto	Território de Intervenção	Investimento Total
-	Reforma e melhoria C-537 Montijo-Valdelacalzada	Montijo e Valdelacalzada	-
-	Reforma e melhoria CC-904, CC-914 Navalmoral	Navalmoral	-
-	Ampliação e melhoria BA-641, BA-640 N-430 C-520 Cabeza	Cabeza del Buey	-

	del Buey		
-	Ampliação e melhoria C-436 Badajoz-Olivenza	Badajoz e Olivenza	-
-	Ampliação e melhoria BA-210 Olivenza-Cheles	Olivenza e Cheles	-
-	Ampliação e melhoria Pinofranqueado - Pozuelo	Pinofranqueado e Pozuelo	-
-	C-423 Santa Marta - Almendralejo	Santa Marta e Almendralejo	-
-	Reforma e melhoria C-537, N-523 Valdelacalzada	Valdelacalzada	-
-	Ampliação e melhoria C-423 Guareña - Almendralejo	Guareña e Almendralejo	-
-	Ampliação e melhoria C-512 Pozuelo Zarcón - Coria	Pozuelo Zarcón e Coria	-
-	Feira de Zafra	Zafra	-

ANEXO E: Projetos do INTERREG II na Extremadura

Quadro 18. Projetos do INTERREG II na Extremadura de âmbito regional

Medida	Designação do Projeto	Investimento Total
1.1.1	Inspeção fitossanitária de origem e levantamento e análise de resíduos de pesticidas	-
1.1.2	Homogeneização e eliminação de barreiras comerciais em produções extensivas e fronteiriças	-
1.3.1	Estações de tratamento e manutenção	-
1.4.1	Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças	-
1.4.2	Zonas de descanso transfronteiriças	-
2.1.1	Plano de Recuperação e gestão dos Rios Guadiana e Ardila	-
2.2.1	Programa de educação ambiental transfronteiriço	-
2.2.2	Programa de criação e potencialização de albergues transfronteiriços	-
2.3.1	Recuperação, valorização e divulgação do património histórico	-
2.3.2	Plano de sinalização turística da Extremadura-Alentejo	-

2.3.3	Tradução material e promoção turística	-
3.1.1	Projetos de articulação transfronteiriça	-

ANEXO F: Projetos do INTERREG III na Extremadura

Quadro 19. Projetos do INTERREG III na Extremadura de âmbito regional

Medida	Designação do Projeto	Nº de Beneficiários	FEDER Aprovado ou Solicitado
1.3	RURAL TRANS - Desenvolvimento endógeno dos núcleos rurais transfronteiriços baseados em estratégias de desenvolvimento sustentável	3	2.500.000,00
1.3	GEOALEX - Modelo geográfico de gestão ambiental para espaços de baixa densidade	8	1.451.250,00
2.1	SUBERNOVA - Renovação de sobreiros na Extremadura e Alentejo	2	1.605.045,00
2.2	REVAPAT - Planificação conjunta para a recuperação e revalorização do património cultural e histórico da zona transfronteiriça	2	1.402.280,00
2.3	BIOTERMI - Inventário de resíduos de biomassa e sua utilização no condicionamento térmico de edifícios públicos em áreas rurais da Extremadura e Alentejo	4	308.250,43
2.3	POEM – Planos de Otimização Energética Municipais	2	700.000,00
2.4	NATURALE – Natureza e Turismo no Alentejo e Extremadura	4	1.840.000,00
3.1	COTRANSERPLUS - Criação de um corredor transfronteiriço de serviços às empresas (2ª fase)	2	4.561.383,51
3.1	FLORESTA - Cooperação no sector da cortiça para o desenvolvimento socioeconómico da Extremadura e Alentejo	12	430.000,00
3.1	ACE - Apoio à cooperação empresarial Alentejo/Centro/Extremadura	6	740.000,00
3.3	ALEX – Cooperação Transfronteiriça e Desenvolvimento local no espaço rural do Alentejo/Extremadura	2	72.000,00
3.3	JORNADAS IBÉRICAS 2004 - Encontro Empresarial Inter-Regional Extremadura/Alentejo	3	44.900,75
3.3	AXIS II – Consolidação de um eixo transfronteiriço de instituições de exposição de referência na Extremadura e Alentejo	2	661.800,00
3.4	CRECE - Programa para o desenvolvimento da capacidade empreendedora na Extremadura e Norte Alentejo	4	1.276.897,51
4.1	E2T – Entre Duas Terras: Cooperação entre Regiões Fronteiriças	3	310.000,00

4.1	EDT – Encontros desportivos transfronteiriços	2	365.140,50
4.1	FORCONCEXAL - Programa Transfronteiriço de Formação Continuada em Oncologia na Extremadura e Alentejo	2	217.222,96
4.1	TELEPATOLOGIA - Projeto de interligação de teleconsultas de anatomia patológica entre Alentejo e Extremadura	3	91.550,25
4.2	EMZF II - Emergências médicas na zona fronteiriça	2	1.377.560,54
4.2	AECT - Adequação e equipamento de centros culturais	2	1.265.000,00
4.3	GIT-ACE 2 – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças – Alentejo/Centro/Extremadura	3	1.830.059,00
3.2	INTRANET 2 - Desenvolvimento de acesso a redes avançadas de telecomunicações e de informação	2	7.518.904,79
3.2	SURGENET - Rede cirúrgica estremenho - alentejana	3	195.035,83
3.4	INFORRAIA - Inovar e harmonizar estratégias formativas e conhecimentos em saúde nas zonas raianas	5	479.362,50
1.3	MONTADO/DEHESA II - Desenvolvimento de um sistema de informação para a gestão ambiental e económica do ecossistema Dehesa/Montado na Extremadura e Alentejo (Fase 2)	2	375.000,00
1.3	OTALEX - Observatório Territorial Alentejo/ Extremadura	8	519.000,00
2.1	ECCOMAP – Áreas prioritárias para a gestão da biodiversidade: Uma ferramenta de ordenamento do espaço natural e económico num território europeu	2	265.030,23
1.3	PARTEXAL - Património Arquitetónico Transfronteiriço Extremadura/Alentejo	5	1.687.572,40
2.1	FAUNATRANS II – Conservação da biodiversidade nas regiões do Alentejo, Centro e Extremadura	3	803.250,00
2.3	APROENGER - Aproveitamento energético de resíduos de biomassa produzidos no Alentejo e Extremadura	2	89.233,88
2.3	DESA – Diagnóstico energético do setor agroalimentar	2	217.425,00
3.1	CEPB - Cooperação Empresarial Portalegre/Badajoz	5	374.256,00
3.1	COTRANSERPLUS II - Criação de um corredor transfronteiriço de serviço às empresas (3ª fase)	2	3.450.000,00
3.1	ECOTRAFOR - Central de Ecotratamento e avaliação da cortiça	4	672.750,00
3.1	ESTRAFOR – Caracterização de perfis profissionais e necessidades formativas na indústria extrativa no espaço transfronteiriço	2	271.464,01
3.2	EMZF III - Emergências médicas na zona fronteiriça (3ª fase)	2	1.500.000,00

3.2	FORIBTEL - Fórum ibérico de telemedicina	4	-
3.2	INTRANET III - Desenvolvimento de acessos a redes avançadas de telecomunicações e de informação	2	11.359.363,48
3.2	REGGINOVA - Rede Inter-Regional de Inovação Tecnológica de Regadio	5	127.984,60
3.2	SURGENET II - Consolidação da Rede cirúrgica transfronteiriça 2	3	142.741,94
3.4	CPALEX - Cuidados Paliativos no Alentejo e Extremadura	3	209.250,00
3.4	FSD – Experiências transfronteiriças para o fomento conjunto do setor desportivo	3	375.000,00
4.1	E2T2 - “Entre Duas Terras Duas” Cooperação entre regiões fronteiriças	6	519.339,85
4.1	FUNDAR – Cooperação Transfronteiriça entre as Fundações e o Mundo Empresarial para Promoção e Valorização da Responsabilidade Social	3	87.97875
4.2	ALDEIA AS CIÊNCIAS - Utilização em rede de equipamentos para circular informação nas áreas da tecnologia, educação, ciência e ambiente	3	92.509,45
4.2	DIMAGEXAL - Diagnóstico por imagem Anatomo-funcional no Alentejo e Extremadura	3	-
4.3	ERIE – Desenvolvimento da ERIE de intervenção em busca e salvamento aquático	5	30.700,69
4.3	GIT-ACE III - Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo/Centro/Extremadura	3	1.150.000,00
3.2	KOGNÓPOLIS – Rede Transfronteiriça de Cidades do Conhecimento	3	-
3.2	LABTRANS – Laboratório Transfronteiriço de Preparação e Avaliação de Compostos Naturais de Interesse Agrobiológico	3	562.500,00
3.4	SAUDEE- Sistemas ativos para um desenvolvimento eficaz e eficiente da formação contínua em saúde	5	597.226,26
4.2	ACYECT.PROMOCION C. – Apoio á construção e equipamento de centros culturais	2	1.167.320,86
2.1	FAUNATRANS – Conservação da fauna ameaçada das regiões do Alentejo, Centro e Extremadura	3	2.656.810,81

Quadro 20. Projetos do INTERREG III na Extremadura de âmbito local

Medida	Designação do Projeto	Territórios de Intervenção	Nº Total de Beneficiários	FEDER Aprovado
1.1	CARRESTRADAS - Criar uma rede de infraestruturas rodoviárias básicas (2ª fase)	Badajoz	6	3.061.060,07

1.1	ESTRADAS – Melhoria das acessibilidades transfronteiriças	Cáceres	6	3.665.000,00
1.2	RFBP2 - Recintos de feiras Badajoz-Portalegre	Badajoz	5	1.760.700,00
1.2	PERIPLO – Melhoria dos equipamentos coletivos e promoção da reabilitação urbana e patrimonial de espaços públicos nas cidades de Cáceres, Castelo Branco e Plasencia	Cáceres e Plasencia	3	3.550.000,00
1.2	QERM - Qualificar espaços, reavivar memórias	Cáceres	7	2.950.400,00
1.3	GEOALEX - Modelo geográfico de gestão ambiental para espaços de baixa densidade	Badajoz	7	1.451.250,00
2.1	SANEADOS - Melhoria das redes de abastecimento e saneamento na Província de Cáceres, Beira Interior Sul e Alto Alentejo (2ª fase)	Cáceres	6	2.500.000,00
2.1	TRANSCINEGÉTICA - Rede de cooperação transfronteiriça para a promoção de desenvolvimento sustentável e atividade cinegética	Montijo	2	295.000,00
2.2	ACTIVARTES II - Promover o artesanato e os produtos tradicionais da zona	Badajoz	7	601.851,57
2.2	PTRP II - Por Tierras Rayanas/Por Terras Raianas: Ações sobre o Património	Coria, Jerez de los Caballeros, Valencia de Alcántara, Olivenza, Alburquerque, Alcántara e Barcarrota	12	1.203.932,38
2.2	REDHIS - Reabilitação de edifícios e monumentos históricos em cidades transfronteiriças na província de Badajoz e Alentejo	Badajoz	4	4.813.220,90
2.2	ÁGORA - Recuperação de elementos do património histórico e arquitetónico das cidades de Portalegre e Cáceres e sua revitalização como espaços culturais	Cáceres	3	3.200.000,00
2.2	REHD - Recuperação de espaços históricos e sua divulgação	Medina de las Torres	5	647.793,06
2.2	REVALPAT – Recuperação e Valorização do Património Histórico-Cultural do Eixo Fronteiriço Barrancos-Frenegal de la Sierra	Frenegal de la Sierra	2	680.000,00
2.4	PTRT I - Por Tierras Rayanas/Por Terras Raianas:	Coria, Jerez de los Caballeros, Valencia de Alcántara, Olivenza, Alburquerque,		

	Ações de Promoção Turística	Alcántara e Barcarrota	12	950.000,00
3.1	COTRANSERPLUS - Criação de um corredor transfronteiriço de serviços às empresas (2ªfase)	Badajoz	2	4.561.383,51
3.1	FLORESTA - Cooperação no sector da cortiça para o desenvolvimento socioeconómico da Extremadura e Alentejo	San Vicente de Alcántara, Valencia de Alcántara	12	430.000,00
4.1	II JOT – II Jogos Transfronteiriços	Badajoz	3	259.477,00
4.1	TELEPATOLOGIA - Projeto de interligação de teleconsultas de anatomia patológica entre Alentejo e Extremadura	Badajoz	3	91.550,25
4.2	PIRATE JÁ – Programa de Intercâmbio Transfronteiriço Juvenil e Associativo	Alburquerque	3	443.000,00
1.3	OTALEX - Observatório Territorial Alentejo/Extremadura	Badajoz	8	199.500,00
2.2	ÁGORA II - Recuperação de elementos do Património histórico e arquitetónico das cidades de Portalegre e Cáceres e sua revitalização como espaços culturais (2ªfase)	Cáceres	3	2.513.508,00
2.2	CAPITAIS CULTURAIS – Programa de Revitalização das Capitais Culturais Hispano Portuguesas (Capitais Culturais Transfronteiriças)	Cáceres	2	2.813.061,75
2.2	PATRIVALOR - Recuperação e revalorização do património histórico hispano-luso	Trujillo	3	750.000,00
2.2	QERM II - Qualificar Espaços, Reavivar Memórias	Cáceres	9	1.335.000,00
2.4	RAIUPA – Rede de acessos e infraestruturas de utilização do Plano de Água (1ªfase)	Alconchel, Cheles, Olivenza e Villanueva del Fresno	6	552.621,91
3.1	ECOTRAFOR - Central de Ecotratamento e avaliação da cortiça	San Vicente de Alcántara	4	110.437,50
3.1	EMFROM - Empreender na Fronteira	Badajoz	4	2.005.549,93
4.2	DIMAGEXAL - Diagnóstico por imagem Anatomo-funcional no Alentejo e Extremadura	Badajoz	3	1.937.352,75
4.3	IFERIAS – Modernização e Adaptação de recintos de feiras de pecuária	Zafra	4	1.182.000,00
-	Gestão integrada de feiras de pecuária	Zafra	-	-
-	Desenho e Implementação da Agenda Local 21	Badajoz	-	-

-	Valorização dos Recursos Culturais, Históricos e Etnográficos da Província Romana de Lusitânia	Mérida	-	-
-	Construção de estação depuradora de águas residuais e coletores em San Vicente de Alcántara para a melhoria da qualidade das águas transfronteiriças	San Vicente de Alcántara	-	-
-	Cultura Local em Rede (Rede Transfronteiriça de Museus e Espaços de Exposição)	Badajoz	-	-
2.1	PREVINFO – Estratégia coordenada transfronteiriça na prevenção e luta contra incêndios	Cáceres, Codosera e Valencia de Alcántara	8	2.199.000,00
3.3	TRIURBIR-RETIS – Potencialização da atividade produtiva a nível transfronteiriço e geração de sinergias económicas	Cáceres e Plasencia	3	1.136.421,83
3.1	PROMOPYME – Fortalecimento do tecido produtivo e da competitividade das empresas	Cáceres	2	300.000,00
1.2	TRIURBIR-POLIS – Reordenamento urbano e do meio ambiente dos centros urbanos de Cáceres, Castelo Branco e Plasencia	Cáceres e Plasencia	3	6.908.511,64
2.2	RCETT – Rede Cultural e Etnográfica do Tejo	Cáceres	4	2.611.538,26
3.3	ANIMAR A RAIÁ – Cooperação e desenvolvimento transfronteiriço	Valencia de Alcántara	10	400.000,00

ANEXO G: Projetos do POCTEP 2007-2013 no Alto Alentejo

Quadro 21. Projetos do POCTEP 2007-2013 no Alto Alentejo de âmbito regional

Designação do Projeto	Nº de Beneficiários Regionais	Nº Total de Beneficiários	FEDER Total Aprovado
MITIC - Modernização e Inovação Tecnológica c/ base TIC em setores estratégicos e tradicionais	8	14	1.141.473,63
TRANS FORMACION - Rede de Centros de Formação Agrária	3	4	825.000,00
RITECA II - Rede de Investigação Transfronteiriço de Extremadura, Centro e Alentejo (Fase II)	13	24	4.195.074,34
CORCHAÇÃO - Cooperação empresarial no setor da cadeia produtiva da cortiça	3	3	340.000,00
REALCE - Rede educativa do Alentejo-Centro-Extremadura	2	3	565.713,50

CAVATRANS - Desenvolvimento em torno da cadeia de valor de setores estratégicos c/ sinergias comuns nas regiões Centro, Alentejo e Extremadura	4	5	1.272.250,33
RITECA - Rede de Investigação Transfronteiriço de Extremadura, Centro e Alentejo	5	7	2.286.277,39
BIOEXAL - Banco de Tumores e ADN extremeño-alentejano	2	2	894.825,00
DEMETER - Ações para a dinamização e potencialização da atividade social, cultural e económica do meio rural transfronteiriço	2	2	1.304.175,00
ALTERCEXA II - Medidas de Adaptação e Mitigação à mudança climática através da promoção de energias alternativas no Centro, Extremadura e Alentejo (Fase II)	6	13	1.969.484,60
PROMOEENER - Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis em edifícios da Administração	5	7	952.619,62
OTALEX - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura-Centro	5	12	1.884.973,75
ALTERCEXA - Medidas de Adaptação e Mitigação à mudança climática através da promoção de energias alternativas no Centro, Extremadura e Alentejo	3	7	2.085.944,25
OTALEX II - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura II	6	9	1.172.500,00
GIT ACE IV - Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo-Centro-Extremadura IV	2	3	1.874.999,25
EUROACE Invest – Internacionalização da Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura	1	3	642.590,02

Quadro 22. Projetos do POCTEP 2007-2013 no Alto Alentejo de âmbito local

Designação do Projeto	Territórios de Intervenção	Nº de Beneficiários Locais	Nº Total de Beneficiários	FEDER Total Aprovado
FENIX RIEP - Rede transfronteiriça de Inovação centrada nas pessoas	Portalegre	9	10	1.296.082,09
RITECA II - Rede de Investigação Transfronteiriço da Extremadura, Centro e Alentejo (Fase II)	Portalegre	13	24	4.195.074,34
RED NOVA SOSTENIBLE - Rede de cidades pela nova economia, emprego e sustentabilidade	Portalegre	5	6	1.288.500,00
RITECA - Rede de Investigação Transfronteiriça de Extremadura, Centro e Alentejo	Portalegre	5	7	2.286.277,39

BALUARTEs - Valorização das Fortificações Fronteiriças Abaluartadas de Elvas e Badajoz	Elvas	2	2	3.518.604,65
TI II - Taejo Internacional II	Nisa, Castelo de Vide, Portalegre, Marvão e Gavião	12	18	6.377.612,02
CTPTR - Circuito Turístico Por Terras Raianas	Castelo de Vide, Marvão e Campo Maior	10	12	759.612,12
TI - Taejo Internacional	Nisa, Castelo de Vide, Portalegre, Marvão e Gavião	10	13	5.612.187,50
NETUR - Rede de Cidades para implementar o nível de excelência cultural, patrimonial e turística	Portalegre	4	5	1.680.000,00
FENIX - Promoção Transfronteiriça de Arqueologia Industrial	Portalegre	3	3	900.000,00
DESTINOS INTELIGENTES – Sistema TIC compartilhado de inteligência turística	Elvas	1	3	811.345,71
PIMET – Plano Integral de mobilidade do espaço transfronteiriço	Elvas, Campo Maior e Portalegre	3	4	4.500.000,00

ANEXO H: Projetos do POCTEP 2007-2013 na Extremadura

Quadro 23. Projetos do POCTEP 2007-2013 na Extremadura de âmbito regional

Designação do Projeto	Nº de Beneficiários Regionais	Nº Total de Beneficiários	FEDER Aprovado
MITIC - Modernização e Inovação Tecnológica c/ base TIC em setores estratégicos e tradicionais	8	14	1.141.473,63
FENIX RIEP - Rede Transfronteiriça de Inovação Económica centrada nas pessoas	9	10	1.296.082,09
TRANS FORMACION - Rede de Centros de Formação Agrária	3	4	825.000,00
RITECA II - Rede de Investigação Transfronteiriço de Extremadura, Centro e Alentejo (Fase II)	13	24	4.195.074,34
CORCHAÇÃO - Cooperação empresarial no setor da cadeia	3	3	340.000,00

produtiva da cortiça			
REALCE - Rede educativa do Alentejo-Centro-Extremadura	2	3	565.713,50
CAVATRANS - Desenvolvimento em torno da cadeia de valor de setores estratégicos c/ sinergias comuns nas regiões Centro, Alentejo e Extremadura	4	5	1.272.250,33
PEGLA - Projeto Estruturante para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago do Alqueva	11	22	4.419.398,23
RITECA - Rede de Investigação Transfronteiriço de Extremadura, Centro e Alentejo	5	7	2.286.277,39
BIOEXAL - Banco de Tumores e ADN extremeño-alentejano	2	2	894.825,00
RAT PC II - Implantação de redes de alertas para Planos de Proteção Civil e Sistemas de Emergências (2ª fase)	3	4	1.985.161,70
ADLA - Ações para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago Alqueva	10	21	4.136.410,82
RAT PC - Implantação de redes de alertas para Planos de Proteção Civil e Sistemas de Emergências Extremadura – Beira Interior Sul (1ª fase)	5	6	2.669.704,06
TI II - Taejo Internacional II	12	18	6.377.612,02
TI - Taejo Internacional	10	13	5.612.187,50
DEMETER - Ações para a dinamização e potencialização da atividade social, cultural e económica do meio rural transfronteiriço	2	2	1.304.175,00
ALTERCEXA II - Medidas de Adaptação e Mitigação à mudança climática através da promoção de energias alternativas no Centro, Extremadura e Alentejo (Fase II)	6	13	1.969.484,60
PROMOEENER - Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis em edifícios da Administração	5	7	952.619,62
CILSIBA - Corredor de Inovação Logística Sines - Badajoz	1	2	257.700,00
OTALEX - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura-Centro	5	12	1.884.973,75
ALTERCEXA - Medidas de Adaptação e Mitigação à mudança climática através da promoção de energias alternativas no Centro, Extremadura e Alentejo	3	7	2.085.944,25
OTALEX II - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura II	6	9	1.172.500,00
RTV - Rede Transfronteiriça de Voluntariado	1	3	224.618,87

GIT EUROACE - Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (EUROACE)	1	3	1.810.000,00
GIT ACE IV - Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo-Centro-Extremadura IV	2	3	1.874.999,25
EUROACE Ivest – Internacionalização da Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura	1	3	642.590,02

Quadro 24. Projetos do POCTEP 2007-2013 na Extremadura de âmbito local

Designação do Projeto	Territórios de Intervenção	Nº de Beneficiários Locais	Nº Total de Beneficiários	FEDER Total Aprovado
MITIC - Modernização e Inovação Tecnológica c/ base TIC em setores estratégicos e tradicionais	Cáceres	8	14	1.141.473,63
FENIX RIEP - Rede Transfronteiriça de Inovação Económica centrada nas pessoas	Cáceres e Los Santos de Maimona	9	10	1.296.082,09
TRANS FORMACION - Rede de Centros de Formação Agrária	Cáceres e Badajoz	3	4	825.000,00
RITECA II - Rede de Investigação Transfronteiriça de Extremadura, Centro e Alentejo (Fase II)	Badajoz	13	24	4.195.074,34
RED NOVA SOSTENIBLE - Rede de Cidades pela nova economia, emprego e sustentabilidade	Plasencia e Cáceres	5	6	1.288.500,00
CORCHAÇAO - Cooperação empresarial no setor da cadeia produtiva da cortiça	San Vicente de Alcántara	3	3	340.000,00
CAVATRANS - Desenvolvimento em torno da cadeia de valor de setores estratégicos c/ sinergias comuns nas regiões Centro, Alentejo e Extremadura	Mérida, Cáceres e Badajoz	4	5	1.272.250,33
PEGLA - Projeto Estruturante para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago do Alqueva	Badajoz, Alcochel, Tálaga, Olivenza e Villanueva del Fresno	11	22	4.419.398,23
PONTERAYANA - Agencia Luso Extremeña de desenvolvimento transfronteiriço	Cáceres e Zarza la Mayor	1	2	375.000,00

ADLA - Ações para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago Alqueva	Badajoz, Olivenza, Alcochel e Villanueva del Fresno	10	21	4.136.410,82
BALUARTES - Valorização das Fortificações Fronteiriças Abaluartadas de Elvas e Badajoz	Badajoz	2	2	3.518.604,65
TI II - Taejo Internacional II	Cáceres, Badajoz	12	18	6.377.612,02
CTPTR - Circuito Turístico por Terras Raianas	Coria, Alcántara, Valencia de Alcántara, Alburquerque, Barcarrota, Olivenza e Jerez de los Caballeros	10	12	759.612,12
TI - Taejo Internacional	Cáceres	10	13	5.612.187,50
URT - Urbes Romanas Transfronteiriças	Mérida	1	2	506.220,00
NETUR - Rede de Cidades para implementar o nível de excelência cultural, patrimonial e turística	Cáceres e Plasencia	4	5	1.680.000,00
FENIX - Promoção Transfronteiriça de Arqueologia Industrial	Cáceres	3	3	900.000,00
PROMOEENER - Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis em edifícios da Administração	Cáceres e Badajoz	5	7	952.619,62
PIMET - Plano Integral de Mobilidade do Espaço Transfronteiriço	Badajoz	4	4	4.500.000,00
OTALEX - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura-Centro	Badajoz e Cáceres	5	12	1.884.973,75
OTALEX II - Observatório Territorial e Ambiental Alentejo-Extremadura II	Cáceres e Badajoz	6	9	1.172.500,00
DESTINOS INTELIGENTES – Sistema TIC compartilhado de inteligência turística	Badajoz	1	3	811.345,71

ANEXO I: Guião de Entrevista às Entidades Públicas (Versão em português)

1. Ao longo das quatro décadas que decorreram desde 1974, como têm evoluído as relações político-económicas entre a CME e Ayuntamiento Badajoz? É possível identificar fases nessa evolução? Em caso afirmativo, o que caracteriza/diferencia cada uma delas?
2. De que forma os P.I.C. INTERREG contribuíram para a cooperação transfronteiriça? E para o desenvolvimento local? Houve diferenças substanciais entre os diversos INTERREG? Em caso afirmativo, quais?
3. Estas iniciativas contribuíram para a cooperação transfronteiriça em todas as suas vertentes? No caso Elvas /Badajoz que vertentes foram privilegiadas e porquê?
4. De todos os projetos financiados pelo P.I.C. INTERREG, qual o que mais contribuiu para a aproximação entre as duas cidades?
5. Considera que os objetivos dos projetos do P.I.C INTERREG foram concretizados? Se não porquê?
6. Qual foi o balanço dos projetos do POCTEP 2007 -2013 para esta região transfronteiriça? E quais os projetos que mais se destacaram e porquê?
7. Quais os projetos que estão previstos no âmbito do atual POCTEP 2014 -2020? Que mais valias poderiam advir do novo Programa relativamente aos anteriores?

8. Como avalia os resultados das reuniões ou cimeiras luso-espanholas realizadas até ao momento para a região transfronteiriça Alentejo/Extremadura e em particular para Elvas/ Badajoz?
9. Como surgiu a ideia da criação da Eurocidade Elvas/Badajoz? Que modelos de eurocidade foram tomados como referência?
10. No âmbito da criação da Eurocidade Elvas/Badajoz, surgiram dificuldades? Quais e porquê? Como foram ultrapassadas?
11. Quais os objetivos da criação da Eurocidade Elvas Badajoz?
12. Quais as principais áreas de intervenção no âmbito da Eurocidade?
13. Já existem impactos visíveis no território, resultantes da criação da Eurocidade? Quais?
14. Quais as potencialidades da Eurocidade Elvas/Badajoz no contexto local (urbano) e regional?
15. Quais são as perspetivas e os desafios para o território da Eurocidade Elvas/Badajoz?

ANEXO J: Guião de Entrevista a Entidades Públicas (Versão em espanhol)

1. *A lo largo de las cuatro décadas que han transcurrido desde 1974, como ha evolucionado las relaciones político-económicas entre la CME y el Ayuntamiento*

de Badajoz? Es posible identificar fases en esta evolución? En caso afirmativo, que es lo que caracteriza/diferencia a cada una de ellas?

- 2. ¿De qué forma los P.I.C. INTERREG han contribuido para la cooperación transfronteriza? ¿Y para el desarrollo local? Ha habido diferencias substanciales entre los diversos INTERREG? En caso afirmativo, ¿cuáles?*
- 3. ¿Estas iniciativas han contribuido para la cooperación transfronteriza en todas sus vertientes? En el caso de Elvas/Badajoz, ¿Qué vertientes han sido las privilegiadas y por qué?*
- 4. De todos los proyectos financiados por P.I.C. INTERREG, ¿Cuál ha sido el que más ha contribuido para el acercamiento entre las dos ciudades?*
- 5. ¿Considera que los objetivos de los proyectos del P.I.C INTERREG se han alcanzado? En caso negativo, ¿por qué?*
- 6. ¿Cuál ha sido el balance de los proyectos del POCTEP 2007-2013 para esta región transfronteriza? ¿Y cuales los proyectos que más han destacado y por qué?*
- 7. ¿Quales son los proyectos que están previstos en el ámbito del actual POCTEP 2014-2020? ¿Qué más valías podrían advenir del nuevo Programa en relación a los anteriores?*
- 8. ¿Cómo evalúa los resultados de las reuniones o cumbres luso-espanholas realizadas hasta el momento para la región transfronteriza Alentejo/Extremadura y en particular Elvas/ Badajoz?*

9. *¿Cómo surgió la idea de creación de la Eurociudad Elvas/Badajoz? ¿Qué modelos de Eurociudad se han tomado como referencia?*
10. *¿En el ámbito de la creación de la Eurociudad Elvas/Badajoz, surgieron dificultades?*
11. *¿Cuáles son los objetivos de la creación de la Eurociudad Elvas/Badajoz?*
12. *¿Cuáles son las principales áreas de intervención en el ámbito de la Eurociudad?*
13. *Ya existen impactos visibles en el territorio, resultantes de la creación de la Eurociudad ¿Cuáles?*
14. *¿Cuáles son las potencialidades de la Eurociudad Elvas/badajoz en el contexto local (urbano) y regional?*
15. *¿Cuáles son las perspectivas e los desafíos para el territorio de la Eurociudad Elvas/Badajoz?*

ANEXO K: Guião de Entrevista a Associações Empresariais (Versão em português)

1. Quando surgiu a Associação? Quais os seus objetivos? Como tem evoluído o nº de associados? [solicitar lista dos associados, de preferência com ramo de atividade]
2. Existe algum tipo de parceria/iniciativas conjuntas entre a associação e entidades similares do outro lado da fronteira?

3. Existem empresas associadas que possuem instalações (escritórios/representação/produção) no outro lado da fronteira? Em caso afirmativo, por que razão?
4. Ao longo das quatro décadas que decorreram desde 1974, como têm evoluído as relações económicas entre Elvas e Badajoz? É possível identificar fases nessa evolução? Em caso afirmativo, o que caracteriza/diferencia cada uma delas?
5. Como caracteriza a economia na região de fronteira Elvas /Badajoz?
6. Como avalia a atuação das instâncias locais (Câmara Municipal/Ayuntamiento) e regionais (CCDRA/Junta de Extremadura) em termos de política económica e no apoio ao desenvolvimento local/regional?
7. A associação tem beneficiado dos INTERREG/POCTEP? Em caso afirmativo, que tipo de apoios/iniciativas?
8. A atual crise económica faz-se sentir igualmente de um e outro lado da fronteira? As diferenças em termos de política fiscal, preços e salários são suficientes para gerar fluxos em direção ao outro lado da fronteira? Em caso afirmativo, com que objetivo específico?
9. Qual a sua opinião relativamente ao novo POCTEP 2014/20? A associação vai candidatar alguns projetos no âmbito do POCTEP? Que projetos?

10. A associação presta apoio específico aos seus associados no âmbito deste programa?

11. Como avalia o papel da Associação Empresarial na economia e no desenvolvimento local? E especificamente quanto ao fomento das relações empresariais transfronteiriças?

12. Quais são as perspetivas da associação para o período 2014-2020?

ANEXO L: Guião de Entrevista a Associações Empresariais (Versão em espanhol)

1. *¿Cuándo surgió la asociación? ¿Cuáles son sus objetivos? ¿Cómo ha evolucionado el nº de asociados?*

2. *Existe algún tipo de asociación/iniciativas conjuntas entre la asociación y las entidades similares del otro lado de la frontera?*

3. *Existen empresas asociadas que poseen instalaciones (oficinas/representación/producción) en el otro lado de la frontera? En caso afirmativo, ¿por qué razón?*

4. *A lo largo de las cuatro décadas que han transcurrido desde 1974, ¿cómo han evolucionado las relaciones económicas entre Elvas y Badajoz? ¿Es posible identificar fases en esa evolución? En caso afirmativo, ¿Qué caracteriza a cada una de ellas?*

5. *¿Cómo caracteriza a la economía en la región de la frontera Elvas/Badajoz?*

6. *¿Cómo evalúa la actuación de las distancias locales (Camara Municipal/Ayuntamiento) y regionales (CCDRA/Junta de Extremadura) en términos de política económica y en el apoyo al desarrollo local/regional?*
7. *¿La asociación tiene beneficios de los INTERREG/POCTEP? En caso afirmativo, que tipo de apoyo/iniciativas?*
8. *¿La actual crisis económica se hace sentir de igual manera en un lado y otro de la frontera? ¿Las diferencias en términos de política fiscal, precios y salarios son suficientes àrea generar flujos en direccion al otro lado de la frontera? En caso afirmativo, ¿con qué objetivo específico?*
9. *¿Cuál es su opinión en relación al nuevo proyecto novo POCTEP 2014/20? ¿La asociacion va a presentar algunos proyectos en el ambito del POCTEP?¿Qué proyectos?*
10. *¿La asociación presta apoyo específico a sus asociados en el ámbito de este programa?*
11. *¿Cómo evalúa el papel de la Asociación Empresarial en la economía y en el desarrollo local? ¿Y, en concreto, en cuanto al fomento de las relaciones empresariales transfronterizas?*
12. *Cuáles son las perspectivas de la asociación para el periodo 2014-2020?*